



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CAMPUS CAMBORIÚ

Novembro/2022



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES
REITORA

JOSEFA SUREK DE SOUSA DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORA DE ENSINO

Diretora Geral do *Campus* Camboriú
Sirlei de Fátima Albino

Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão
Luciane Grando Dorneles Ungericht

Coordenadora Geral de Ensino Superior
Isadora Balsini Lucio

Coordenadora do Curso
Marilândes Mól Ribeiro de Melo

Comissão Responsável pela Elaboração do PPC
Profa. Dra. Andressa Grazielle Brandt
Profa. Dr. Alexandre Vanzuita
Profa. Dra. Degelane Córdova Duarte
Profa. Dra. Filomena Lúcia Gossler Rodrigues da Silva
Profa. Dra. Idorlene da Silva Hoepers Prof.
Profa. Dra. Magali Dias de Souza
Profa. Dra. Marilândes Mól Ribeiro de Melo
Profa. Dra. Silvia Regia Chaves de Freitas Simões
TAE Msc. Lauren Bentes de Azevedo Prates



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1: Componentes Curriculares do Núcleo de Formação Geral
- Quadro 2: Componentes Curriculares do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos nas Áreas de Atuação Profissional
- Quadro 3: Núcleo de Práticas Pedagógicas
- Quadro 4: Núcleo de Estudos Integradores
- Quadro 5: Disciplinas Pesquisa e Processos Educativos – PPE
- Quadro 6: Disciplinas que possuem Prática como Componente Curricular - PCC
- Quadro 7: Matriz Curricular 2023
- Quadro 8: Síntese da Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia
- Quadro 9: Componentes Curriculares Optativos
- Quadro 10: Demais Laboratórios à disposição do curso de Licenciatura em Pedagogia
- Quadro 11: Componentes curriculares que apresentam curricularização da pesquisa e da extensão
- Quadro 12: Ementário
- Quadro 13: Ementário Componentes Curriculares Optativos
- Quadro 14: Descrição do Corpo Docente
- Quadro 15: Componentes do Núcleo Docente Estruturante e sua titulação
- Quadro 16: Descrição do Corpo Técnico Administrativo Disponível



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	10
2. IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO	11
3. CONTEXTO EDUCACIONAL	15
3.1 Histórico da Instituição – Campus Camboriú	15
3.2 Justificativa Histórica da Criação do Curso	15
3.3 Princípios Filosóficos e Pedagógicos do Curso	17
4 OBJETIVOS DO CURSO	19
4.1 Objetivo Geral	19
4.2 Objetivos Específicos	19
4.3 Requisitos e Formas de Acesso ao Curso	20
5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	20
5.1 Políticas de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação	20
5.2 Políticas de Apoio ao Estudante	32
1.1.1 Assistência Estudantil	32
5.2.2 Eventos Institucionais	36
5.2.3 Eventos Institucionais no âmbito do Campus Camboriú	38
5.3 Políticas de Acessibilidade e Inclusão	39
5.3.1 Arquitetônica e Urbanística	40
5.3.2 Comunicacional e Informacional	42
5.3.3 Tecnológicas	43
5.4 Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado	43
5.4.1 Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne)	43
6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	44
6.1 Perfil do Egresso	44
6.2 Campo de Atuação	46
6.3 Organização Curricular	47
6.4 Núcleo de Estudos de Formação Geral	48
6.5 Relação Teoria e Prática	52
6.6 Prática como Componente Curricular (PCC)	53
7 INTERDISCIPLINARIDADE	54
8 MATRIZ CURRRICULAR	57



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

8.1 Matriz Curricular para os Ingressantes a partir de 2023	57
9 COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	61
9.1 Matriz Curriculares dos Componentes Curriculares Optativos	61
10 INFRAESTRUTURA FÍSICA DISPONÍVEL NO CAMPUS	62
10.1 Biblioteca	62
10.2 Conteúdos Digitais e Virtuais	64
10.3 Áreas de Ensino e Laboratórios	64
10.4 Laboratório de Ensino do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFC - Campus Camboriú	66
11 BRINQUEDOTECA DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO IFC - CAMPUS CAMBORIÚ	67
11.1 Espaços de Esporte, Lazer e Convivência	68
11.2 Atendimento ao Estudante	68
12 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E DA PESQUISA	69
12.1. Linhas de Pesquisa	70
13 ATIVIDADES DE MONITORIA	71
14 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	72
15 AVALIAÇÃO	72
15.1 Sistema de Avaliação do Curso	75
16 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	76
16.1 Avaliação de Extraordinário Saber	76
17 CERTIFICAÇÃO E DIPLOMA	77
18 EMENTÁRIO	78
18.1 Componentes Curriculares Obrigatórios	78
18.2 Componentes Curriculares Optativos	100
19 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	102
19.1 Descrição do Corpo Docente	102
20 COORDENAÇÃO DE CURSO	104
21 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	105
21.1 Identificação dos Integrantes do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Pedagogia	106
22 COLEGIADO DO CURSO	107
23 DESCRIÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DISPONÍVEL	108
24 POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO PARA DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO	112



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

25 CONSIDERAÇÕES FINAIS 113

26 REFERÊNCIAS 113

27 APÊNDICES 117

27.1 APÊNDICE A - REGULAMENTO DAS DISCIPLINAS DE PPE (I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII)

27.2 APÊNDICE B - MODELO (TEMPLATE) DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

27.3 APÊNDICE C - REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

27.4 APÊNDICE D - REGULAMENTO DA CURRICULARIZAÇÃO DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

27.5 APÊNDICE E - REGULAMENTO DA BRINQUEDOTECA

27.6 APÊNDICE F - REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE PEDAGOGIA

27.7 APÊNDICE G - REGULAMENTO DAS PRÁTICAS COMO COMPONENTE CURRICULAR/PCC



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

1. APRESENTAÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei nº 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que visa responder de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presente em todos os estados, os Institutos Federais contêm a reorganização da rede federal de educação profissional, oferecendo formação inicial e continuada, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com os Colégios Agrícolas de Araquari e *Campus Camboriú*, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. A esse conjunto de instituições somaram-se a recém-criada unidade de Videira e as unidades avançadas de Blumenau, Luzerna, Ibirama e Fraiburgo.

O IFC possui atualmente 15 *Campi*, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além de uma Unidade Urbana em Rio do Sul e da Reitoria instalada na cidade de Blumenau.

O IFC oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Para que os objetivos estabelecidos pela Lei nº 11.892/2008 sejam alcançados faz-se necessário a elaboração de documentos que orientem todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e/ou articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Político Pedagógico Institucional – PPI, com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento tem o objetivo de apresentar o **Projeto Político Pedagógico do Curso Superior Licenciatura em Pedagogia**, com o intuito de justificar a necessidade institucional e demanda social, considerando o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

2. IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO	Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia
COORDENADOR	Nome: Marilândes Mól Ribeiro de Melo Siape: 1715961 Regime de trabalho: 40 horas DE Titulação: Doutora em Educação Telefone: (47) 2104-0867 E-mail: pedagogia.grad.camboriu@ifc.edu.br
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	Nome: Andressa Grazielle Brandt Siape: 276169 Regime de trabalho: 40 horas DE Titulação: Doutora em Educação Telefone: (47) 2104-0867 E-mail: andressa.brandt.silva@ifc.edu.br
	Nome: Alexandre Vanzuita Siape: 2764188 Regime de trabalho: 40 horas DE Titulação: Doutor em Educação Telefone: (47) 2104-0867 E-mail: alexandre.vanzuita@ifc.edu.br
	Nome: Degelane Córdova Duarte Siape: 2265342 Regime de trabalho: 40 horas DE Titulação: Doutora em Educação Telefone: (47) 2104-0867 E-mail: degelane.cordova@ifc.edu.br
	Nome: Filomena Lucia Gossler Rodrigues da Silca Siape: 1755556 Regime de trabalho: 40 horas DE Titulação: Doutora em Educação Telefone: (47) 2104-0867 E-mail: filomena.silva@ifc.edu.br
	Nome: Idorlene da Silva Hoepers Siape: 2773007 Regime de trabalho: 40 horas DE Titulação: Doutora em Educação Telefone: (47) 2104-0867 E-mail: idorlene.hoepers@ifc.edu.br
	Nome: Magali Dias de Souza Siape: 2265320 Regime de trabalho: 40 horas DE Titulação: Doutora em Informática na Educação Telefone: 47) 2104-0867 E-mail: magali.souza@ifc.edu.br
MODALIDADE	Presencial
GRAU	Licenciatura
TITULAÇÃO	Licenciado/a em Pedagogia
LOCAL DE OFERTA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Camboriú Endereço: R. Joaquim Garcia, s/n - Centro, Camboriú - SC, 88340-055 Telefone/fax: (47) 2104-0800 E-mail: gabinete.camboriu@ifc.edu.br Site: http://www.camboriu.ifc.edu.br/
TURNO	Turno: noturno



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	(Estágios Supervisionados acontecem no período diurno) Algumas disciplinas optativas acontecem em período diurno.
NÚMERO DE VAGAS	Número de vagas: 40
CARGA HORÁRIA DO CURSO	I) Formação Geral: Núcleo de Estudos Básicos: 870 horas
	II) Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos: 1965 horas
	III) Núcleo de Práticas Pedagógicas: 810 horas
	IV) Núcleo de Estudos Integradores: 170 horas
	Atividades Curriculares Complementares (ACC)
	Prática como Componente Curricular: 405 horas
	Estágio Curricular Obrigatório: 405 horas
	Trabalho de Conclusão de Curso: 30 horas
	Curricularização da Extensão e da Pesquisa: 341 horas
	Carga horária Total do Curso: 3.410 horas
PERIODICIDADE DE OFERTA	Oferta anual
PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO	8 semestres (4 anos)
RESOLUÇÃO DE APROVAÇÃO DO CURSO	Resolução de Aprovação do Curso: Resolução do Consuper/IFC nº 032/2011. Ato de Reconhecimento: Portaria nº 309, de 28 de abril de 2015, publicada no DOU em 29/04/2015, seção 1, p. 33-34. Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html , pelo código 00012015042900033.

Legislação vigente para o curso:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN: Lei nº 9.394/1996;

Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação, carga horária mínima e tempo de integralização: Parecer CNE/CES nº 776/1997;

Parecer CNE/CES nº 583/2001;

Parecer CNE/CES nº 67/2003;

Carga Horária e conceito de hora-aula: Parecer CNE/CES nº 261/2006; Resolução CNE/CES nº 3/2007;

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena: Lei nº 11.645/2008; Resolução CNE/CP nº 01/2004; Parecer CNE/CP 003/2004;

Política Nacional de Educação Ambiental: Lei nº 9.795/1999; Decreto nº 4.281/2002;

Língua Brasileira de Sinais: Decreto nº 5.626/2005;

Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Específicas e/ou mobilidade reduzida: Lei 10.098/2000; Decreto nº 5.296/2004;

Núcleo Docente Estruturante: Resolução CONAES nº 01/2010;

Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino: Decreto 9235 de 2017.

Portaria 107/2004 de 22 de julho de 2004 – Sinaes e Enade: disposições diversas; Portaria Normativa nº 23 de 21 de dezembro de 2017- Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos;

Estágio de estudantes: Lei 11.788/2008;

Resolução CNE 01/2012: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para inclusão de conteúdos que tratam da educação em direitos humanos;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei ° 12.764, de 27 de dezembro de 2012;

Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura 2010;

Plano de Desenvolvimento Institucional - 2019-2023. Reitoria do IFC - Blumenau, 2019;

Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 Consuper/IFC;

Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do IFC;

Resolução do CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura;

Resolução de Aprovação do Consuper/IFC nº 032/2011;

Parecer do CNE/CP nº: 5/2005 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia;

Parecer do CNE/CP nº: 3/2006 - Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

3. CONTEXTO EDUCACIONAL

3.1 Histórico da Instituição – Campus Camboriú

O Campus Camboriú está localizado na Rua Joaquim Garcia, s/nº, no município de Camboriú/SC, região do Vale do Itajaí. O Campus Camboriú, até final de 2008, era denominado Colégio Agrícola de Camboriú – CAC. Foi fundado em 08 de abril de 1953, após um acordo firmado entre o Governo Federal e o Estado de Santa Catarina. Em 1962, foi dado início às atividades pedagógicas, momento em que a instituição oferecia o Curso Ginásial Agrícola. Primeiramente, a escola ficou sob a responsabilidade da Diretoria do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura. A parte didático-pedagógica, por sua vez, passou a estar vinculada à Secretaria de Ensino de 2º Grau do Ministério da Educação (MEC). O Decreto nº 62.178, de 25 de janeiro de 1968, transferiu a responsabilidade administrativa e financeira do Colégio para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estando diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, restringindo suas atividades de ensino ao 2º Grau Profissionalizante. No final de 2008, com o advento da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Colégio Agrícola de Camboriú (CAC) transformou-se num campus do Instituto Federal Catarinense. De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Camboriú é “IF Campus - 90/70 Agrícola”. A unidade organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Recursos Naturais, Informação e Comunicação, Segurança, Ambiente e Saúde, Formação



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

de Professores, Turismo, Hospitalidade e Lazer, Gestão e Negócios, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

3.2 Justificativa Histórica da Criação do Curso

A Educação Básica enfrenta grandes desafios em relação ao fomento de propostas pedagógicas que se apresentem em consonância com as demandas sociais emergentes. Vive-se um tempo de mudanças que nem sempre são retratadas no contexto escolar. Tais transformações exigem a formação de um profissional em Pedagogia possuidor de conhecimentos, habilidades e competências que lhe permitam inserção no mundo contemporâneo, como docente, pesquisador e gestor de processos pedagógicos que envolvam crianças, adolescentes, jovens e adultos. Isso implica em que a ampliação de oferta de novos cursos esteja pautada em projetos que visem à transformação social e que reflitam criticamente acerca dos espaços escolares e do fazer docente.

De acordo com dados do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - em 2009, Santa Catarina possuía cerca de 65.798 professores de Educação Básica. Destes, ainda 13.733 possuíam apenas formação de nível médio ou fundamental, ou seja, em torno de 20% dos professores que lecionavam nas escolas de Santa Catarina não possuíam curso de licenciatura. No que tange à Educação Infantil, 34% não possuía Curso Superior de Pedagogia ou qualquer outra licenciatura. Isto significa dizer que 6.662 professores que já atuavam em sala de aula não tinham formação superior.

Também nos anos iniciais do Ensino Fundamental percebia-se uma demanda significativa para o ingresso no curso de Pedagogia. Sendo que 19% dos professores não tinham formação em Curso Superior no Estado de Santa Catarina, um total de 4.648 professores. Ainda referente à formação dos professores, as atualizações publicadas pelo INEP em 2016 informam que em Santa Catarina há 80.227 professores pertencentes à Educação Básica e destes, 14.781 continuam com formação apenas nos níveis médio e fundamental demonstrando a carência no processo de formação. Quando considerada a formação dos professores de educação infantil, os números apresentados informaram um total de 32.353 profissionais atuantes nesse nível de ensino. Entre eles, 7.852 continuam sem formação em licenciatura ou complementação pedagógica, além de 439 professores com formação em nível superior bacharelado. Nos anos iniciais, os professores atuantes somam 26.834. A carência na formação em curso superior de licenciatura persiste e atinge mais de 4.200 profissionais neste



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

nível de ensino.

A criação do Curso, na região de abrangência do Campus Camboriú (Balneário Camboriú, Itapema e Itajaí), deve-se a carência de Cursos de Pedagogia na rede pública, diferente do que ocorre na rede privada, na qual existe a oferta de Cursos de Pedagogia nas modalidades à distância e presencial. Esta ausência acarretou e continua acarretando na procura pelo curso de Magistério em Nível Médio, oferecido em duas escolas públicas estaduais da região de abrangência, sendo uma em Balneário Camboriú e outra em Camboriú. Curiosamente, parte significativa desses estudantes que concluem o Ensino Médio e optam pelo retorno a esta etapa da educação básica com formação no magistério, o fazem justamente por não encontrarem a oferta de cursos superiores de Pedagogia gratuitos e em caráter presencial. Outrossim, a própria Secretaria de Educação Municipal de Camboriú expressou quando da realização da Audiência Pública para a criação de cursos no IFC, aspectos relacionados às dificuldades encontradas na formação dos profissionais egressos dos cursos de Licenciatura em Pedagogia com uma formação mais sólida.

Ao mesmo tempo, estimavam, em documento enviado ao Campus Camboriú, a demanda inicial de 80 profissionais da educação interessados em ingressar num curso de Pedagogia de caráter presencial. Diante dos contextos nacional e local abordados, a implantação do curso de Pedagogia constitui-se em uma nova página na história da formação docente nesta região, com educação pública, presencial e de qualidade.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Licenciatura em Pedagogia do IFC - Campus Camboriú foi aprovado pela Resolução do Consuper/IFC nº 032/2011, tendo início de suas atividades no ano de 2011. Em 2014 foi aprovada a segunda versão do PPC de Licenciatura em Pedagogia. Em 2017, para atendimento da Resolução do CNE/CP nº 02/2015 e Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores do IFC foi aprovada a terceira versão do PPC de Licenciatura em Pedagogia.

Em 2021 foram realizados encontros entre cursos de mesma nomenclatura (Licenciaturas em Pedagogia dos campi Abelardo Luz, Blumenau, Camboriú, Rio do Sul e Videira) no IV Fórum de Formação de Professores do IFC. Posteriormente, foram constituídos grupos de trabalho com o objetivo de revisar a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do IFC. Por isso, o presente projeto considera a Política de Formação de Professores do IFC (IFC, 2022) e os resultados da avaliação quadrienal dos cursos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

3.3 Princípios Filosóficos e Pedagógicos do Curso

As Diretrizes Curriculares Nacionais ressaltam que a educação do licenciado em Pedagogia deve propiciar, por meio de investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a aplicação de contribuições de campos de conhecimentos, como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico e o cultural.

O propósito dos estudos destes campos é orientar a observação, análise, execução e avaliação do ato docente e de suas repercussões ou não em aprendizagens, bem como as práticas de gestão de processos educativos escolares e não-escolares, além da organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimentos de ensino. Para proporcionar essa educação firmamos a concepção teórica do Curso de Licenciatura em Pedagogia na abordagem filosófica do materialismo histórico e dialético. Chauí (1995, p. 414) assim explica essa abordagem: “[...] materialismo, porque somos o que as condições materiais [...] nos determinam a ser e a pensar. Histórico porque a sociedade e a política não surgem de decretos divinos nem nasce da ordem natural, mas dependem da ação concreta dos seres humanos no tempo”.

Nesta perspectiva os seres humanos fazem sua história, ao mesmo tempo em que são determinados por ela. Coerentemente, para o processo metodológico, buscamos a opção por um enfoque histórico-cultural, de aprendizagem, que tem como um de seus principais precursores Vygotsky. Esse teórico (1993; 2001), defende a ideia de que as funções mentais superiores são o produto da história socialmente construída e reflexo das relações dialéticas entre sujeito e mundo como uma construção social e cultural. Desta forma, a Teoria Histórico-Cultural evidencia a aprendizagem e o desenvolvimento como fenômenos humanos semioticamente mediados, considerando a linguagem o instrumento imprescindível para a construção do conhecimento.

A Teoria Histórico-Cultural destaca também, que o sujeito, da mesma forma que sofre a ação dos fatores sociais, culturais e históricos, pode agir de forma consciente sobre estas forças, isto sem o rompimento entre a dimensão biológica e simbólica que o constitui. A concepção histórico-cultural considera que todos são capazes de aprender e compreende que as relações e interações sociais estabelecidas pelos sujeitos são fatores de apropriação de conhecimento. Neste sentido, traz consigo a consciência da responsabilidade ética da escola com a aprendizagem de todos, uma vez que ela é interlocutora privilegiada nas interações sociais de todos os acadêmicos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Deste modo, o papel do professor é conhecer o nível de desenvolvimento em que se encontram seus acadêmicos a fim de estabelecer mediações pertinentes que possibilitem o desenvolvimento destes sujeitos. De acordo com Rego (1995, p. 110) [...] o fator imprescindível para as interações na sala de aula, são os diferentes ritmos, comportamentos, contextos familiares, valores e níveis de conhecimento de cada sujeito. Estes imprimem ao cotidiano escolar a possibilidade da troca de repertórios, de visão de mundo, confrontos, ajuda mútua e, conseqüentemente, a ampliação das capacidades individuais.

É importante ressaltar que a formação do graduando Licenciando em Pedagogia tem peculiaridades muito especiais, ou seja, ele aprende a profissão no lugar similar a aquele em que vai atuar, porém numa situação invertida. Este movimento implica que deve haver uma coerência entre o que se faz na formação e o que se espera como profissional. Neste sentido, o Parecer CNE/CP nº 009/2001 evidencia a necessidade que o futuro professor experiencie, durante todo o seu processo de formação, as atitudes, modelos didáticos, capacidades e modos de organização que se pretende e venham a ser concretizados em suas práticas pedagógicas.

Diante dessa perspectiva de educação, o processo de ensino e aprendizagem está consubstanciado na/o:

- visão de sujeito (acadêmico e professor) – como um sujeito que está inserido em um contexto histórico, capaz de agir e refletir sobre o mundo objetivando transformá-lo;
- visão do papel do professor – como mediador, aquele que orienta, instiga e faz a mediação entre o acadêmico e o conhecimento, aquele que ensina e ao mesmo tempo aprende;
- conhecimentos selecionados que mantêm estreita relação com as experiências vividas pelo acadêmico, o que permite o estabelecimento de relações entre a vida cotidiana e a apropriação do saber científico produzido socialmente;
- metodologia que está pautada na interação das relações entre os sujeitos envolvidos no processo;
- avaliação enquanto processo, considerando essencialmente a apropriação dos conceitos científicos e sistematização crítica dos conhecimentos.

4 OBJETIVOS DO CURSO

4.1 Objetivo Geral

- Formar professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos Anos



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

4.2 Objetivos Específicos

- Desenvolver posturas éticas e críticas necessárias para a formação da identidade profissional, interagindo como sujeitos conscientes do seu papel na construção e transformação do meio em que vivem;
- Estimular posturas ativas na busca e construção dos espaços socioculturais, para a definição de seus próprios caminhos e ressignificações de suas práticas educacionais;
- Propiciar ao Licenciado em Pedagogia conhecer a escola como organização complexa, tendo como função promover a educação para a cidadania;
- Articular ensino, pesquisa e extensão, voltando-os às demandas socioculturais;
- Propiciar uma sólida formação e domínio em conteúdo específico na área de formação;
- Possibilitar a identificação das etapas do planejamento, organização e gestão dos sistemas de ensino, nas esferas administrativas e pedagógica, com competência técnico científica;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais, locais e regionais, e propor encaminhamentos relacionados às questões da qualidade de ensino, assim como, medidas que contribuam para ampliar as possibilidades de inclusão social;
- Possibilitar conhecimento de metodologias de ensino e aprendizagem e materiais de apoio ao ensino para decidir, diante de cada conteúdo específico e cada classe particular de acadêmicos, qual o melhor procedimento pedagógico para favorecer a aprendizagem avaliando os resultados de suas ações por diferentes caminhos.

4.3 Requisitos e Formas de Acesso ao Curso

A seleção para os Cursos de Graduação do IFC é realizada 100% pelo SISU para o processo regular. As vagas que não forem preenchidas pelo SISU serão ofertadas por meio dos processos de cadastro de reserva e/ou vagas não ocupadas, os quais utilizam a análise do histórico escolar como critério de seleção. O IFC utiliza o Sistema de Ações Afirmativas (cotas) em todas as chamadas do processo seletivo, conforme Lei 12.711/2012, Lei 13.409/2016 e Resolução 37/2016 do Consuper.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Para ingresso no Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia é necessário que o candidato tenha concluído o Ensino Médio e submeta-se à seleção prevista pela Instituição. Também é possível ingressar no Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia através de Editais de Transferência, de acordo com os critérios definidos na Organização Didática do IFC. São modalidades de transferência: transferência interna (destinada ao ingresso de estudantes provenientes de outros cursos de graduação do IFC e que desejam mudar de curso e de campus), transferência externa (destinada ao ingresso no curso do IFC, de estudantes provenientes de outras instituições de ensino) e transferência *ex officio*, conforme determinação da legislação vigente.

5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

5.1 Políticas de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação

- **Políticas de Ensino**

As políticas de ensino, que visam atender tanto a educação básica quanto a superior, estão demarcadas pela atuação dos Institutos Federais. Esta instituição traz na sua concepção a educação profissional e tecnológica como um “processo de construção social que ao mesmo tempo qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas, bem como ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, que estabelece relações sócio-históricas e culturais de poder” (BRASIL, 2003, p. 10). Pensar em políticas públicas de ensino demanda destacar a ação política, orgânica ou não, de diferentes atores e contextos institucionais marcadamente influenciados por marcos regulatórios fruto de orientações, compromissos e perspectivas – em escala nacional e mundial –, preconizados, entre outros, por agências e/ou organismos multilaterais e fortemente assimilados e/ou naturalizados (DOURADO, 2007, p. 922).

Uma política de ensino ajustada aos princípios desta concepção reconhece as influências estabelecidas por relações nos mais diferentes âmbitos, em termos locais, regionais, nacional e internacional, para a sua efetivação. Implica, então, não desconsiderar que todo o processo educativo é mediado pelas relações do contexto sociocultural, pelas condições institucionais nas quais acontecem as relações de ensino e aprendizagem, pelos fatores organizacionais, pelo dinamismo em que se dá a construção do projeto político-pedagógico e pela materialização dos processos de organização e gestão da educação (DOURADO, 2007). Assim, reconhecer a historicidade dessas relações pedagógicas compreende uma organização curricular dos Institutos Federais como um



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

espaço ímpar de construção de saberes, cuja proposta se constrói através da verticalização dos currículos.

A organização curricular assim pensada viabiliza “[...] dialogar simultaneamente, e de forma articulada, da educação básica até a pós-graduação, trazendo a formação profissional como paradigma nuclear”, fazendo “[...] com que essa atuação acabe por sedimentar o princípio da verticalização” (PACHECO, 2010, p. 22). Pensar a verticalização dos currículos requer desatar as amarras de “[...] oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações” (PACHECO, 2010, p. 21). A verticalização dos currículos como um princípio organizador requer identificar fluxos capazes de permitir que se construam trajetórias formativas entre os distintos “[...] cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica” (PACHECO, 2010, p. 21).

Assim, os Institutos Federais “[...] representam uma nova institucionalidade na oferta da educação profissional no Brasil” (ORTIGARA, 2013, p. 2), considerando sua característica *sui generis*: a necessidade de verticalização. Sendo assim, trata-se de uma ação não unicamente pedagógica, mas também de gestão. Floro (2014, p. 2), sobre esta questão, argumenta que a formação de uma parcela significativa dos docentes é parcialmente compatível com os novos cursos criados, de modo que ele é cooptado a atuar em todos os níveis e modalidades de ensino, ao passo em que os alunos são estimulados a dar prosseguimento a cursos do mesmo eixo tecnológico, havendo a possibilidade de redução do percurso formativo por meio do aproveitamento de disciplinas e de experiências adquiridas.

No aspecto pedagógico, a verticalização apresenta o benefício de possibilitar ao professorado “[...] dialogar simultaneamente, e de forma articulada, da educação básica até a pós-graduação”, incitando procurar práticas pedagógicas múltiplas para estabelecer vínculos verticalizados com diferentes níveis de ensino, com a extensão, a pesquisa e a inovação (PACHECO, 2011, p. 26-27). A verticalização de oferta de cursos no IFC contribui para a promoção da integração da educação básica à educação profissional, da extensão, pesquisa e inovação, em um mesmo campus e grupo de professores. Desta maneira, os Institutos Federais, enquanto *locus* de oferta de educação de qualidade social nos diversos níveis e modalidades de ensino, precisam se relançar constantemente aos desafios de reconstruir, de redefinir conceitos e ações orientadoras, visando estabelecer novas práticas pedagógicas.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Isso pressupõe políticas e ações que promovam a interdisciplinaridade, a contextualização de conhecimentos (científicos, éticos, humanos, técnicos e tecnológicos), a investigação científica e a interação com as diversas instâncias sociais, objetivando diminuir as fragilidades e qualificar as comunidades locais e regionais. Destaca-se, na gênese dos Institutos Federais, especialmente os objetivos de ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados; educação profissional articulada à educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos; e, em nível de educação superior, cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

Tais ofertas se desenvolvem numa perspectiva de estreita relação com a sociedade e atendimento das demandas sociais, culturais e produtivas regionais, na proposição de democratização e interiorização da educação. Fundamental para este processo é a decisão política que percebe que o desenvolvimento move-se a partir das fronteiras abertas ao interior. Permitir que a educação profissional e tecnológica pública e de qualidade chegue aos espaços mais remotos, em certa medida, desconsiderados pelo poder público, é um compromisso inadiável (SILVA, 2012). Precisam ser constantes as observações, pelas instituições, das realidades locais/regionais, visando contribuir de maneira significativa com o desenvolvimento e a disseminação de ações destinadas a melhorar e aperfeiçoar os Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais Locais. O olhar atento do IFC às comunidades de seu entorno ratificam o seu compromisso com a sociedade/comunidade, propiciando uma relação mais imediata e que se expressa mediada tanto pelas atividades de Pesquisa e de Extensão quanto pelos cursos que oferta, favorecendo o reingresso, a atualização, o aprimoramento do trabalhador ou a elevação de sua escolarização.

Atendendo a estes objetivos legais, o IFC, ao orientar sua política de ensino articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, reafirma que a formação humana, cidadã, precede a qualificação para o trabalho e assume o compromisso de assegurar aos profissionais a possibilidade de continuar em desenvolvimento ao longo da vida. Portilho (2008) debate sobre a formação continuada, destacando que a aprendizagem é um processo inerente ao ser humano e que ocorre durante toda a vida. Por ocorrer ao longo da vida, ela se difere no que diz respeito ao modo como “ampliamos nosso potencial de aprendizagem e no desenvolvimento da habilidade reflexiva que utilizamos para monitorar a nossa própria aprendizagem” (PORTILHO, 2008, p. 15); para tanto, demanda um estado de superação constante da dicotomia já naturalizada entre natureza e criação,



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

tendo em vista que “aprender bem ao longo da vida desperta a necessidade de monitorarmos constantemente o nosso nível de compreensão, observando quando é preciso mudar o rumo das nossas estratégias” (PORTILHO, 2008, p. 23).

Essa “vigilância” constante de nossos processos de aprender precisa estar articulada a novas possibilidades, caminhos e tentativas. Aprender ao longo da vida não é somente abrir uma porta que nos insere no século XXI. É prestar contas a nós mesmos, “[...] como alguém que ao aprender se percebe, se constrói, se transforma” (PORTILHO, 2008, p. 23). Nesse aspecto o IFC com sua responsabilidade social, por meio da educação de qualidade referenciada, vislumbra seres humanos cada vez mais capazes de conviver, de ser tolerantes, solidários, responsáveis pelo mundo como habitação do humano sempre em construção, de tornar-se cidadãos que verdadeiramente transitem entre seus direitos e deveres ensinando, por desses direitos e deveres, a condição humana, a identidade da vida na terra, por meio da consciência humana e ética, movidos pelo sentimento de pertencer à espécie humana.

Além disso, a verticalização dos cursos no IFC viabiliza o compromisso com a formação continuada na perspectiva da formação ao longo da vida. É nesse sentido que assume-se na política de ensino o compromisso com a Educação de Jovens e Adultos e com formação continuada, seja através da qualificação profissional ou pós-graduação. Na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o IFC defende os currículos integrados, que se constituem em instrumentos que viabilizam a compreensão da realidade, tanto do contexto da profissão quanto do contexto social, político, econômico, cultural e científico. Portanto, os cursos técnicos pressupõem a teorização crítica que possibilita ao estudante utilizar conceitos e referenciais teóricos das áreas do saber para compreender e refletir sobre a realidade em que está inserido, “[...] permitindo contatar com maior facilidade dimensões éticas, políticas e socioculturais que as visões exclusivamente disciplinares tendem a relegar a um segundo plano” (SANTOMÉ, 1998, p. 26).

Pensar um currículo integrado traz o desafio de assegurar o comprometimento com a concepção teórico-metodológica da Educação Profissional Técnica, visando à formação omnilateral dos estudantes como sujeitos para a vida em sociedade. No que tange à Formação de Professores, o IFC assume o compromisso como instituição formadora em articulação com os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para promover, de maneira articulada, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes. Visando à articulação entre as ofertas nos diversos níveis e as redes de ensino, o IFC tem instituído espaço específico de articulação, o Colegiado Institucional Articulador da Formação de Professores (Cofor).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

A formação inicial e a formação continuada de professores visam à preparação e ao desenvolvimento de professores para o magistério na educação básica em suas etapas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio – e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, o ensino e a aprendizagem, a gestão democrática, a auto avaliação e a avaliação institucional.

O estudo “Atratividade da Carreira Docente no Brasil” (2009) constata a existência de uma queda no interesse em seguir a carreira docente, devido a múltiplos fatores; o IFC, como instituição formadora e objetivando cumprir o estabelecido na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, se firma no compromisso com esta formação, preparando profissionais, tanto em cursos de licenciatura quanto em programas especiais de formação pedagógica, que sejam capazes de contribuir para solucionar os desafios inerentes à profissão, por meio de ações pedagógicas inovadoras que objetivem romper com processos organizativos disciplinares e fragmentados que caracterizam historicamente os cursos de formação de professores. Diante destes compromissos, a curricularização da pesquisa e da extensão vem como política que permite articular a pesquisa como princípio educativo, a extensão como ação dialógica e o ensino como síntese dos três processos.

Integrar a pesquisa e a extensão ao desenvolvimento do ensino possibilita vivenciar práticas e saberes que extrapolam os esquemas tradicionais que compõem os currículos acadêmicos. As ações de Ensino propostas pelo Instituto Federal Catarinense estão reguladas pela Lei 11.892/2008, pelo Acordo de Metas e Compromissos firmado entre MEC/Setec e IFC, pelas metas definidas no Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) e pelos princípios pedagógicos definidos no PPI/PDI. Para assegurar o desenvolvimento do ensino, conforme legislação vigente, o IFC traça seu percurso em documentos institucionais próprios, como Diretrizes e Organização Didática. Visando garantir identidade institucional na concepção dos cursos, as matrizes curriculares se constituem com unicidade de 75% para os cursos com a mesma nomenclatura.

Nessa unicidade, são observados os nomes dos componentes curriculares, a carga horária, bem como suas respectivas ementas. As Diretrizes estabelecem as concepções, os princípios e os fundamentos das ofertas do IFC, construídas a partir das discussões no ambiente escolar e na comunidade. Tais documentos orientam o trabalho de organização, articulação, desenvolvimento e



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

avaliação das propostas pedagógicas, complementando os demais documentos orientadores institucionais e buscando a equidade da aprendizagem e da estruturação acadêmica. Há que se considerar ainda que as diretrizes objetivam também preservar a autonomia institucional e sua proposta pedagógica. Já a organização didática tem por finalidade orientar e reger os procedimentos didático-pedagógico-administrativos relativos aos cursos, primando pela distribuição das responsabilidades e participação nos processos decisórios, com objetivo de consolidar na instituição processos de gestão democrática, na constituição dos Colegiados e Núcleos Docentes (IFC/PDI, 2019-2023, p. 51-55).

- Políticas de Extensão

No IFC a extensão é compreendida como processo educacional que incorpora a formação humana, levando em conta as características locais, sociais, culturais e científicas, podendo tornar o conhecimento produzido acessível à própria instituição e aos cidadãos, razão da existência da extensão. Assim, por meio das políticas da extensão, é possível a revitalização institucional, pois suas ações estabelecem como prioridade as demandas e as experiências externas da comunidade, visando atender a concretude dos processos formativos. É preciso ressaltar a relevância da extensão para a renovação da prática e dos métodos acadêmicos.

As atividades extensionistas, quando desenvolvidas em diálogo com a comunidade, colaboram para superar a repetição dos padrões conservadores, que reiteram a endogenia, obstaculizando o cumprimento da missão dos Institutos Federais. A política de extensão do IFC tem por objetivo a construção do conhecimento científico em diálogo com a comunidade. Neste sentido, o IFC empenha-se na superação da desigualdade, fator que ainda gera exclusão dentre os cidadãos. Socializar o conhecimento construído, além de fortalecer a parceria mútua no campo do conhecimento, também instiga os cidadãos a participarem com responsabilidade e compromisso em projetos que buscam melhoria de vida, por meio da educação. Para isso, os Programas, os Projetos e as Ações da instituição devem considerar as necessidades da comunidade, firmar intercâmbio que resulte na reflexão-ação da realidade e permitir o fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, extensão, pesquisa e inovação.

As políticas públicas de extensão são garantidas a partir Constituição Brasileira (1988), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), do Plano Nacional de Educação (2014-2024), que determina 10% da carga horária dos cursos em curricularização da extensão, e das Diretrizes



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Nacionais de Extensão. Fruto de longo, amplo, aberto e continuado debate no âmbito da Rede EPCT e do IFC, a extensão é definida como um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos, visando ao desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional.

Seu escopo é o de natureza processual multifacetada, pretendendo promover transformações não somente na comunidade interna, mas também nos segmentos sociais com os quais interage. Assim conceituada e à luz da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal, as diretrizes de extensão do Instituto Federal Catarinense são: I. Interação dialógica: pretende-se fazer ações com a comunidade. As relações entre o IFC e a comunidade são marcadas pelo diálogo, pois entende-se a importância do processo de troca entre os saberes popular e acadêmico. Dessa forma, nossa prática extensionista ocorre como ação de via dupla com os atores sociais que participam da ação. II. Indissociabilidade com o ensino, a pesquisa e a inovação: promove-se uma nova visão de aprendizagem, integrando a ela o processo de produção do conhecimento, a qual é entendida como princípio intrínseco e essencial para formação acadêmica dos discentes. Nessa perspectiva, o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa). III. Impacto e transformação: entende-se que as atividades extensionistas constituem aporte decisivo para a formação humana do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as questões sociais, facilitando a apropriação de compromissos éticos e sociais. Ademais, compreende-se que as atividades de extensão atendem aos arranjos produtivos, culturais e sociais em consonância com a realidade das comunidades locais e regionais. Há forte caráter de promoção da autonomia das comunidades, principalmente daquelas em situação de vulnerabilidade social. IV. Interdisciplinaridade: busca-se a integração de diferentes eixos tecnológicos, de áreas distintas do conhecimento, afirmando ações em convergência com as Áreas Temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho. Visa-se à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular. V. Avaliação formativa: propõe-se o acompanhamento processual e qualitativo das ações. É de fundamental importância a avaliação da sociedade sobre as atividades do IFC, bem como a análise do impacto da ação extensionista na transformação tanto da comunidade como do próprio IFC, que pode ser percebida pela criação de novos cursos, estágios e linhas de pesquisa.

A política perpassa todas as modalidades de extensão desenvolvidas pelos Institutos Federais,



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

sejam aquelas de governo ou de Estado, comuns a todos os institutos, ou aquelas desenvolvidas internamente, por meio de programas, projetos e atividades com recursos próprios e apoio de parceiros. As modalidades de extensão para o alcance dos objetivos institucionais são:

- **Programas:** conjunto de ações de caráter orgânico institucional, com duração superior a um ano, com clareza de diretrizes, orientadas a um objetivo comum, articulando projetos e outras ações existentes (cursos, eventos, prestação de serviços e produção profissional e tecnológica), inclusive do ensino, da pesquisa e da inovação.

- **Projetos:** conjunto de atividades de caráter orgânico-institucional, associadas e integradas para o alcance de objetivos comuns. São ações processuais e contínuas de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico, que propiciem a relação teoria/prática e envolvam docentes, técnicos administrativos, discentes e a comunidade, com prazo definido, sendo projetos tecnológicos, sociais, culturais, artísticos, esportivos e de grupos de estudos.

- **Serviços, produtos e processos tecnológicos:** atividades não rotineiras de consultoria, assessoria, laudos técnicos com agregado tecnológico para o mundo produtivo.

- **Eventos:** constituem-se em ações que implicam na apresentação e exibição pública e livre, ou também com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pelo IFC, com classificação por interesse e número de participantes e metodologia.

- **Estágio e emprego:** compreende ações que visam à inserção dos alunos do IFC no mundo do trabalho, por meio da divulgação das potencialidades acadêmicas, bem como a captação das necessidades, das demandas e da prospecção de oportunidades de estágio/emprego do setor produtivo. O estágio deve atender ao perfil de egresso da formação dos estudantes, como uma oportunidade de enriquecimento e complementação da formação profissional.

- **Produção e publicação:** elaboração de materiais didáticos, tais como livros, apostilas, manuais, cartilhas, vídeos, filmes, softwares, CDs e outros, articuladas às Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Inovação e de Extensão. Em suma, a política de extensão do IFC resulta na responsabilidade social coletiva (estudantes, servidores e comunidade em geral), com a participação de todos para uma formação profissional capaz de compreender a educação como processo social emancipatório que proporciona aos cidadãos o exercício consciente da cidadania (IFC/PDI, 2019-2023, p. 69-71).

- **Política de Pesquisa**



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Um dos desafios da educação profissional e tecnológica consiste em buscar uma aprendizagem capaz de tornar perceptíveis as múltiplas interações do sujeito com o mundo do trabalho. A ‘pesquisa’, termo etimologicamente derivado do verbo ‘perquirir’, é uma ação intencional de procurar conhecer algo com afinco, por meio da indagação, inquirição, investigação e averiguação, e constitui-se em um caminho de excelência para a compreensão das interações do sujeito com o mundo do trabalho, assim como das suas inter-relações com o mundo da vida social e do conhecimento. Inserida no contexto da educação profissional e tecnológica, a pesquisa: estabelece estreita relação com as demais atividades de formação, como o ensino, a extensão e a inovação; permeia as relações entre os processos formativos e o contexto em que estes ocorrem; acontece em situações e níveis de profundidade e de rigor diversos, considerando o princípio da verticalidade dos processos educativos – da qualificação profissional até a pós-graduação *stricto sensu*; articula os saberes e as práticas instituídos com as situações desconhecidas, constituindo-se em princípio educativo; e busca promover melhorias às condições de vida das pessoas, por meio da inovação e da transferência de conhecimentos e tecnologias às comunidades atendidas.

Desta forma, no âmbito do IFC, a pesquisa é entendida como atividade indissociável do ensino, da extensão e da inovação e visa à geração e à ampliação do conhecimento, estando necessariamente vinculada à criação e à produção científica e tecnológica, seguindo normas éticas em pesquisa preconizadas pela legislação vigente. Alinhada às concepções e princípios apresentados neste documento, a política de pesquisa e inovação do IFC organiza-se de modo a contemplar as indicações expressas na Lei nº 11.892/2008, quanto à finalidade e às características dos IFs: “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico” (BRASIL, 2008). Na mesma Lei, depreende-se que um dos objetivos dos IFs é o de “realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade”.

Considerando as relações existentes entre ensino, extensão, pesquisa e inovação, e sua integração nas atividades acadêmicas, a pesquisa desenvolvida nas diversas áreas da ciência é entendida como procedimento sistemático e criativo que busca coerência lógica e crítica para intervenção na realidade. Tais procedimentos podem ser desenvolvidos com a criação de novos produtos e/ou procedimentos extensíveis à comunidade, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico. Neste sentido, a ideia de Lukács (1978), a respeito de mover-se e ser movido por meio dos questionamentos, possibilita que, também por meio da pesquisa e de seus resultados, seja possível



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

intervir na realidade e modificá-la. Esta intervenção está intimamente atrelada à necessidade de contribuir para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população das regiões nas quais o IFC tem campus instalado.

Assim, os processos de verticalização dos cursos, a produção do conhecimento, a implantação de cursos de pós-graduação e o desenvolvimento e aprimoramento das pesquisas, integradas ao ensino, à extensão e à inovação, são elementos necessários para o fortalecimento institucional, uma vez que, entre os objetivos dos IFs, está a oferta de “[...] cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e de cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.” (BRASIL, 2008).

A política de pesquisa do IFC também se alinha ao marco legal da ciência, tecnologia e inovação vigente, pois atende aos seus princípios, dentre os quais se destacam: a promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégias para o desenvolvimento econômico e social; a promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros para tal finalidade; a redução das desigualdades regionais; a descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em cada esfera de governo, com desconcentração em cada ente federado; a promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas; a promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação científica e tecnológica; a simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação, e a adoção de controle por resultados em sua avaliação; dentre outros (BRASIL, 2016).

De acordo com o Regulamento das Atividades de Pesquisa, no âmbito do IFC, os objetivos são:

I – Estimular a realização de pesquisas científicas e tecnológicas inovadoras, capazes de agregar valores a conhecimentos técnico-científicos de interesse da sociedade e de seus segmentos; II – Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo investigativo de geração, adaptação e transformação de soluções científicas, técnicas e tecnológicas que atendam as demandas sociais e peculiaridades regionais; III – Fortalecer e consolidar os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, articulando-os às perspectivas globais de desenvolvimento humano, ambiental e socioeconômico; IV – Estimular o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à curiosidade e investigação científica; V – Implantar e difundir a cultura de inovação tecnológica, bem como



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

promover políticas de proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual; VI – Desenvolver e consolidar os Grupos de Pesquisa e a Iniciação Científica e Tecnológica, bem como subsidiar o desenvolvimento de programas de pós graduação.

Para fomentar o desenvolvimento de pesquisas entre servidores e alunos, é ofertado o Programa de Bolsas regulamentadas por dispositivos internos específicos, em consonância às orientações nacionais. As bolsas de pesquisa são distribuídas em cotas, a alunos do ensino médio e da graduação, para estimular o desenvolvimento de pesquisas orientadas por servidores da instituição. Deste modo, o programa de bolsas de iniciação científica e tecnológica e de inovação possui as seguintes modalidades:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), que disponibiliza bolsas para estudantes de graduação financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (Pibic-AF), destinadas à participação dos beneficiários das políticas de ação afirmativa do IFC para ingresso no ensino superior;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti), para estudantes do ensino superior, voltado ao desenvolvimento e à transferência de novas tecnologias e inovação;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (Pibic-EM), para estimular a iniciação científica dos estudantes do ensino técnico;
- Bolsas de Pesquisa e de Inovação Internas do IFC, para alunos de graduação, distribuídas anualmente, conforme disponibilidade de recursos próprios da instituição;
- Bolsas de Pesquisa e de Inovação Internas do IFC, para alunos do ensino médio, conforme disponibilidade financeira da instituição.

O IFC, além disso, desenvolve um programa de apoio à produção e publicação científica, em que se destacam as seguintes ações realizadas anualmente e levadas ao conhecimento e participação da comunidade por meio de editais específicos:

- Fomento a projetos de pesquisa, com a concessão de bolsas e auxílios financeiros para o desenvolvimento de projetos, destacando-se a chamada de apoio a projetos voltados ao desenvolvimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
- Apoio à publicação de artigos em periódicos científicos e apresentação de trabalhos em eventos



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

técnico-científicos;

- Apoio à publicação de livros, manuais e congêneres na Editora do IFC;
- Apoio à realização de eventos técnico-científicos, dentre outros.

Estas iniciativas buscam privilegiar o desenvolvimento de pesquisas que, além da produção de conhecimento, contemplem a interdisciplinaridade entendida “[...] como a arte do aprofundamento com sentido de abrangência, para dar conta, ao mesmo tempo, da particularidade e da complexidade do real” (DEMO, 1997, p. 88-89). Nesse contexto, por meio da colaboração entre servidores/pesquisadores, torna-se possível articular redes de pesquisa envolvendo servidores e estudantes dos vários campi na perspectiva da colaboração, no compartilhamento de processos e materiais e dos resultados. Para o CNPq, “as redes de pesquisa visam impulsionar a criação do conhecimento e o processo de inovação resultantes do intercâmbio de informações e, sobretudo, da junção de competências de grupos que unem esforços na busca de metas comuns, podendo ou não haver compartilhamento de instalações” (BRASIL, 2018). No contexto do IFC, as redes de pesquisa são uma importante forma de colaboração que permitem ampliar a rede de conhecimentos para vários campi e comunidades (IFC/PDI, 2019-2023, p. 77-80).

- **Políticas de Inovação**

A inovação, particularmente, é considerada resultado do trabalho conjunto entre ensino, extensão e pesquisa, e tem como objetivo o desenvolvimento de soluções tecnológicas para os problemas locais. A Política de Inovação, sintonizada com a Política de Pesquisa, trata, de modo mais específico, dos aspectos relativos à inovação, à propriedade intelectual, à transferência de tecnologia e de conhecimento, às criações e produções científicas e tecnológicas do IFC, aos direitos delas decorrentes, ao empreendedorismo, à prestação de serviços, à inovação/tecnologia social e à cooperação, tendo por base as seguintes diretrizes: I. A promoção de ações de incentivo à inovação científica e tecnológica, visando contribuir com a independência tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do estado e do país; II. A difusão dos conceitos e demais aspectos relacionados à inovação, à propriedade intelectual e à importância estratégica para a proteção dos direitos, como fator de desenvolvimento institucional; III. A transferência de tecnologia/conhecimento protegida e pertencente ao IFC, visando a sua efetiva aplicação junto à sociedade; IV. O apoio às ações institucionais voltadas ao empreendedorismo, tais como Incubadoras, Centros de Inovação, Parques Tecnológicos, entre outros arranjos; V. A formação de alianças cooperativas e interinstitucionais para



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

a criação de ambientes voltados à inovação científica e tecnológica.

A Política de Inovação alinha-se, portanto, à Lei de Inovação n. 10.973 de 2004, o Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação - Lei n. 13.243 de 2016 e Decreto n. 9.283 de 2018 e novos marcos legais vigentes, cujos princípios mais diretamente afetados são: estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisa; desenvolvimento e inovação de parques e polos tecnológicos no país; incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia; fortalecimento das capacidades operacional, científica, tecnológica e administrativa das ICTs; apoio, incentivo e integração dos inventores independentes às atividades das ICTs e ao sistema produtivo, dentre outros. Cabe destacar que a Política de Inovação do IFC a concebe em duas perspectivas: a tecnológica, quando orientada à criação e/ou melhoria de processos, produtos e serviços de interesse do setor produtivo; e social, quando orientada à melhoria das condições de vida de grupos sociais e desenvolvidos em interação com a comunidade, tendo em vista o estabelecimento de mecanismos de transformação social. Além disso, na perspectiva da inovação social, parte-se da premissa de que a tecnologia correspondente, a tecnologia social, deve ser apropriada pela população-alvo.

As ações desenvolvidas são voltadas para: gestão da propriedade intelectual produzida no IFC; acompanhamento e apoio aos projetos diagnosticados com potencial de inovação; realização de palestras e treinamentos aos servidores do IFC sobre temas relacionados à inovação, à propriedade intelectual e à transferência de tecnologia; intermediação entre as demandas identificadas junto à sociedade e a capacidade institucional de atuação; orientação e acompanhamento dos processos de transferência de tecnologia; dentre outros (PDI/IFC, 2019-2023, p. 79-80).

5.2 Políticas de Apoio ao Estudante

5.2.1 Assistência Estudantil

Neste contexto, a Política de Atendimento ao Discentes, articulada com as demais políticas da instituição, dá-se estrategicamente, por meio de diversas frentes: a) Programa de Auxílios Estudantis (PAE). As ações de assistência estudantil são pautadas no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Este tem como objetivos:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

O PNAES é implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando ao atendimento de estudantes regularmente matriculados, com ações de assistência estudantil nas áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação

- Programa de Auxílios Estudantis (PAE)

O Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC tem por objetivo criar condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da concessão de auxílios financeiros. O PAE destina-se prioritariamente a estudantes regularmente matriculados no IFC provenientes da rede pública de educação básica, e/ou com renda per capita de até um salário-mínimo e meio. Após o atendimento dos estudantes que se enquadram nestas situações, podem ser atendidos estudantes que comprovadamente encontram-se em vulnerabilidade socioeconômica, conforme análise e parecer dos assistentes sociais responsáveis.

Por meio deste Programa, o IFC atende um grande número de estudantes, aos quais disponibiliza auxílio financeiro nas seguintes modalidades: - Auxílio-Moradia: destinado a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que necessitam de complementação para suas despesas de aluguel, em razão do ingresso no IFC, e que sejam oriundos de outros municípios ou de zonas rurais distantes, para que possam residir nas proximidades do campus. - Auxílio-Permanência I: destinado a estudantes em extrema vulnerabilidade socioeconômica que necessitam de complementação para suas despesas de alimentação, transporte, material didático, entre outras, cujos serviços correspondentes não são fornecidos pelo IFC, visando, assim, à permanência e ao êxito acadêmico. - Auxílio-Permanência II: destinado a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que necessitam de complementação para suas despesas de alimentação, transporte, material didático, entre outras, cujos serviços não são fornecidos pelo IFC, visando, assim, à permanência e ao êxito acadêmico.

Os estudantes contemplados com o Auxílio-Moradia podem acumular este com mais um auxílio do PAE: Permanência I ou Permanência II. Os Auxílios Permanência I e Permanência II não são acumuláveis. Qualquer auxílio financeiro do PAE pode ser acumulado com bolsas recebidas pelo



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

estudante, tais como Bolsa Pesquisa (PIBIC, PIBIC-Af, PIBITI e PIBIC-EM do CNPq e bolsas com fomento interno), Bolsa Extensão, PET Educação, Pibid, Monitoria e Bolsa Permanência MEC.

- **Auxílio financeiro**

O Auxílio financeiro é concedido como incentivo à participação de estudantes em eventos e visitas técnicas de natureza acadêmica, científica, tecnológica, cultural e esportiva. Para incentivar a participação dos estudantes em eventos e visitas técnicas, por meio de editais, são concedidos auxílios financeiros para alimentação, hospedagem e transporte, conforme as demandas apresentadas pelos proponentes dos planos de trabalho. Os editais para esta finalidade são voltados aos estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais técnicos de nível médio, graduação, pós-graduação e Proeja, preferencialmente os atendidos pelo Programa de Auxílios Estudantis (PAE).

- **Alimentação Escolar**

A alimentação escolar é um direito dos estudantes da educação básica da rede pública de ensino, devendo ser promovida e incentivada, com objetivo de proporcionar o acesso à alimentação saudável e adequada, com alimentos variados e seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos estudantes, para a melhoria do rendimento escolar e para a permanência nas instituições de ensino. No IFC, gradativamente vem sendo executado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), considerando as especificidades e limitações de cada campus para a oferta de alimentação.

O PNAE é o mais antigo Programa do governo brasileiro na área de alimentação escolar e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sendo considerado um dos maiores e mais abrangentes do mundo no que se refere ao atendimento universal aos escolares e à garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. O Programa é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do Ministério da Educação (MEC), e atende de forma complementar todos os estudantes matriculados na educação básica das escolas.

Para além da execução do PNAE, a Instituição busca promover a segurança alimentar e nutricional e fomentar a prática da alimentação saudável na comunidade escolar, por meio de: I - oferta de alimentação aos estudantes, contemplando o uso de alimentos variados e seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares locais e regionais; II - inclusão da educação alimentar e nutricional de forma transversal no processo de ensino e aprendizagem, fomentando a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis; III - promoção da alimentação saudável nas cantinas, disponibilizando alimentação segura, variada e que propicie opções de escolha



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

saudáveis.

- **Cultura, Esporte, Lazer e Bem-Estar**

Institucionalmente são desenvolvidas ações que visam incentivar e fomentar atividades esportivas, culturais e de lazer como elementos essenciais à formação integral, promoção da saúde, qualidade de vida e integração entre os estudantes. As ações neste segmento contribuem também para o cumprimento dos objetivos do PNAES e para a permanência e o êxito dos discentes na instituição. Desde 2016, a instituição promove os Jogos Internos do IFC (JIFC), sendo crescente o número de participantes. A realização deste evento esportivo tem por objetivo proporcionar momentos de integração e prática esportiva entre a comunidade acadêmica do IFC. Os estudantes classificados na etapa interna participam da etapa regional dos Jogos dos Institutos Federais da Região Sul (JIFSul) e os classificados nesta etapa, por sua vez, participam da etapa nacional dos Jogos dos Institutos Federais (JIFs).

Outra ação institucional, realizada anualmente, é o IFCultura, cuja primeira edição ocorreu em 2015, com vistas a incentivar a cultura e o crescimento profissional, científico e tecnológico nas diversas modalidades e linguagens artísticas, com reflexão sobre humanidade e educação, contribuindo para o enriquecimento dos espaços educacionais. O IFCultura é itinerante e seus objetivos são: contribuir para a formação integral dos estudantes do IFC por meio do estímulo e da valorização das atividades culturais e artísticas; fomentar o intercâmbio sociocultural e artístico entre os estudantes e servidores, fortalecendo as relações entre os campi do IFC; e promover a participação dos estudantes do IFC como instrumento de inclusão social, empoderamento, pertencimento e de identidade multi-inter-cultural. Para incentivar a participação dos estudantes nos eventos esportivos e culturais, por meio de editais, são concedidos auxílios financeiros para alimentação, hospedagem e transporte, conforme as demandas apresentadas pelos proponentes dos planos de trabalho.

- **Organização e Movimentos Estudantis**

As atividades de representação estudantil são incentivadas por meio do diálogo e da parceria dos setores de atendimento ao estudante com os Centros Acadêmicos, Grêmios Estudantis e Diretórios Centrais dos Estudantes. Com esta integração, objetiva-se fomentar o controle social exercido pelos discentes, em especial sobre as ações a eles destinadas, proporcionando espaço para o debate e a avaliação dos serviços prestados. Além disso, incentiva-se a participação dos estudantes em espaços externos formais de representação. Para fomentar a atuação dos estudantes em eventos de representatividade estudantil, por meio de editais, são concedidos auxílios financeiros para



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

alimentação, hospedagem e transporte, conforme as demandas apresentadas pelos estudantes e servidores responsáveis.

- **Inclusão e Diversidade no Atendimento aos Estudantes**

A instituição de espaços para sensibilização, discussão e incentivo à cultura da inclusão é medida fundamental para garantir condições de permanência e êxito dos estudantes na instituição. Nesta perspectiva, o IFC busca promover a inclusão, não apenas em respeito à legislação vigente, mas compreendendo como seu dever, por ser uma instituição de ensino, acolher e prover uma educação digna a todos, respeitando suas singularidades. Em 2019 foi instituída a Política de Inclusão e Diversidade do IFC, a qual orienta as ações de promoção da inclusão, da diversidade e dos direitos humanos para acompanhamento e suporte da comunidade acadêmica inserida no contexto da diversidade cultural, étnico-racial, de gênero, sexualidade, necessidades específicas ou de outras características individuais, coletivas e sociais. A Política de Inclusão e Diversidade visa promover a inclusão, o respeito à diversidade e aos direitos humanos no âmbito do IFC, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e éticos. A partir dela foram instituídos os núcleos inclusivos, com atuação nos campi e na reitoria, quais sejam: Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (NEGES) e Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI). É facultativo aos campi e à Reitoria, respeitando suas especificidades, a formação de outros núcleos inclusivos.

- **Atendimento Educacional Especializado (AEE)**

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma das ações que compõem o atendimento ao estudante do IFC, regulamentado pela Resolução nº 15/2021 – CONSUPER, de 29 de abril de 2021. Entende-se por AEE o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados para complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes. São considerados público do AEE: estudantes com deficiência; estudantes com transtornos globais do desenvolvimento; estudantes com altas habilidades/superdotação e estudantes com necessidades específicas que necessitam de acompanhamento pedagógico contínuo, mediante avaliação da equipe de AEE.

A necessidade de atendimento para o estudante é avaliada pela equipe de AEE, sob enfoque pedagógico. A equipe de AEE é composta, em cada campus, no mínimo por pedagogo, psicólogo e professor de Educação Especial/AEE. A instituição tem compromisso com a garantia da presença destes profissionais nos campi, especialmente do professor de Educação Especial/AEE.



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Temporariamente, nos campi em que não há os cargos específicos que compõem a equipe de AEE, esta é constituída também por profissionais de outros campi.

1.1.1 Eventos Institucionais

Com o objetivo de garantir espaço para que estudantes e servidores vivenciem experiências formativas e integradoras por meio da ciência, da arte, da cultura, do esporte e do lazer, o IFC promove diversos eventos institucionais direcionados às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os eventos a seguir são fruto dos esforços dos campi e Reitoria, no que se refere tanto à força de trabalho quanto ao orçamento, aos quais somam-se as semanas acadêmicas, feiras, olimpíadas de conhecimento, dentre outras ações que são organizadas em cada campus

- **Micti:** a Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar é um evento no qual os estudantes dos cursos técnicos integrados e subsequentes, graduação e pós-graduação, bem como servidores do IFC e de instituições externas participam como ouvintes ou apresentadores de trabalhos. O evento tem fundamental importância ao estímulo da iniciação científica e do desenvolvimento de projetos integrados de ensino, de pesquisa e de extensão especialmente aos discentes, como socialização dos trabalhos e aprendizagens construídas. Como evento educativo a avaliação dos trabalhos tem caráter formativo, colaborativo, qualitativo e não classificatório, caso ela ocorra.
- **EPROMUNDO:** O EPROMUNDO é um evento que proporciona a difusão da cultura da inovação e empreendedorismo junto aos acadêmicos, educadores, pesquisadores, extensionistas e comunidade externa. Além disso, leva ao conhecimento da comunidade os cursos, soluções e tecnologias desenvolvidas no âmbito do IFC. Também incentiva o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de novos projetos alinhados às demandas dos Arranjos Produtivos, Culturais e Sociais Locais.
- **IFCultura:** o IFCultura visa contribuir para a formação integral dos estudantes do IFC por meio do estímulo e valorização da arte e da cultura como instrumento de inclusão social, empoderamento, pertencimento e de identidade multi-inter-cultural. As atividades artístico-culturais promovidas são a dança, o canto, o teatro, as artes visuais (pintura, escultura, desenho, gravura ou instalação) e a poesia. Jogos: como atividade de integração intercampi e de formação humana, as edições dos jogos (em etapa interna, regional e nacional) têm ampla participação dos estudantes. As modalidades vêm sendo diversificadas, desde o atletismo,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC
badminton, tênis de mesa, vôlei, vôlei de praia e xadrez.

- FICE: A Feira de Iniciação Científica e Extensão do IFC- Camboriú tem como objetivo divulgar trabalhos de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidos por estudantes do ensino médio/técnico e de graduação de instituições de ensino público ou privado e servidores do IFC-campus Camboriú. Os principais objetivos da FICE são: Incentivar o ensino, a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento de projetos científicos; Motivar a comunidade acadêmica para a pesquisa científica e para a busca de soluções para os problemas da sua realidade; Consolidar os grupos de pesquisa e extensão nas Instituições; Motivar o interesse pela investigação científica em todas as áreas da natureza técnica e humanística, objetivando o desenvolvimento de novos conhecimentos e tecnologias; Proporcionar ao corpo discente, docente e técnico-administrativo a oportunidade de aperfeiçoar atividades de orientação, extensão e de pesquisa científica; Propiciar o contato da comunidade regional com o meio científico, tecnológico e cultural; Proporcionar a melhora do processo de ensino e aprendizagem.

- Fórum de Formação de Professores: como continuidade às ações que já vinham sendo desenvolvidas no IFC pelo Prodocência, o Fórum de Formação de Professores representa a institucionalização de espaço que congrega os cursos de Licenciaturas, especializações e mestrados, bem como os programas Pibid e Residência Pedagógica, com vistas à articulação institucional para a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

- Seminário de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio: tem como objetivo desenvolver formação, contextualização e discussão sobre diretrizes, organização curricular e práticas para os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IFC.

- Movimento em Rede da Feira de Matemática: as Feiras de Matemática em Santa Catarina, desde 1985, são um espaço de extensão entre universidade e escola, no qual estudantes e professores, de todos os níveis de ensino, bem como a comunidade em geral, são protagonistas do trabalho realizado nas escolas. O IFC, desde 1996, participa ativamente das discussões, coordenação e organização dos eventos, além de contar com membros na Comissão Permanente das Feiras de Matemática. Este programa articula o educativo, o acadêmico, o científico, o cultural e o comunitário, tendo como pano de fundo o caráter público e inclusivo; articulando a pesquisa, a extensão e o ensino (OLIVEIRA, 2017). Oportunizam, dessa forma, a socialização do conhecimento matemático e das ciências à comunidade por meio de trocas de experiências e apresentação de trabalhos realizados por



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

alunos. Por fim, esta iniciativa possibilita a relação do ensino da matemática com a vida comunitária, transformando-a em um instrumento para garantia de reflexões críticas da sociedade e ampliação do conhecimento matemático dos estudantes (PDI/IFC, 2019-2023, p. 83-88).

1.1.2 Eventos Institucionais no âmbito do Campus Camboriú

- **Seminários de Socialização de Estágios Supervisionados**

Os Seminários de Socialização de Estágios Supervisionados consistem na apresentação das experiências vivenciadas ao longo do desenvolvimento dos Estágios Supervisionados. São realizados na finalização dos Estágios Supervisionados I e II, realizados na Educação Infantil e na finalização dos Estágios Supervisionados III e IV, realizados nos Anos Iniciais. São eventos internos, cujo público são as/os acadêmicas/os do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Estes eventos são organizados pelas/os docentes que ministram as disciplinas.

- **Seminários de Socialização de Projetos de Pesquisa: Disciplina Pesquisa e Processo Educativos IV**

O evento Socialização de Projetos de Pesquisa consistem na apresentação dos projetos de pesquisa a serem desenvolvidos pelas/os acadêmicas/os ao fim das experiências vivenciadas ao longo do desenvolvimento das disciplinas de Pesquisa e Processos Educativos I a IV. São eventos internos, cujo público são as/os acadêmicas/os do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Estes eventos são organizados pelas/os docentes que ministram as disciplinas.

- **Ciclo de Debates em Educação e Ciclo de conversas PPGE-IFC: temas contemporâneos na/da educação**

Consistem em uma proposta de extensão voltada à formação docente continuada e se constituem em espaços formativos tecidos a partir de temas contemporâneos da/na educação. Está sustentado na busca incansável de uma qualidade socialmente referenciada da Educação Pública brasileira e em conformidade com os pressupostos filosóficos e epistemológicos do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFC para o período 2019/2023. Tem por objetivo oportunizar aos acadêmicos e professores/as dos cursos de Licenciatura e de Pós-Graduação em Educação stricto sensu do IFC, assim como aos profissionais da Educação Básica das redes municipais e estadual de



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

ensino da AMFRI, um espaço de reflexão e discussão em torno de temas contemporâneos relacionados à educação e a especificidade da formação docente. A metodologia consiste em encontros constituídos em formato de conferências, mesas temáticas e/ou rodas de conversa que coloquem em relevo temáticas relativas à educação. A proposta integra ações organizadas em parceria com o curso de Pedagogia (campus Camboriú), com o Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Formação de Professores e Processos Educativos (GEPEFOPPE) e o Mestrado Acadêmico em Educação do IFC-Campus Camboriú. O projeto compõe uma carga horária total de 20 horas, distribuídas no ano letivo de 2022 e envolve os/as professores/as dos cursos de Pedagogia e do Mestrado em Educação. A partir desta proposta de extensão espera-se atender a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, em cumprimento àquilo que cabe a uma Instituições de Ensino Superior (IES); o fortalecimento das articulações entre os cursos de formação inicial e continuada de professores desenvolvida pelo IFC e destes com a educação básica; o desenvolvimento de uma política de incentivo à inovação, à transferência de conhecimentos e aos impactos sociais e acadêmicos.

5.3 Políticas de Acessibilidade e Inclusão

O IFC, por meio do setor de Engenharia e em parceria com os campi, atualizou os laudos padrões de acessibilidade, que possibilitaram a produção do Relatório Circunstanciado de Acessibilidade Arquitetônica para o atendimento da Lei nº 13.146/2015. Com base no Relatório Técnico de Prioridades de Acessibilidade e no Relatório Circunstanciado de Acessibilidade Arquitetônica, foi definido um cronograma de ações para implantação de correções, buscando adequar ou implantar a acessibilidade. Esses Relatórios estão disponíveis nos seguintes endereços: <http://ifc.edu.br/-relatorio-deacessibilidade/> e <http://ifc.edu.br/anexos-relatorio-de-acessibilidade/>.

Além da acessibilidade arquitetônica, o IFC empenha-se em reduzir as barreiras atitudinais. Para tanto, são organizados e promovidos eventos de sensibilização e conscientização pelos Napnes (Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) da instituição. Também é elaborado, pelo Napne/Reitoria, um relatório anual dos referidos Núcleos do IFC, com a finalidade de levantar informações necessárias a garantir o acesso das pessoas com deficiência/necessidade específica à instituição. Diversas outras ações são desenvolvidas pelos setores de atendimento ao estudante dos campi, em especial pelas equipes de atendimento educacional especializado (AEE), como a elaboração e a execução do Plano de AEE; a orientação de servidores, estudantes e



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

responsáveis sobre a utilização dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; e a orientação para adequações e adaptações curriculares.

No âmbito do ingresso de estudantes e servidores, destacam-se também: ações a fim de garantir condições especiais de prova para os candidatos de concursos e processos seletivos; a realização de avaliação de equipe multiprofissional no ingresso de servidores com deficiência, buscando conhecer as necessidades destes, para posterior orientação às unidades de lotação quanto às adaptações necessárias para garantir a acessibilidade; bem como orientações e encaminhamentos sobre o processo seletivo discente, em especial quanto à inscrição dos candidatos, as solicitações de condições especiais para a realização da prova e os procedimentos para matrícula, de forma a facilitar o primeiro contato destes estudantes e suas famílias com a instituição. (PDI/IFC, 2019-2023, p. 170).

5.3.1 Arquitetônica e Urbanística

Parte da arquitetura do *Campus* Camboriú refere-se ao modelo da década de 50, período da sua fundação como Colégio Agrícola de Camboriú, quando ainda não havia preocupação com a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O acesso seguro e autônomo às vias públicas e às edificações foi implantado através de nova construção e de reformas, conforme estabelece a legislação federal vigente e normas técnicas (NBR 9050/2004). As novas edificações do *campus* apresentam, desde o projeto, os requisitos estruturais de acessibilidade – calçadas, pontos táteis, portas, barras de apoio, sanitários e sinalização.

Neste sentido, observa-se a arquitetura separando as construções da Instituição em antiga, reformada e nova, ora possibilitando e ora limitando a fruição do espaço público institucional sem prejuízo de autonomia.

Quanto à construção antiga, no que se refere à área livre, o espaço para manobra de um cadeirante com deslocamento de 180 graus que possui o mínimo de 1,50 (largura) x 1,90 (profundidade) é parcial. No que se refere à área de alcance, a altura dos interfones, telefones e similares está entre 0,80 m a 1,20 m e a altura das maçanetas de portas estão entre 0,80 m e 1,00 m, conforme determina a NBR 9050/2004.

A construção antiga possui acesso a andares superiores através de escada que possuem patamar a cada 3,20 m de desnível quando há mudança de direção, além dos corrimões possuírem acabamento recurvado e estarem na altura correta, entre 0,70 m e 0,92 m, há também a opção de um elevador.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Quanto à circulação interna da construção antiga, os corredores de uso comum têm a extensão superior a 10,00 m e possuem 1,50 m de largura, as portas de circulação interna possuem largura mínima de 0,80 m, conforme NBR 9050/2004.

De modo geral, a entrada de alunos está localizada na via menor de fluxo de tráfego de veículos, as salas de aula (convencionais e laboratórios) possuem áreas de aproximação e manobra acessíveis e áreas de alcance manual.

Quanto à área de alcance da construção reformada e da construção nova, a altura dos interfones, telefones e similares está entre 0,80 m a 1,20 m e a altura das maçanetas de portas estão entre 0,80 m e 1,00 m, atendendo a NBR 9050/2004.

O acesso e a sinalização das partes reformadas e novas, possuem parcialmente pisos com superfície regular, firme e antiderrapante, desníveis do piso em altura máxima de 5 mm. Rampas com largura mínima de 1,20 m, elevador, escadas com patamar a cada 3,20 m de desnível em mudança de direção. Corrimãos com acabamento recurvado, em altura entre 0,70 m e 0,92 m.

A circulação interna dos prédios, reformados e novos, possuem corredores de uso comum com extensão de até 10,00 m com 1,20 m de largura, corredores com extensão superior a 10,00 m com 1,50 m de largura. Portas de circulação possuem largura mínima de 0,80 m e a área de aproximação de uma porta em seu sentido de entrada possui área livre de 1,20 m, suas maçanetas são do tipo de alavanca. Já as calçadas, passeios e vias de pedestres possuem faixa livre com largura mínima recomendável de 1,50 m.

Os banheiros da estrutura reformada há reservas para pessoas com deficiência, a bacia sanitária está numa altura mínima entre 0,43 e 0,48 (com a tampa do assento), o acionamento da descarga está a uma altura de 1,00 m e há lavatório dentro do sanitário reservado para pessoas com deficiência.

E a acessibilidade da construção nova da Instituição, a área livre para circulação de uma pessoa possui a largura mínima de 1,20 m, parcialmente para circulação de duas pessoas com largura mínima de 1,80 m. Espaço para manobra de um cadeirante (sem deslocamento) rotação de 90 graus possui o mínimo de 1,20 m por 1,20 m. E para um cadeirante (sem deslocamento) com rotação de 180 graus também possui o mínimo de 1,50 m por 1,20 m. Ainda para manobra de um cadeirante (sem deslocamento) com rotação de 360 graus possui o mínimo de diâmetro de 1,50 m.

Quanto à área de alcance, a altura dos interfones, telefones e similares estão entre 0,80 m e 1,20 m e a altura das maçanetas de portas estão entre 0,80 m a 1,00 m. Estão parcialmente dentro das regras a altura dos interruptores, das tomadas elétricas e dos armários em geral.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Para com os banheiros da construção nova, existem sanitários reservados para pessoas com deficiência, estão parcialmente localizados dentro de uma rota acessível, o sanitário para pessoas com deficiência possui barras de apoio acessíveis, a bacia do referido sanitário possui uma circunferência de acordo com o MR/ Módulo de Referência (0,80 m x 1,20 m). O acionamento da descarga está a uma altura de 1,00 m. Há lavatório a uma altura de 0,78 m e 0,80 m.

Quanto às vagas para veículos, próximo à biblioteca, o estacionamento possui reserva para pessoas com deficiência e a vaga possui a sinalização internacional de acessibilidade pintada no piso. Na lateral e nos fundos das instalações, vagas para veículos de pessoas com deficiência também estão reservadas e sinalizadas.

No que se refere à acessibilidade na construção nova, a entrada de alunos está localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos. As salas de aula convencionais e laboratórios são acessíveis, possuem áreas de aproximação e manobra acessível, áreas de alcance manual também acessível. Na faixa livre de circulação, há rampas.

5.3.2 Comunicacional e Informacional

Para o atendimento dos/das acadêmicos surdos e acadêmicas surdas, usuários e usuárias da Língua Brasileira de Sinais (Libras), há o Núcleo Bilíngue Libras-Língua Portuguesa (NUBI), que caracteriza-se como um núcleo destinado a promover condições igualitárias de acesso e permanência às pessoas surdas no IFC, contribuindo para sua inclusão social e acadêmica, por meio da garantia do seu direito linguístico.

O NUBI se organiza em uma estrutura multicampi, sendo formado por um grupo de docentes de Libras e de Tradutores Intérpretes de Libras que atuam em frentes de trabalho organizadas pelo núcleo nos locais em que exercem suas funções.

Este núcleo é representado, no IFC - *Campus* Camboriú, pelo professor de Libras e pela(s) Tradutora(s) Intérprete(s) de Libras. Estes profissionais realizam o acompanhamento dos acadêmicos surdos e das acadêmicas surdas na instituição, bem como são responsáveis por toda parte de acessibilidade linguística que diz respeito à Libras: tradução de editais para Libras, interpretação dos eventos institucionais, interpretação no contexto educacional (sala de aula), produção de material didático para estudantes surdos, orientação a respeito da identidade e “cultura surda”. Quanto a materiais acessíveis, a biblioteca do *campus* conta com acervo em Braille.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

5.3.3 Tecnológicas

Em relação aos alunos cegos e/ou com baixa visão, as providências e soluções tecnológicas como aquisição e/ou desenvolvimento de softwares e de ambientes virtualmente acessíveis, bem como de tecnologias assistivas ou ajudas técnicas (Braille), estão sendo estimuladas e desenvolvidas pelo Centro de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-guia e Inclusão. Estruturado em 2011, o referido centro também oferece, desde 2013, formação de pós-graduação lato sensu em Treinador e Instrutor de cães-guia e promoção de eventos correlatos com o tema.

5.4 Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma das ações que compõem o atendimento ao estudante do IFC, regulamentado pela Resolução nº 15/2021 – CONSUPER, de 29 de abril de 2021.

Entende-se por AEE o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados para complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes. São considerados público do AEE: estudantes com deficiência; estudantes com transtornos globais do desenvolvimento; estudantes com altas habilidades/superdotação e estudantes com necessidades específicas que necessitam de acompanhamento pedagógico contínuo, mediante avaliação da equipe de AEE. A necessidade de atendimento para o estudante é avaliada pela equipe de AEE, sob enfoque pedagógico. A equipe de AEE é composta, em cada campus, no mínimo por Pedagogo, Psicólogo e Professor de Educação Especial/AEE. A instituição tem compromisso com a garantia da presença destes profissionais nos campi, especialmente do professor de Educação Especial/AEE. Temporariamente, nos campi em que não há os cargos específicos que compõem a equipe de AEE, esta é constituída também por profissionais de outros campi (PDI/IFC, 2019-2023, p. 87).

5.4.1 Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne)

O NAPNE desenvolve estudos voltados às questões relativas à inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas, assim como ao desenvolvimento de ações de inclusão e



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

quebra de barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas. Dentre algumas de suas competências estão:

- Articular e promover ações referentes à questão da equidade e da proteção dos direitos de pessoas com deficiência e necessidades específicas, através de atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão;
- Sensibilizar a comunidade do *campus* e da Reitoria, por meio de espaços de debates, vivências e reflexões, quanto a cultura da educação para a inclusão, promovendo a quebra das barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas;
- Construir vínculos e manter diálogo permanente com fóruns, organizações, associações, representações da sociedade civil e movimentos sociais comprometidos com a temática de equidade e inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas;
- Assessorar e prestar consultoria às instâncias e setores do IFC em situações ou casos que envolvam essas temáticas;
- Incentivar a relação instituição/comunidade, no que diz respeito às pessoas com deficiência e necessidades específicas;
- Disponibilizar, estimular a produção e demandar a aquisição de materiais diversos sobre a inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas, que respeitem, valorizem e promovam a diversidade cultural;
- Contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas reflexivas, participativas e interdisciplinares, que possibilitem ao educador e ao educando o entendimento da necessidade de inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas;
- Propor políticas de acesso, permanência e êxito, de modo a atender, aconselhar e acompanhar, de forma transversal e interdisciplinar, pessoas com deficiência e necessidades específicas que se encontrem em vulnerabilidade social, cultural e/ou educacional.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

6.1 Perfil do Egresso

O Licenciado em Pedagogia deverá ser um profissional com perfil de pesquisador crítico-reflexivo habilitado a atuar no ensino, na pesquisa, na organização e gestão de projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da educação, tendo a docência como base de sua formação e identidade profissional. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006), o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

- I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre acadêmicos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

6.2 Campo de Atuação

A área de atuação profissional é a docência nas instituições de ensino e pesquisa, nos órgãos governamentais e não-governamentais, na educação básica e no planejamento, organização e gestão dos sistemas de ensino, nas esferas administrativas e pedagógicas, com competência técnico-científica. O trabalho pedagógico está presente nas várias modalidades da educação, considerando a sua importância no contexto das diversas esferas da atividade humana, constituindo assim, um leque de oportunidades de atuação para o pedagogo como o profissional da educação. Nesta perspectiva, as atividades do profissional Licenciado em Pedagogia envolvem a docência, a gestão dos processos educativos em ambientes escolares e não-escolares, e ainda a produção e disseminação de conhecimentos da área da educação. De acordo com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia (CNE/2006), o campo de atuação constitui-se das seguintes áreas:

- docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

pedagógicas do curso de Ensino Médio na modalidade Normal, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de em outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos;

- gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação;
- produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares.

6.3 Organização Curricular

De acordo com a Política Institucional de Formação de Professores do IFC, em seu Artigo 10 “os cursos de formação inicial de professores para a Educação Básica em nível superior, em cursos de Licenciatura do IFC, terão, no mínimo, 3.210 (três mil duzentas e dez) horas, e no máximo 3.410 (três mil quatrocentas e dez) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

I - no mínimo 800 (oitocentas) horas, compostas por Formação Geral e pelos Estudos Integradores a esta associados, previstos nos incisos I e IV do artigo 8º, respectivamente;

II - no mínimo 1600 (mil e seiscentas) horas, compostas por Aprofundamento e Diversificação de Estudo nas Áreas de Atuação Profissional e pelos Estudos Integradores a estes associados, previstos nos incisos II e IV do artigo 8º respectivamente;

III - 810 (oitocentas) horas, de prática pedagógica, assim distribuídas:

a) 405 (quatrocentas e cinco) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso da instituição formadora; e

b) 405 (quatrocentas e cinco) horas para a Prática como Componente Curricular, distribuídas ao longo do processo formativo.

Considerando ainda, no mesmo documento o § 1º orienta que “os cursos de licenciatura de mesma nomenclatura devem ter o mesmo tempo de integralização”; o § 2º prevê que “nas licenciaturas do IFC o tempo dedicado às dimensões e fundamentos pedagógicos não será inferior à quinta parte da carga horária total” e o § 3º faculta o “aproveitamento de formação e de experiências



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

anteriores nos termos do inciso III do parágrafo único do art. 61 da LDB (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009) e da Organização Didática dos Cursos do IFC.

No que se refere ao Eixo Pedagógico Obrigatório dos Cursos de Licenciatura do IFC, e firmado na Política Institucional de Formação de Professores em seus Artigos 11 e 12, deve ser deste modo compreendido:

Art. 11 O eixo pedagógico obrigatório compreende um grupo de disciplinas comuns aos cursos de Licenciatura do IFC que busca contribuir para a construção de uma identidade docente.

Art. 12 Deverá ser garantido o Eixo Pedagógico Obrigatório, explicitado em todos os PPCs dos cursos de licenciaturas, com disciplinas de dimensão e fundamentos pedagógicos comuns a todos cursos de licenciatura, distribuídas nos eixos dos incisos I e II do Art. 8º.

A organização curricular do curso possui como fundamento a Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006 e demais resoluções que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação. A Política Institucional de Formação de Professores em seu §1º, dispõe que “o Eixo Pedagógico Obrigatório terá carga horária total de, no mínimo, 660 (seiscentas e sessenta) horas e será formado pela escolha do curso dentre as seguintes disciplinas e respectivas cargas horárias mínimas:

6.4 Núcleo de Estudos de Formação Geral

I) Formação Geral: Núcleo de Estudos Básicos

De acordo com a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do IFC, o **Núcleo de Formação Geral** apresenta no mínimo 800h e “possui caráter de formação generalista, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais, composto por campos do saber que constroem o embasamento teórico necessário para a formação docente”.

Quadro 1: Componentes Curriculares do Núcleo de Formação Geral

Código	Disciplina	Carga Horária (horas)	Créditos	Prática como Componente Curricular
Componentes Obrigatórios do Curso de Licenciatura – IFC Campus Camboriú				
LPC0318	Didática Geral	60	04	----
LPC0324	Didática: Educação Infantil e Anos Iniciais	60	04	----



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

LPC0335	Educação, Diversidade e Inclusão	60	04	----
LPC0306	Educação, Sociedade e Trabalho	60	04	----
LPC0317	Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão	60	04	----
LPC0302	Filosofia da Educação	60	04	----
LPC0337	Gestão Educacional	90	06	30
LPC0307	História da Educação	60	04	----
LPC0303	Leitura e Produção Textual	60	04	----
LPC0338	LIBRAS	60	04	----
LPC0334	Políticas Públicas da Educação	60	04	----
LPC0311	Psicologia da Educação	60	04	----
LPC0345	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Educação	60	04	----
LPC0316	Teorias Educacionais e Curriculares	60	04	----
Total		870	58	30

Fonte: Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia – IFC CAM

II) Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos

De acordo com a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do IFC, o **Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos** apresenta no mínimo 1600h. Segundo o artigo 8 é definido:

II - Aprofundamento e Diversificação de Estudos nas Áreas de Atuação Profissional - composto por campos de saber destinados à caracterização da área específica de formação e conhecimentos pedagógicos específicos, priorizados pelo Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI), em sintonia com os sistemas de ensino.

Quadro 2: Componentes Curriculares do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos nas Áreas de Atuação Profissional

Código	Disciplina	Carga Horária (horas)	Créditos	Prática como Componente Curricular
Componentes Obrigatórios do Curso de Licenciatura – IFC Campus Camboriú				
LPC0323	Alfabetização e Letramento I	60	04	----
LPC0329	Alfabetização e Letramento II	60	04	----
LPC0301	Antropologia	60	04	----
LPC0320	Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa	90	06	30
LPC0327	Fundamentos e Metodologia em Matemática	90	06	30
LPC0326	Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais	75	05	15



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

LPC0332	Fundamentos e Metodologia em Geografia	75	05	15
LPC0339	Fundamentos e Metodologia em História	75	05	15
LPC0331	Fundamentos e Metodologia em Artes	90	06	30
LPC0319	Fundamentos em Matemática	30	02	----
LPC0342	Gestão Escolar	90	06	30
LPC0312	Infância e Educação Infantil	60	04	----
LPC0309	Infância e Pedagogia	60	04	----
LPC0321	Jogo, Brinquedo e Brincadeira	60	04	----
LPC0313	Linguagem, Corpo e Movimento	60	04	----
LPC0314	Linguística	60	04	----
LPC0308	Literatura e Educação	30	02	----
LPC0343	Modalidades da Educação Básica I (Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional Tecnológica)	60	04	----
LPC0304	Pedagogia e Profissão Docente	60	04	----
LPC03XX	Optativa1	30	02	----
LPC03XX	Optativa1	30	02	----
LPC0305	Pesquisa e Processos Educativos I	90	06	30
LPC0310	Pesquisa e Processos Educativos II	90	06	30
LPC0315	Pesquisa e Processos Educativos III	90	06	30
LPC0322	Pesquisa e Processos Educativos IV	90	06	30
LPC0328	Pesquisa e Processos Educativos V	90	06	30
LPC0333	Pesquisa e Processos Educativos VI	90	06	30
LPC0340	Pesquisa e Processos Educativos VII	90	06	30
LPC0344	Pesquisa e Processos Educativos VIII	30	02	----
Total		1965	131	375

Fonte: Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia – IFC CAM

III) Núcleo de Práticas Pedagógicas

De acordo com a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do IFC, o **Núcleo de Práticas Pedagógicas** compreende o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, e a Prática como Componente Curricular (PCC), distribuídas ao longo do processo formativo.

Quadro 3: Núcleo de Práticas Pedagógicas

Componentes Curriculares	Carga Horária	Créditos
Estágio Supervisionado I – Educação Infantil	105	07
Estágio Supervisionado II – Educação Infantil	90	06
Estágio Supervisionado III – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	105	07
Estágio Supervisionado IV - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	105	07



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Prática como Componente Curricular (PCC)	405	—
Total Carga Horária de Estágio	405	27
Total Carga Horária Total de Práticas Pedagógicas	810	27

Fonte: Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia – IFC CAM

IV) Núcleo de Estudos Integradores

De acordo com a Política Institucional de Formação de Professores do IFC, o **Núcleo de Estudos Integradores** corresponde a no mínimo 100 horas de Atividades Curriculares Complementares (ACCs) caracterizadas como atividades teórico-práticas de aprofundamento, complementares à formação e ao enriquecimento curricular. No Curso de Licenciatura em Pedagogia - Campus Camboriú será necessário realizar 170h de ACC para integralização do curso.

Quadro 4: Núcleo de Estudos Integradores

Código	Disciplina	Carga Horária (horas)	Créditos
ACC	Atividades de Ensino	Desenvolvidas ao longo do curso	
	Atividades de Pesquisa	Desenvolvidas ao longo do curso	
	Atividades de Extensão	Desenvolvidas ao longo do curso	
Total		170h	13

Fonte: Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia – IFC CAM

- Pesquisa e Processos Educativos – PPE

A disciplina de Pesquisa e Processos Educativos é um Componente Curricular Obrigatório do Curso de Pedagogia, compõe a matriz curricular do curso de forma transversal do primeiro (1º) ao oitavo (8º) semestre do curso. A disciplina de Pesquisa e Processos Educativos possui como objetivos a formação com pesquisa, bem como a inserção desde o processo inicial de formação nos campos de atuação profissional. Procura desenvolver a capacidade investigativa e produtiva do estudante e contribuir para a sua formação básica, profissional, artística, científica e política. Caso seja possível, poderá ser desenvolvida como atividade integrada ao Estágio Supervisionado. No que diz respeito aos campo(s) de investigação da Pesquisa e Processos Educativos, os campos de investigação se constituem nos eixos de formação do curso, a saber; Educação Infantil, Anos Iniciais, Modalidades da Educação e Gestão, bem como dos Espaços Não Escolares. Metodologicamente a Pesquisa e



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Processos Educativos está organizada ao longo dos oito semestres do Curso. É regida por um Regulamento específico.

Quadro 5: Disciplinas Pesquisa e Processos Educativos – PPE

Código	Disciplina	Carga Horária (horas)	Créditos	Prática como Componente Curricular
Componentes Obrigatórios do Curso de Licenciatura – IFC Campus Camboriú				
LPC0305	Pesquisa e Processos Educativos I	90	06	30
LPC0310	Pesquisa e Processos Educativos II	90	06	30
LPC0315	Pesquisa e Processos Educativos III	90	06	30
LPC0322	Pesquisa e Processos Educativos IV	90	06	30
LPC0328	Pesquisa e Processos Educativos V	90	06	30
LPC0333	Pesquisa e Processos Educativos VI	90	06	30
LPC0340	Pesquisa e Processos Educativos VII	90	06	30
LPC0344	Pesquisa e Processos Educativos VIII	30	02	----
Total		660	44	210

Fonte: Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia – IFC CAM

6.5 Relação Teoria e Prática

A dimensão da relação teoria e prática pode ser compreendida a partir do que Vázquez (1968, p. 117) denomina como: “[...] atividade teórica e prática que transforma a natureza e a sociedade; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, orienta a atividade humana; teórica, na medida em que esta ação é consciente”. Diante dessa perspectiva, o Curso ressalta a necessidade da articulação entre os conhecimentos teóricos e a prática social – como práxis. Outra contribuição importante sobre a relação teoria e prática é de Kuenzer (2003, p. 21), ao nos dizer que:

Não se trata mais de apenas fazer, mas de um fazer refletido, pensado, o que remete à ideia do movimento do pensamento que transita do mundo objetivo para a sua representação no plano da consciência; ou seja, o pensamento não é outra coisa senão uma imagem subjetiva do mundo objetivo, que se constrói a partir da atividade humana.

A prática, nesta perspectiva é “[...] compreendida não como mera atividade, mas como enfrentamento de eventos, não se configura mais como simples fazer resultante do desenvolvimento de habilidades psicofísicas; ao contrário, se aproxima do conceito de práxis, posto que depende cada vez mais de conhecimento teórico”. Kuenzer (2003) recorre à afirmação de Kopnin (1978, p. 168), o “[...] pensamento como relação teórica do sujeito com o objeto, surge e se desenvolve à base da



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

interação prática entre eles". Ou seja, diz a autora "[...] não há pensamento fora da atividade humana; esta interação tem caráter material, concreto-sensorial, passível de verificação empírica, uma vez que provoca mudanças no objeto, e ao mesmo tempo, no sujeito". É dessa forma que o Curso pretende materializar a relação teoria e prática, exercício complexo, porém necessário à formação do trabalhador em educação.

6.6 Prática como Componente Curricular (PCC)

De acordo com a Política Institucional de Formação de Professores do IFC, em sua Seção III, que aborda a Prática como Componente Curricular em seus artigos de 17 a 24, a Prática como Componente Curricular (PCC) é assim compreendida:

Art. 17. A Prática como Componente Curricular (PCC) deve compor os PPCs dos Cursos de Licenciatura, com o mínimo de 405 (quatrocentas e cinco) horas vivenciadas ao longo do curso com vistas à integração entre o IFC e o sistema de educação básica da região, fortalecendo a colaboração interinstitucional e a inserção dos estudantes de Licenciatura no contexto educacional.

Art. 18. A PCC objetiva fortalecer a relação entre teoria e prática na formação dos estudantes, mediante a valorização da pesquisa individual e/ou coletiva, e visa a preparação dos sujeitos para lidar com a tomada de decisões adequadas ao exercício da profissão, tendo a escola e, sobretudo, a sala de aula, como foco para onde converge a formação.

Art. 19. A carga horária destinada à PCC deverá envolver um movimento de reflexão-ação-reflexão, a partir da proposição de atividades inerentes à prática docente, por meio de estratégias que façam frente à complexidade do processo de ensino e aprendizagem nos campos específicos da formação dos estudantes.

Art. 20. A PCC é um momento formativo de caráter integrador fundamental à compreensão da profissão docente como um processo complexo - cujo entendimento não se restringe a um campo específico de conhecimento - para o que a reflexão teórica deve estar em permanente diálogo com o fazer cotidiano de sua profissão.

Art. 21. As PCCs buscam estabelecer a integração interna e externa dos conhecimentos específicos da área, dos saberes didático-pedagógicos e dos conhecimentos humanísticos.

Art. 22. A PCC, dada a sua natureza investigativa e, ainda, o diálogo que manterá com os diversos espaços educativos, poderá estar associada às dimensões da pesquisa e inovação e da extensão.

Firmados/as também na Política Institucional de Formação de Professores do IFC em seu Artigo 23, a oferta da carga horária de Prática como Componente Curricular poderá ser realizada das seguintes formas:

- I - nos componentes curriculares Pesquisa e Processos Educativos;
- II - em componentes curriculares específicos para realização de atividades de natureza teórico-prática e integradora, como por exemplo Projetos Integradores ou Laboratórios de Ensino, em que se trabalhem com situações-problema, identificadas



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

em diversos espaços educativos, e que dialoguem com a área de formação dos estudantes, prevendo-se, para tanto, a elaboração de projetos individuais ou coletivos, a serem construídos pelos estudantes sob a orientação do(s) professor(es) do componente curricular;

III - por meio de inserção da dimensão prática em disciplinas de diferentes núcleos de formação, indicando-se, no PPC, quais componentes curriculares se destinam a esse fim, e qual a carga horária reservada à PCC.

§ 1º As três formas de oferta da PCC podem coexistir no PPC.

§ 2º Em qualquer forma ofertada a PCC não poderá ter carga horária inferior a 15 horas por componente curricular.

§ 3º A carga horária da PCC poderá ser acrescida à carga horária de componentes curriculares do eixo pedagógico obrigatório, ou mesmo na carga horária de componentes pertencentes a unicidade entre cursos da mesma nomenclatura, desde que mantidas a carga horária dos componentes unificados.

Também o Artigo 24 orienta que a Prática como Componente Curricular deverá ser descrita no PPC, ou em normativa anexa, que traduza a curricularização e a indissociabilidade da Pesquisa e Inovação, da Extensão e do Ensino, favorecendo reflexões e vivências da formação e profissão docente e dos temas transversais.

Quadro 6: Disciplinas que possuem Prática como Componente Curricular - PCC

Código do componente	Nome do componente curricular	Carga Horária (horas)	Créditos	Carga horária de Prática como Componente Curricular
LPC0320	Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa	90	06	30
LPC0327	Fundamentos e Metodologia em Matemática	90	06	30
LPC0326	Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais	75	05	15
LPC0332	Fundamentos e Metodologia em Geografia	75	05	15
LPC0339	Fundamentos e Metodologia em História	75	05	15
LPC0331	Fundamentos e Metodologia em Artes	90	06	30
LPC0337	Gestão Educacional	90	06	30
LPC0342	Gestão Escolar	90	06	30
LPC0305	Pesquisa e Processos Educativos I	90	06	30
LPC0310	Pesquisa e Processos Educativos II	90	06	30
LPC0315	Pesquisa e Processos Educativos III	90	06	30
LPC0322	Pesquisa e Processos Educativos IV	90	06	30
LPC0328	Pesquisa e Processos Educativos V	90	06	30
LPC0333	Pesquisa e Processos Educativos VI	90	06	30
LPC0340	Pesquisa e Processos Educativos VII	90	06	30
Total		1305	87	405

Fonte: Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia – IFC CAM



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

7 INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade é um conceito tenso e polissêmico. Na proposta do Curso vamos ao encontro do que Alves *et al* (2004) apontam. Para os autores a interdisciplinaridade não pode ser vista fora da compreensão epistemológica, histórica e crítica. Ao questionarem a filosofia do sujeito, dizem que “[...] a ciência não pretende perder de vista a disciplinaridade, mas vislumbra a possibilidade de um diálogo interdisciplinar, que aproxime os saberes específicos, oriundos dos diversos campos do conhecimento, em uma fala compreensível, audível aos diversos interlocutores” (ALVES; BRASILEIRO; BRITO, 2004, p. 140).

Ainda para aos autores, com base nas contribuições de Demo (1997), a interdisciplinaridade quer “[...] horizontalizar a verticalização, para que a visão complexa seja também profunda, e verticalizar a horizontalização, para que a visão profunda seja também complexa” (DEMO, 1997, p. 88). Conforme os autores, Demo define a interdisciplinaridade “[...] como a arte do aprofundamento com sentido de abrangência, para dar conta, ao mesmo tempo, da particularidade e da complexidade do real” (DEMO, 1997, p. 88-89). Para Alves *et al.* (2004, p. 142) o autor citado sugere a prática de pesquisa em grupo como metodologia mais indicada, pela possibilidade da cooperação qualitativa entre especialistas.

Esta prática será viabilizada por meio das equipes de profissionais ou pesquisadores especialistas, mediados pela linguagem, pelo diálogo e pelos métodos acessíveis a todos. Recorremos ainda às contribuições de Jantsch e Bianchetti (1997) ao dizerem que a interdisciplinaridade não pode ser concebida fora dos modos de produção históricos em vigor. Para os autores, significa que é produto de um processo que foi engendrado no meio da construção do conhecimento ao qual subjazem a filosofia e a ciência. Inclua-se, aí, a fragmentação do conhecimento. A abordagem interdisciplinar deve ser entendida como produto histórico. Tal compreensão apontam Jantsch e Bianchetti (1997), não exclui a necessidade de avançar na direção de outro paradigma que permita uma aproximação maior da visão histórica. Não implica também que interdisciplinaridade e especialidade não possam conviver de forma harmoniosa, dado que o “genérico e o específico não são excludentes”.

É a partir dessas contribuições que o Curso pretende materializar o exercício da interdisciplinaridade no processo de formação. Embora a estrutura curricular do curso seja disciplinar, a metodologia e abordagem dos conteúdos, buscará estabelecer relações e diálogos entre as



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

disciplinas que ocorrem concomitantemente, bem como as dos semestres anteriores e posteriores. A articulação entre o corpo docente do curso é que permitirá maiores avanços nas relações interdisciplinares a serem estabelecidas. Para isso, o planejamento coletivo e sistemático torna-se indispensável, a partir da internalização do projeto pedagógico do curso. Deste modo, a matriz curricular foi organizada de forma que algumas disciplinas promovam o princípio interdisciplinar, para tal, foi elencado um conjunto de disciplinas com a função de articular os conteúdos trabalhados, as quais deverão orientar as atividades em diálogo com as demais disciplinas.

- Educação Ambiental

De acordo com a Resolução do CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012 (BRASIL, 2012), que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental:

Art. 7º Em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, reafirma-se que a Educação ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos.

No Curso de Licenciatura em Pedagogia a temática ambiental poderá ser desenvolvida nos componentes curriculares: Linguagem, Corpo e Movimento; Jogo, Brinquedo e Brincadeira; Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais; Fundamentos e Metodologia em Geografia; Tecnologias da Informação e Comunicação em Educação; Contação de histórias em Libras; Sociedade, globalização, capitalismo e modernidade líquida; Paulo Freire e Educação.

Tais disciplinas possibilitam abordar temáticas como as relações entre corpo, meio ambiente e natureza; direto a viver em um meio ambiente saudável; o papel das tecnologias no cuidado com o meio ambiente. Também as disciplinas de **Pesquisa e Processos Educativos** que permitem desenvolver pesquisas articulando educação e meio ambiente e as disciplinas de Estágio Supervisionado I a IV, nas quais podem ser realizadas contação de histórias abordando o meio ambiente, desenvolver atividades e conhecimentos relacionadas à natureza, trabalhar com músicas, parlendas, atividades com materiais recicláveis, relações entre a globalização e o meio ambiente, relações com o meio ambiente como forma de humanização, dentre outros aspectos. O IFC também possui o Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) com ação em todos os Campi, além de promover o debate do tema em semanas acadêmicas, ciclo de palestras, feiras acadêmicas, entre outros.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- Educação Étnico-Racial

A Educação das Relações Étnico-Raciais, e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena pertinentes ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, poderá ser tratada de acordo com a Lei nº 11.645/2008 e a Resolução CNE/CP nº 01/ 2004, sendo que a valorização dessas culturas será a base para o trabalho da questão étnica e racial. Os conteúdos relacionados a essa temática estão incluídos nos componentes curriculares de História da Educação; Sociedade, globalização, capitalismo e modernidade líquida; Contação de histórias em Libras; Fundamentos e Metodologia em História; Fundamentos e Metodologia em Artes; Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos; Linguagem, Corpo e Movimento; Jogo, Brinquedo e Brincadeira e Antropologia. Tais disciplinas possibilitam abordar temáticas que problematizam as relações entre educação e questões étnico-raciais por meio do desenvolvimento de pesquisas articulando tais fenômenos e de atividades que suscitem debates sobre o tema.

- Direitos Humanos

De acordo com a Resolução do CNE/CP nº 02/2012 – que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012, p. 2):

Art. 5º A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

Sendo assim, em atendimento a Resolução do CNE/CP nº 02/2012, conteúdos referentes aos direitos humanos poderão ser trabalhados no PPC nos componentes curriculares Antropologia, Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos e Sociedade, globalização, capitalismo e modernidade líquida, cujas ementas contemplam aspectos relacionados aos direitos humanos, ou mesmo de forma interdisciplinar.

8 MATRIZ CURRICULAR

8.1 Matriz Curricular para os Ingressantes a partir de 2023



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC
Quadro 7: Matriz Curricular 2023

1º Semestre								
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	CH Presencial		CH da Curricularização da Pesquisa (CP)	CH da Curricularização da Extensão (CE)	PCC	Estágio	CH Total
		CH Teórica	CH Prática					
LPC0301	Antropologia	60			15			60
LPC0302	Filosofia da Educação	60			15			60
LPC0303	Leitura e Produção Textual	60						60
LPC0304	Pedagogia e Profissão Docente	60						60
LPC0305	Pesquisa e Processos Educativos I	60		30		30		90
	Total	300		30	30	30		330

2º Semestre									
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial		CH da CP	CH de CE	PCC	Estágio	CH Total
			CH Teórica	CH Prática					
LPC0306	Educação, Sociedade e Trabalho		60						60
LPC0307	História da Educação		60						60
LPC0308	Literatura e Educação		30			15			30
LPC0309	Infância e Pedagogia		60			15			60
LPC0310	Pesquisa e Processos Educativos II	LPC0305	60		30		30		90
LPC0311	Psicologia da Educação		60						60
	Total		360		30	30	30		360

3º Semestre								
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial	CH de	CH de	PCC	Estágio	CH Total



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

					CP	CE			
			CH Teórica	CH Prática					
LPC0312	Infância e Educação Infantil		60			15			60
LPC0313	Linguagem, Corpo e Movimento		60			15			60
LPC0314	Linguística		60						60
LPC0315	Pesquisa e Processos Educativos III	LPC0305 LPC0310	60		30		30		90
LPC0316	Teorias Educacionais e Curriculares		60						60
	Total		300		30	30	30		330

4º Semestre									
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial		CH de CP	CH de CE	PCC	Estágio	CH Total
			CH Teórica	CH Prática					
LPC0317	Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão		60						60
LPC0318	Didática Geral		60						60
LPC0319	Fundamentos em Matemática		30						30
LPC0320	Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa		60		30	30	30		90
LPC0321	Jogo, Brinquedo e Brincadeira		60			15			60
LPC0322	Pesquisa e Processos Educativos IV	LPC0305 LPC0310 LPC0315	60		30		30		90
	Total		330		60	45	60		390

5º Semestre									
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial		CH de CP	CH de CE	PCC	Estágio	CH Total
			CH Teórica	CH Prática					
LPC0323	Alfabetização e Letramento I		60						60



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

LPC0324	Didática: Educação Infantil e Anos Iniciais		60						60
LPC0325	Estágio Supervisionado I - Educação Infantil		30					75	105
LPC0326	Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais		60			15	15		75
LPC0327	Fundamentos e Metodologia em Matemática		60			30	30		90
LPC0328	Pesquisa e Processos Educativos V	LPC0305 LPC0310 LPC0315 LPC0322	60		15	15	30		90
	Total		330		15	60	75	75	480

6º Semestre									
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial		CH de CP	CH de CE	PCC	Estágio	CH Total
			CH Teórica	CH Prática					
LPC0329	Alfabetização e Letramento II		60						60
LPC0330	Estágio Supervisionado II - Educação Infantil	LPC0325	30					60	90
LPC0331	Fundamentos e Metodologia em Artes		60		30	30	30		90
LPC0332	Fundamentos e Metodologia em Geografia		60		15	15	15		75
LPC0333	Pesquisa e Processos Educativos VI	LPC0305 LPC0310 LPC0315 LPC0322 LPC0328	60		30		30		90
LPC0334	Políticas Públicas da Educação		60						60
	Total		330		75	45	75	60	465

7º Semestre									
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial		CH de CP	CH de CE	PCC	Estágio	CH Total
			CH Teórica	CH Prática					
LPC0335	Educação, Diversidade e Inclusão		60						60



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

LPC0336	Estágio Supervisionado III - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	LPC0325 LPC0330	30					75	105
LPC0337	Gestão Educacional		60		30		30		90
LPC0338	LIBRAS		60						60
LPC0339	Fundamentos e Metodologia em História		60		15	15	15		75
LPC0340	Pesquisa e Processos Educativos VII	LPC0305 LPC0310 LPC0315 LPC0322 LPC0328 LPC0333	60		15	15	30		90
Total			345		60	30	75	75	480

8º Semestre									
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial		CH de CP	CH de CE	PCC	Estágio	CH Total
			CH Teórica	CH Prática					
LPC0341	Estágio Supervisionado IV - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	LPC 0325 LPC 0330 LPC 0336	30	75				75	105
LPC0342	Gestão Escolar		60			15	30		90
LPC0343	Modalidades da Educação Básica I		60			15			60
LPC0344	Pesquisa e Processos Educativos VIII	LPC0305 LPC0310 LPC0315 LPC0322 LPC0328 LPC0333 LPC0340	30		30	30			30
LPC0345	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Educação		60		11	11			60
LPC03XX	Optativa I		30						30
LPC03XX	Optativa II		30						30
Total			300	75	41	71	30	75	405

Fonte: Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia – IFC CAM

Quadro 8: Síntese da Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Síntese da Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia	CH
Núcleo de Formação Geral	870
Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos	1965
Núcleo de Estudos Integradores/ Atividades Curriculares Complementares	170h
Prática como Componente Curricular (PCC)	405h
Carga horária mínima de optativas	60h
Estágio Curricular Supervisionado	405h
Trabalho de Curso (prevista no componente curricular PPE VIII)	30h
Curricularização da Pesquisa	341h
Curricularização da Extensão	341h
Carga horária Total do Curso	3.410h

9 COMPONENTES OPTATIVOS

A matriz curricular deve prever no mínimo 2% da carga horária total do curso para componentes curriculares optativos – artigo 122 da Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021.

9.1 Matriz Curricular dos Componentes Curriculares Optativos

Quadro 9: Componentes Curriculares Optativos

Código no SIGAA	Componente Curricular	Pré-requisito	CH Teórica	CH Prática	CH Total
LPC 0346	Paulo Freire e Educação		30		30
LPC 0347	Tópicos Especiais da Língua Portuguesa		30		30
LPC 0348	Marxismo e educação		30		30
LPC 0349	Contação de histórias em Libras	LPC0338	30		30
LPC 0350	Sociedade, globalização, capitalismo e modernidade líquida		30		30
LPC 0351	Modalidades da Educação Básica II		30		30

Fonte: Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia – IFC CAM

10 INFRAESTRUTURA FÍSICA DISPONÍVEL NO CAMPUS

10.1 Biblioteca

As bibliotecas são pilares indispensáveis para a dinamização de ações educativas para o fortalecimento da missão institucional. O Instituto Federal Catarinense (IFC) atualmente possui 17



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

bibliotecas, distribuídas em seus 15 *campi*. A partir de março de 2014 (Resolução nº. 007 – CONSUPER/2014) todas as bibliotecas do IFC passaram a compor o **Sistema Integrado de Bibliotecas** – SIBI-IFC, que objetiva promover a gestão integrada das bibliotecas, oportunizar o compartilhamento de serviços e produtos, racionalizar o uso dos recursos orçamentários e de pessoal assim como buscar estabelecer convênios de cooperação e parcerias interinstitucionais de nível nacional e internacional. O SIBI-IFC está vinculado a Pró-Reitoria de Ensino e sua estrutura organizacional está assim composta: a) Conselho de Representantes de Bibliotecas – COREB (deliberativo); b) Coordenação do SIBI-IFC; c) Bibliotecas dos *campi* e d) Comissões de Estudos e Trabalhos.

A biblioteca do *Campus* Camboriú é uma das bibliotecas que compõem o SIBI. Seu atendimento ao público é realizado das 7h30 às 22h35, de segunda a sexta-feira. Possui uma equipe altamente qualificada de profissionais, sendo três bibliotecárias (uma doutora e duas mestres); 3 auxiliares de biblioteca (uma mestre, uma especialista e outra graduada) e dois bolsistas de nível superior. Sua estrutura ocupa uma área construída de 600 m². Oferece espaços para estudo em grupo e individual (60 lugares), 6 computadores para pesquisa na internet e elaboração de trabalhos acadêmicos, rede wireless para facilitar o uso de computadores pessoais, um miniauditório com capacidade para 48 pessoas, equipado com vídeo, DVD, televisão, tela de projeção e quadro branco. Seu acervo local é composto de livros, periódicos, teses, dissertações, DVDs e CD-ROMs, totalizando aproximadamente 18.000 títulos/34.000 exemplares. Destaca-se que o conjunto de bibliotecas do IFC possui aproximadamente 80.000 títulos/190.000 exemplares e os mesmos podem ser utilizados mediante o serviço de empréstimo entre bibliotecas. O gerenciamento das bibliotecas é automatizado utilizando-se o Sistema Pergamum. Sendo assim, procedimentos básicos, tais como consulta ao acervo, reservas e renovações podem também ser feitos *on-line*, através do *site* https://pergamum.ifc.edu.br/pergamum_ifc/biblioteca/index.php, via computador ou dispositivos móveis (Pergamum Móvel). Tendo por objetivo atender os usuários de forma plena, a biblioteca oferece diversos serviços e produtos:

- a) Empréstimo entre bibliotecas – visa disponibilizar o acesso dos usuários a recursos informacionais que estão alocados em outras bibliotecas do IFC. Os pedidos de empréstimo entre bibliotecas são realizados pelos usuários de forma *on-line* na página de consulta ao acervo;
- b) Renovação de empréstimos via telefone – serviço oferecido para facilitar o processo em momentos em que o usuário não dispõe de internet;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- c) Serviço de acesso a bibliografia básica e complementar constante no Plano de Ensino do(s) curso(s) aos quais o aluno está vinculado. Esse serviço está disponível no ambiente “Meu Pergamum”. No link “Plano de ensino” o aluno ou professor pode consultar, por disciplinas do curso, quais os títulos indicados na bibliografia básica e complementar e verificar sua disponibilidade na biblioteca;
- d) Capacitação na área da pesquisa - é um serviço de mediação educativa oferecido nas áreas da busca, seleção e uso de informações em produções acadêmicas. São oferecidos treinamentos específicos, por demanda, que englobam orientações sobre o uso dos recursos da biblioteca, visitas orientadas, uso das normas ABNT, uso do Portal CAPES e outras bases de dados, pesquisas informacionais on-line e normalização de trabalhos acadêmicos. Esse serviço está disponível para professores, alunos e funcionários;
- e) Tutoriais de Normalização - Materiais de consulta para orientação sobre normalização de trabalhos acadêmicos e científicos disponível no site do SIBI;
- f) Disque biblioteca ABNT – trata-se de um serviço de atendimento ao usuário via telefone e/ou e-mail que objetiva responder dúvidas sobre formatação de trabalhos acadêmicos;
- g) Ficha catalográfica – Sendo um elemento obrigatório em trabalhos acadêmicos, o Sistema de Bibliotecas oferece um programa automatizado desenvolvido com apoio de outras instituições que permite gerar automaticamente ficha catalográfica (<http://biblioteca.arauari.ifc.edu.br/biblioteca/fichacatalografica/>).
- h) Projeto Livro Livre – trata-se de um espaço destinado a disponibilizar aos usuários, obras recebidas pela biblioteca na forma de doação e não incorporadas ao acervo, por não estarem em conformidade com a Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca;
- i) Repositório Institucional – Projeto desenvolvido sob responsabilidade do Sistema Integrado de Biblioteca e objetiva reunir, organizar e disseminar a produção Intelectual do IFC.

10.2 Conteúdos Digitais e Virtuais

Além dos recursos informacionais disponíveis fisicamente a biblioteca oferece acesso a conteúdos digitais/virtuais, com acesso específico para a comunidade do IFC, quais sejam:

- a) mais de 12.000 títulos de livros digitais (e-books) nas diversas áreas do conhecimento do interesse institucional;
- b) normas da ABNT;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- c) acesso a Rede de Repositórios Nacionais da Rede Pergamum;
- d) Portal Capes (Conteúdos restritos ao IFC e de acesso público).

O Sistema Integrado de Bibliotecas ainda disponibiliza em seu site (<http://biblioteca.ifc.edu.br/>) uma base de links que facilita o acesso a outros conteúdos digitais.

10.3 Áreas de Ensino e Laboratórios

A promoção das atividades escolares do Curso Licenciatura em Pedagogia do *Campus Camboriú* está localizada na cidade de Camboriú, em terreno central de grandes dimensões, com a seguinte infraestrutura:

- Área total: 2.100.000 m² (cerca de 210 hectares)
- Área construída: 20.000 m²
- Área disponível para o desenvolvimento de projetos: 1.170.000 m²
- Área de preservação florestal e hídrica: 350.000 m²
- Área de jardins, urbanização e outros: 310.000 m²
- Área esportiva e centro esportivo: 30.000 m²
- Área destinada a outras finalidades: 80.000 m²

O Curso Superior de Licenciatura em Matemática conta com os seguintes prédios de apoio:

- Prédio A: Sala de Conselhos.
- Prédio C: Cantina.
- Prédio E: Biblioteca, Auditório e Miniauditório.
- Prédio F: Salas de aula, Sala de professores e Laboratório de Matemática.
- Prédio J: Salas de aula e Salas de coordenadores de Cursos Superiores incluindo a sala da coordenação do curso de Licenciatura em Matemática.
- Laboratórios de Informática que são utilizados pelo curso de Licenciatura em Matemática e Laboratório IFMaker.
- Refeitório, localizado ao lado do bloco J.

A Sala de reuniões denominada “Sala de Conselhos” possui capacidade de 80 lugares, com data show fixo e ar-condicionado.

A cantina oferece diferenciados lanches e refeições, e amplo espaço com mesas. O refeitório está à disposição de todos os estudantes e promove almoço e jantar balanceados por um preço



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

acessível.

O Auditório possui capacidade para 400 pessoas e dispõe de ar-condicionados, data show e computador fixo, palco, bastidores, mesa para convidados, sistema de som, microfones, banheiros, cortinas, etc.

O Miniauditório possui capacidade para 48 pessoas, com televisor fixo, mesa, cortinas e ar-condicionado.

A Sala de Professores do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia (Sala F-101) constitui um ambiente agradável de estudo, pesquisa, planejamento de atividades de ensino e de apoio ao ensino. O objetivo foi reunir em um mesmo espaço a maioria dos docentes de uma mesma área. Cada docente conta com mesa e armário. Há também uma impressora na sala F-101, para uso coletivo entre os docentes.

As salas de aula do curso localizam-se nos blocos F e/ou J, a lotação dos ambientes varia de um ano para o outro. Os blocos F e J dispõem de 10 e 15 salas de aula, respectivamente, cada uma com capacidade para 40 educandos, equipadas com televisores (Bloco F) ou data-shows fixos (Bloco J), cortinas, ar-condicionados e isolamento acústico. A Sala de Coordenadores de Cursos Superiores (Sala J-001) localiza-se no Bloco J e conta também com sala de atendimento ao discente.

O Laboratório de Pedagogia (Sala F-108) é um espaço destinado à pesquisa e à produção de materiais de ensino-aprendizagem para o trabalho com a Pedagogia, bem como para o desenvolvimento das relações entre teoria e prática, que visam aprimorar os conhecimentos pedagógicos, e de tecnologias articuladas com os diferentes campos de conhecimento.

O Laboratório de Pedagogia é constituído por um vasto acervo de recursos didáticos destinados ao aprimoramento das práticas por meio de aulas ministradas *in loco* pelas diferentes disciplinas. Possui também computadores e *softwares* educativos destinados ao ensino da Pedagogia, que permitem aos estudantes aprender a incluir as tecnologias no processo educacional. Conta ainda com mesas adaptadas para o ensino fundamental anos iniciais, que permitem organizações diferentes para trabalho em grupo. É também um espaço por excelência para confeccionar jogos visando o ensino neste nível de ensino. O funcionamento do Laboratório de Pedagogia, se dá por meio de aulas ministradas pelos docentes do Curso, desenvolvimento de projetos de extensão visando atender a comunidade externa, visitas guiadas sempre em cooperação com estagiários bolsistas, que ficam à disposição dos interessados, tanto internos, quanto externos, nos momentos em que o laboratório não é utilizado para aulas.

Os laboratórios de informática são agendados em sistema *online* através da URL



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

<http://www.reservas.ifc-camboriu.edu.br/>. Observa-se que todos os ambientes do *campus* podem ser acessados pelo docente, mediante reserva prévia no sistema.

O Laboratório IFMaker irá Auxiliar os Professores e Técnicos Administrativos em Educação no desenvolvimento da cultura *learning by doing*, levando-os a identificar, planejar e implementar ações que possibilitem a utilização da Aprendizagem Baseada em Projetos e sobre como ela pode ser utilizada nestes espaços como suporte ao processo de ensino-aprendizagem de todas as áreas do conhecimento, o que permitirá que o(a) aluno(a) seja protagonista no processo ensino/aprendizagem, e que o envolvimento com as necessidades da sociedade onde a unidade acadêmica está inserida seja estimulado.

10.4 Laboratório de Ensino do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFC - Campus Camboriú

O Laboratório de Ensino do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFC - Campus Camboriú constitui-se em um espaço de ensino, pesquisa e extensão, propiciando aos acadêmicos ações voltadas para construção de saberes convergentes com o perfil do egresso que se pretende formar no referido curso, conforme consta no Projeto Pedagógico do Curso. O laboratório visa favorecer a aproximação entre a formação teórica e a formação prática do futuro pedagogo mediante o planejamento e a efetivação de oficinas relacionadas aos fundamentos e às metodologias de ensino desenvolvidas na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e nas modalidades da Educação Básica. O mesmo se estrutura para desenvolver atividades de natureza prática mediante a organização de oficinas de ensino e aprendizagem desenvolvidas por professores e estudantes objetivando a elaboração de material didático, a compreensão e a avaliação de seu adequado uso pedagógico durante o processo de ensino e aprendizagem.

Também é destinado ao atendimento de acadêmicos que estejam inseridos no contexto da prática, atuando como docentes e, especialmente em atividades de estágio curricular. Esta ação é orientada pelos docentes do curso que poderão emprestar material pedagógico confeccionado no laboratório, bem como construir na elaboração de planos de aula que empreguem os procedimentos originários das oficinas de ensino e aprendizagem.

11 BRINQUEDOTECA DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO IFC - CAMPUS CAMBORIÚ



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

A proposta central do projeto da Brinquedoteca consiste na possibilidade de um trabalho interdisciplinar que considera o jogo, o brinquedo e a brincadeira enquanto elementos possibilitadores de apropriação e ressignificação dos contextos de realidade vividos pelas crianças, sobretudo a construção de novos conhecimentos. Compreende-se a atividade lúdica, especificamente o jogo e a brincadeira enquanto uma atividade social humana inserida em um determinado contexto sociocultural do qual a criança recria a realidade utilizando sistemas simbólicos próprios. Sendo, portanto, uma atividade criadora que, para além de uma atividade psicológica caracteriza-se como uma atividade cultural. A implantação da Brinquedoteca no IFC – Câmpus Camboriú, além de atender a uma exigência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, visa à articulação do ensino, pesquisa e extensão. Tem-se no ensino o enriquecimento no processo de formação inicial dos alunos tanto do ensino médio, quanto no ensino superior, especialmente aos alunos do curso de Pedagogia. Na pesquisa vislumbra-se a Brinquedoteca como um laboratório de jogos, brinquedos e brincadeiras profícuas para o desenvolvimento de projetos de pesquisas em todas as áreas de conhecimento. E na extensão através do atendimento as crianças de educação infantil e escolas da região da AMFRI, assim

Como atividades de formação continuada com os professores que atuam na educação básica e o atendimento no horário da aula ou em horários alternativos aos alunos do IFC (regimento anexo).

Quadro 10: Demais Laboratórios à disposição do curso de Licenciatura em Pedagogia

Nome Completo	Quantidades de máquinas
Laboratório de Software 1	31
Laboratório de Software 2	21
Laboratório de Software 3	21
Laboratório de Redes	21
Laboratório de Informática Geral	21
Laboratório Laser	21
Laboratório de Webdesign	21
Laboratório Gexi	19
Laboratório Lapimob	13
Laboratório de Iniciação Científica	10
Laboratório Labhardware	60
Laboratório de Matemática	3
Laboratório de Física	-
Laboratório IFMaker	Impressora 3D, CNC laser, Scaner 3D, 2 incubadoras tecnológicas, 1 incubadora social, marcenaria.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC
Fonte: PPC do Curso de Licenciatura em Matemática – IFC CAM

Para auxiliar nas atividades de ensino e apoio ao ensino, o *campus* conta ainda com os seguintes serviços: agendamento de lousas digitais, data-shows e notebooks na Coordenação Geral de Ensino Técnico (CGET) (Sala A-007) e na Sala de Coordenadores de Cursos Superiores (Sala J-001); wireless para a comunidade interna.

11.1 Espaços de Esporte, Lazer e Convivência

O *Campus* Camboriú conta com área esportiva e centro esportivo de 30.000 m² composto por um campo de futebol society; um campo de futebol oficial; uma pista de atletismo; um ginásio poliesportivo com duas quadras multiuso, vestiários masculino e feminino, uma sala de professores, e seis salas de materiais armazenando equipamentos de ginástica, do atletismo, das modalidades esportivas, jogos educativos pedagógicos, entre outros.

O Centro de Convivência do *Campus* Camboriú é um espaço onde os alunos podem descansar e estudar. É composto por mesas, puffs, espaço ao ar livre, micro-ondas, aparelhos de som e jogos para os alunos. No local é possível realizar pequenos eventos entre alunos ou entre alunos e professores.

11.2 Atendimento ao estudante

O atendimento ao estudante ocorre preferencialmente nas salas dos docentes ou no Laboratório de Pedagogia, nos horários definidos no Quadro de Horários dos docentes, elaborados a cada semestre letivo e descritos no plano de ensino. O tempo a ser destinado ao atendimento ao estudante é de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária do componente curricular. O atendimento ocorrerá em horário pré-agendado com o docente. Os acadêmicos ainda contam com uma gama de serviços que prezam pelo seu bem estar. São elas:

- Coordenação de Registro Acadêmico e Cadastro Institucional (CRACI);
- Núcleo Pedagógico (NUPE);
- Coordenação de Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional (SISAE);
- Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE);
- Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI);
- Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (NEGES);



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- Refeitório;
- Consultório Odontológico;
- Ambulatório.

12 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E DA PESQUISA

Tendo como fundamento da RESOLUÇÃO Nº 13/2022 - CONSUPER de 23 de março de 2022, que dispõe sobre a curricularização da extensão e da pesquisa nos cursos do Instituto Federal Catarinense (IFC) e considerando o princípio da indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa, previsto no artigo 207 da Constituição Federal de 1988 e demais documentos orientadores tal como a Resolução 013/2022 do Consuper/IFC, em seu Art. 5º, que trata das estratégias de curricularização da extensão e da pesquisa, definidas no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), que devem constituir componente (s) curricular(es) da matriz, podendo ser contempladas da seguinte forma: I. Como disciplina (s) específica (s); II. Como parte da carga horária de disciplina (s) e III. Como atividade acadêmica, composta de ações de extensão e pesquisa nas modalidades previstas no art. 4º devidamente cadastradas na instituição.

Assim curricularização da extensão e da pesquisa no curso de Licenciatura em Pedagogia - Campus Camboriú se fará visando a integração entre ensino, extensão e pesquisa, a relação interativa entre professores, técnicos administrativos em educação e estudantes, o atendimento à comunidade externa, o incentivo ao desenvolvimento sustentável, o estímulo e apoio a processos educativos que levem à inovação social, à inserção ao mundo do trabalho, a emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento sustentável, local e regional e a preparação dos estudantes para sua atuação no mundo do trabalho social e seu perfil de formação. Estrategicamente a curricularização da extensão e da pesquisa, está definida no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), nos componentes curriculares da matriz e são contempladas da seguinte forma:

I. Como componente curricular específico - o componente curricular Pesquisa e Processos Educativos VIII (30 horas), destinará carga horária integralmente para curricularização da pesquisa e da extensão.

II. Como parte da carga horária de componente curricular: os seguintes componentes curriculares Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa (15 horas); Fundamentos e



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Metodologia em Matemática (15 horas); Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais (15 horas); Fundamentos e Metodologia em Geografia (15 horas); Fundamentos e Metodologia em História (15 horas); Fundamentos e Metodologia em Artes (15 horas); Gestão Escolar (11 horas); Pesquisa e Processos Educativos I (30 horas); Pesquisa e Processos Educativos II (30 horas); Pesquisa e Processos Educativos III (30 horas); Pesquisa e Processos Educativos IV (30 horas); Pesquisa e Processos Educativos V (30 horas); Pesquisa e Processos Educativos VI (30 horas) e Pesquisa e Processos Educativos VII (30 horas).

Quadro 11: Componentes curriculares que apresentam curricularização da pesquisa e da extensão

Código	Disciplina	Carga Horária total da disciplina	Curricularização da Pesquisa	Curricularização da Extensão
LPC0320	Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa	90	30	30
LPC0327	Fundamentos e Metodologia em Matemática	90	—	30
LPC0326	Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais	75	—	15
LPC0332	Fundamentos e Metodologia em Geografia	75	15	15
LPC0339	Fundamentos e Metodologia em História	75	15	15
LPC0331	Fundamentos e Metodologia em Artes	90	30	30
LPC0301	Antropologia	60	—	15
LPC0302	Filosofia da Educação	60	—	15
LPC0308	Literatura e Educação	30	—	15
LPC0309	Infância e Pedagogia	60	—	15
LPC0312	Infância e Educação Infantil	60	—	15
LPC0313	Linguagem, Corpo e Movimento	60	—	15
LPC0321	Jogo, Brinquedo e Brincadeira	60	—	15
LPC0337	Gestão Educacional	60	30	—
LPC0345	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Educação	60	11	11
LPC0343	Modalidades da Educação Básica I	60	—	15
LPC0342	Gestão Escolar	90	—	15
LPC0305	Pesquisa e Processos Educativos I	90	30	—
LPC0310	Pesquisa e Processos Educativos II	90	30	—
LPC0315	Pesquisa e Processos Educativos III	90	30	—
LPC0322	Pesquisa e Processos Educativos IV	90	30	—



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

LPC0328	Pesquisa e Processos Educativos V	90	15	15
LPC0333	Pesquisa e Processos Educativos VI	90	30	—
LPC0340	Pesquisa e Processos Educativos VII	90	15	15
LPC0344	Pesquisa e Processos Educativos VIII	30	30	30
Total			341	341

Fonte: Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia – IFC CAM

12.1 Linhas de Pesquisa

Diante a implantação do Curso de Mestrado em Educação no Instituto Federal Catarinense e sua oferta no campus Camboriú, os docentes do curso de Licenciatura em Pedagogia orientam Trabalhos de Curso (TC) e desenvolvem pesquisas em duas linhas específicas: **Processos Formativos e Políticas Educacionais** que estuda os processos formativos e políticas educacionais, tendo por base os fundamentos epistemológicos do campo educacional, nos diferentes períodos, contextos sócio-históricos e práticas sociais. Discute as políticas educacionais, consideradas como forças sociais em disputa, bem como suas interfaces com os processos formativos e com a gestão educacional. Problematisa a educação em e para os direitos humanos, envolvendo questões, temas e problemas contemporâneos em contextos formais e não formais. Investiga os processos de formação de professores e demais profissionais da educação, considerando as especificidades dos processos, seus níveis e modalidades de ensino, em espaços formais e não formais. Linha de pesquisa **Processos Educativos e Inclusão** que possui como objetos de estudo os processos educativos e as políticas de inclusão relacionados com os campos de interrogação epistemológica que problematizam a diferença, a diversidade, a desigualdade sociocultural e as formas históricas de manifestação do poder e dos contra-poderes. A educação, nesta perspectiva, é entendida como prática social comprometida com uma sociedade mais justa. Problematisa os processos que engendram a opressão e a exclusão compreendendo a sociedade como espaço de disputas de poder que geram as desigualdades. Atua na perspectiva teórico-metodológica com diferentes temas do campo educacional, tais como: direitos humanos, movimentos sociais, inclusão digital e recursos tecnológicos na aprendizagem, educação especial, educação profissional e tecnológica, educação do campo, capital social e cultural, conceitos de classe, raça, etnia, povos indígenas e populações tradicionais no contexto brasileiro e latino-americano.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

13 ATIVIDADES DE MONITORIA

As monitorias em disciplinas e ou projetos pertencentes ao currículo do Curso de Licenciatura em Pedagogia são consideradas atividades teórico-práticas de aprofundamento, conforme Resolução CNE/CP Nº 2, de 1º de julho de 2015, para fins de integralização da carga horária do Curso. As atividades de monitorias, no âmbito do IFC, estão regulamentadas pela Resolução 014/2019 – CONSUPER/2019. A organização da monitoria é normatizada pela Regulamentação do Programa de Monitoria do IFC através da Resolução Consuper/IFC de Monitoria 014/2019.

A monitoria é entendida como um instrumento para melhoria do processo de ensino e aprendizagem e tem por objetivo contribuir com os docentes no desenvolvimento de práticas pedagógicas, bem como na produção de materiais didáticos que podem apoiar os estudantes que apresentam dificuldades as mais variadas. Também pode ser um mecanismo para mitigar os índices de retenção e evasão no curso. O curso de Licenciatura em Pedagogia abre possibilidades para o exercício de monitorias. Para ofertar esta atividade o docente deverá participar de edital de monitoria.

14 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

- Orientações gerais

O Trabalho de Curso - TC na Licenciatura em Pedagogia será obrigatório para todos os acadêmicos. O mesmo será realizado levando em consideração os subsídios recebidos no desenvolvimento da disciplina de Pesquisa e Processos Educativos (1º ao 8º semestres), e deverá ser apresentado sob a forma de um Trabalho Acadêmico¹² - individual que apresente, de forma crítica, uma análise dos processos realizados ao longo da disciplina Pesquisa e Processos Educativos. Tem como objetivo desenvolver a capacidade investigativa e produtiva do acadêmico e contribuir para a sua formação básica, profissional, artística, científica e política.

- Sistemas de avaliação do trabalho de curso – TC

O desenvolvimento do Trabalho Acadêmico será acompanhado e orientado por professores da instituição. A socialização desses conhecimentos será feita na forma de apresentação em banca examinadora aberta ao público. Será considerado aprovado o acadêmico que apresentar o TC de



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

acordo com os padrões definidos pela instituição, e for aprovado pela banca examinadora. As diretrizes para o desenvolvimento das atividades do TC são definidas pelo Colegiado do Curso e NDE - normatizadas por meio de regulamento próprio.

15 AVALIAÇÃO

- **Dos princípios**

O sistema de avaliação do Curso de Pedagogia terá como base as orientações previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/9611, em seu artigo 24, inciso V, especialmente no que diz respeito aos seguintes princípios e critérios: - avaliação contínua e cumulativa do desempenho do acadêmico, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais; - aproveitamento de estudos concluídos com êxito e; - obrigatoriedade de estudos de recuperação paralelos ao período letivo.

- **Dos objetivos**

A avaliação possibilita a identificação das diferentes formas de apropriação dos conceitos científicos elaborados pelos acadêmicos, seus avanços e dificuldades na aprendizagem, além de possibilitar uma ação imediata e mais efetiva do professor, como mediador, recuperando os conhecimentos necessários de maneira mais significativa. Além disso, deverá analisar a coerência do trabalho pedagógico com as finalidades educativas previstas no Projeto Pedagógico do Curso e no Plano de Ensino de cada disciplina.

- **Das modalidades**

De acordo com Luckesi (1999) a avaliação compreendida como um processo contínuo, sistemático de acompanhamento e julgamento dos resultados do ensino e aprendizagem contempla as seguintes modalidades:

- *Avaliação diagnóstica*: verificar a presença ou a ausência de pré-requisitos para aprender novos conteúdos;
- *Avaliação formativa*: através de instrumento próprio e visa informar se os objetivos foram alcançados e se há necessidade de adaptações/modificações;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- *Avaliação somativa*: através de instrumento próprio de verificação de desempenho cognitivo, de habilidades, tem a função de classificar os acadêmicos conforme os resultados de aproveitamento alcançados, auxiliando no grau de alcance dos objetivos propostos.

- Recuperação paralela

Seguindo a normatização acerca da avaliação, o curso adota a recuperação paralela de conteúdos e de notas, sempre que o acadêmico obtiver aproveitamento inferior ao necessário para sua aprovação na disciplina. Cabe ao docente verificar quais acadêmicos necessitam de recuperação e definir os métodos e instrumentos para oportunizá-la.

- Do professor

Cabe ao professor fazer todos os registros e anotações referentes às avaliações, que servirão para orientá-lo em relação aos outros elementos necessários para o avanço do processo ensino e aprendizagem.

- Dos instrumentos

As práticas formais de avaliação serão realizadas de formas diversificadas buscando contemplar os limites definidos nas normas internas do IFC, atividades individuais e em equipe tais como: preleções, pesquisas, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, viagens técnicas e ou de estudos, estágios, trabalhos escritos e orais e de outros instrumentos que possam contribuir com o processo.

- Da sistemática

A sistemática de avaliação das disciplinas será apresentada a cada início de semestre letivo à turma, para ser discutida e compreendida – (contrato didático) quando da apresentação do Plano Pedagógico de Ensino/Plano de Ensino, devendo conter os critérios, instrumentos e datas/periodicidade de avaliação. Conforme a Organização Didática dos Cursos Superiores de Graduação – Resolução nº 010/2021, cada componente curricular deverá realizar no mínimo dois processos avaliativos compondo a média semestral, devidamente registrados no sistema/diário de classe. Pelo menos um processo avaliativo deve preferencialmente ser realizado de modo individual e no início semestre, a fim de possibilitar a identificação de possíveis fragilidades apresentadas pelos



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

acadêmicos para que, em tempo hábil possam, no âmbito do curso, ser realizadas ações que supram as carências identificadas.

- **Da aprovação do acadêmico**

Conforme explicitado na Resolução nº 010/2012, artigo 64, o Curso de Licenciatura em Pedagogia não prevê exames e considerará “[...] aprovado o aluno que obtiver média semestral igual ou superior a 6,0 (seis) por componente curricular e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento)”. Ainda conforme a Resolução supracitada, a reprovação ocorrerá quando o acadêmico não tiver frequência igual ou superior a 75%, não alcançar média semestral igual ou superior a 6,0 (seis).

Para ingressantes na matriz 2023, o NDE e o Colegiado do curso de Licenciatura em Pedagogia optaram para fins de aprovação, pela média parcial igual ou superior a 6,0 sem exame final. O estudante que obtiver aproveitamento abaixo da média, em quaisquer dos componentes curriculares, terá direito a reavaliação da aprendizagem ao longo do processo. A reavaliação, se necessária, ocorrerá tendo em vista o artigo 212 do documento supracitado, que orienta: o registro da nota de reavaliação pode ocorrer de duas formas: I. após cada avaliação; e II. Ao final do ciclo. No curso de Licenciatura em Pedagogia, o NDE e o Colegiado optaram pelo inciso I. após cada avaliação, em forma de recuperação paralela, sendo o resultado obtido, quando maior, substituindo a nota reavaliada. No que diz respeito à oferta de disciplinas em tempo concentrado de no mínimo 20% (vinte por cento) da carga horária, conforme descrito no Art. 221, o NDE e o Colegiado optaram por não incluir essa possibilidade no PPC do curso.

15.1 Sistema de Avaliação do Curso

O Sistema de Avaliação Institucional do IFC orientar-se-á pelo dispositivo de Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), representada na instituição pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), que tem suas diretrizes orientadas pela Resolução nº 069/2014 do Consuper/IFC. A avaliação do curso é realizada, integrando três modalidades: Avaliação das Instituições de Educação Superior, dividida em 2 etapas: autoavaliação (coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA) e avaliação externa (realizada pelas comissões designadas pelo



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

MEC/INEP); Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG): visitas in loco de comissões externas e Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

A avaliação institucional é realizada através da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFC, a qual tem por objetivo contribuir para o acompanhamento das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, tomada de decisões, redirecionamento das ações, otimização dos processos e a excelência dos resultados, além de incentivar a formação de uma cultura avaliativa. A CPA é constituída pelas Comissões Locais de Avaliação – CLA de cada campus.

No Campus Camboriú, a CPA é constituída por representantes docentes, discentes, técnico-administrativos e representantes da sociedade civil. O Curso de Licenciatura em Pedagogia utiliza os indicadores e resultados das avaliações interna e externa para o aprimoramento de suas atividades e atendimento dos objetivos presentes na proposta pedagógica do curso. Sendo assim, são utilizados os resultados obtidos através da avaliação interna: avaliações in loco do curso, estabelecidos de acordo com a Lei nº 10.861/2004, bem como dos resultados obtidos através do Exame Nacional dos Estudantes – ENADE. Já com relação a avaliação interna são utilizados os resultados obtidos através da autoavaliação institucional, através da CPA do IFC. Conforme a Organização Didática do IFC, o NDE do Curso deverá acompanhar, junto a coordenação do curso e CPA/CLA os processos de avaliação interna e externa, de forma de contribuir com ações de desenvolvimento do curso.

16 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O aproveitamento de estudos se fará de acordo com as orientações estabelecidas na Organização Didática dos Cursos do IFC, Seção II:

Art. 406 - Os estudos realizados por estudantes em outras instituições de ensino nacionais ou estrangeiras ou em outros cursos do IFC são passíveis de aproveitamento.

§ 1º O aproveitamento de componentes curriculares somente se dará entre componentes curriculares cursados no mesmo nível de ensino, ou do nível maior para o menor, exceto para os cursos técnicos integrados.

§ 2º Os cursos a que se refere o *caput* deste artigo devem ser legalmente reconhecidos ou autorizados para que se proceda o aproveitamento.

Art. 407 O requerimento do interessado, solicitando aproveitamento de estudos, deve ser protocolado na CRACI e instruído com:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

I - histórico escolar original, no qual constem os componentes curriculares cursados com suas respectivas cargas horárias, frequência e resultados obtidos;

II - programa dos componentes curriculares, contendo ementário, cursados com aprovação;

III - documento comprobatório de autorização ou reconhecimento do curso, quando realizado no Brasil;

§ 1º Quando se tratar de documento oriundo de instituição estrangeira, é obrigatória a tradução.

§ 2º Os componentes curriculares devem ser registrados com código e carga horária dos seus correspondentes no IFC, com a menção de que foram aproveitados sendo atribuídas nota, frequência e período letivo do deferimento.

Art. 408 O pedido de aproveitamento de estudos é encaminhado ao coordenador do curso, que solicitará parecer do docente do componente curricular e submeterá à homologação do colegiado de curso.

§ 1º O docente e colegiado de curso analisarão se o programa do componente curricular cursado na instituição de origem atende objetivos da ementa e 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente a ser aproveitado.

§ 2º É permitida a combinação de mais de um componente curricular cursado na instituição de origem, ou de partes deles, para atender as condições de aproveitamento, sendo registrada no histórico escolar do estudante o resultado da média aritmética dos componentes aproveitados.

Art. 409 Os componentes curriculares cursados no IFC que possuem equivalência registrada no PPC do curso e no sistema acadêmico, são aproveitados automaticamente de acordo com as informações constantes no sistema oficial de registro e controle acadêmico.

Parágrafo único. Para estudos realizados no próprio IFC, quando os componentes curriculares não possuem equivalências previstas no PPC do curso, o estudante pode solicitar aproveitamento ao coordenador de curso, de acordo com os prazos estabelecidos no calendário acadêmico.

16.1 Avaliação de Extraordinário Saber

A Avaliação de extraordinário saber traz a possibilidade do estudante solicitar dispensa em cursar um ou mais componentes curriculares previstos no PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia, de acordo com os critérios estabelecidos na Seção III da Organização Didática dos Cursos do IFC – Resolução 010/2021 Consuper/IFC.

17 CERTIFICAÇÃO E DIPLOMA

A diplomação é o ato de emissão do documento oficial do Instituto Federal Catarinense, que certifica a conclusão de curso de graduação e confere grau ao graduado. Sua aplicação é efetivada com acadêmico regular que tenha integralizado o currículo do respectivo curso. Após a integralização das disciplinas previstas e após a aprovação dos relatórios de Estágio Obrigatório e Trabalho de



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Curso, o acadêmico estará apto a receber o título, com Diploma de **Licenciado em Pedagogia**, por meio de documento expedido pelo Instituto Federal Catarinense, conforme legislação em vigor. A emissão de certificados e diplomas ficará a cargo da Reitoria do Instituto Federal Catarinense. Aos Campi, caberá o controle da vida acadêmica do acadêmico, a oferta de extensão, sua organização e controle. Enquanto o diploma não for expedido definitivamente, o acadêmico concluinte poderá requerer certificado de conclusão de curso.

De acordo com a Organização Didática dos Curso do IFC, Resolução 010/2021 em seu CAPÍTULO XI, que trata da Cerimônia de Conclusão de Cursos e Colação de Grau, em seu Art. 393º, prevê que a cerimônia de conclusão de curso e colação de grau corres ponde à formalização da conclusão de curso pelo estudante realizada em sessão pública, a qual tem direito de partici par todos os estudantes que tenham cumprido todas as exigências legais e integralizado o curso, e pode ocorrer nas seguintes formas:

- I. Cerimonial de Colação de Grau em Sessão Solene pública, para os cursos de graduação;
- II. Cerimonial de Colação de Grau em Sessão Solene de gabi nete, para os cursos de graduação;
- III. Cerimonial de Formatura em Sessão Solene pública, de caráter opcional, para os cursos técnicos, EJA-EPT, qualifi cação profissional e Pós-graduação.

§ 1º A RACI deve emitir a ata de estudantes de graduação aptos a participarem do Cerimonial de Colação de Grau em Ses são Solene pública.

§ 2º Os estudantes de cursos de graduação que apresentarem justificativa motivada para não participar do Cerimonial de Colação de Grau em Sessão Solene pública devem reque rer via sistema acadêmico a Colação de Grau em Sessão Solene de gabinete.

§ 3º A participação de estudantes de graduação Cerimonial de Colação de Grau é requisito para obtenção do diploma.

§ 4º A participação em Cerimonial de Formatura em Sessão Solene pública não é requisito para emissão de certifica dos e/ou diplomas de cursos técnicos, de pós-graduação e de qualificação profissional.

Art. 394º O estudante que recebeu a outorga do grau em gabinete não pode recebê-la novamente em sessão pública, embora possa participar, como convidado da solenidade da sua turma em ato simbólico, caso comunique este desejo em tempo hábil.

Art. 395º As sessões de cerimônia de conclusão de cursos e colação de grau devem ser realizadas após a publicação dos atestados de regularidade emitidos pelos órgãos externos de controle e avaliação, quando for o caso.

Art. 396º As cerimônias de conclusão de cursos e colação de grau devem ocorrer com protocolo, data e local definidos pela instituição.

§ 1º Não se pode exigir do estudante pagamento para partici pação em sessão solene de formatura ou colação de grau, sob nenhuma justificativa, nem expor o estudante a qual quer tipo de diferenciação ou constrangimento para par ticipar da cerimônia motivadas por questões financeiras.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

§ 2º Caso haja contrato de serviços adicionais por uma parte da turma de formandos, os custos são de responsabilidade dos mesmos, não podendo ser impostos aos demais estudantes, em consonância com o § 1º do presente artigo.

Art. 397º Os detalhamentos das cerimônias de conclusão de cursos e colação de grau são estabelecidos em regimento específico.

18 EMENTÁRIO

18.1 Componentes Curriculares Obrigatórios

Quadro 12: Ementário

1º SEMESTRE

Componente Curricular	Antropologia	Carga Horária	60
Ementa	A constituição da Antropologia como disciplina e seu campo de estudo. As interpretações antropológicas da cultura e da sociedade no Brasil. A crítica ao etnocentrismo e ao relativismo cultural. Etnia-raça, classe social e gênero na constituição social. Estudos antropológicos sobre educação e a escola no Brasil. Concepções de família/criança/infância como construção histórica/social e seu papel na Educação		
Bibliografia Básica	BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação . 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 10 ex. COHN, Clarice. Antropologia da criança . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 10 ex. DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis? Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 11 ex.		
Bibliografia Complementar	BOAS, Franz. Antropologia cultural . 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 2 ex. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo: Brasiliense, 1988. 10 ex. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico . 23. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 3 ex. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo . 2. ed. São Paulo: UNESP, Paralelo 15, 2006. 10 ex. ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional . 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009. 6 ex.		

Componente Curricular	Filosofia da Educação	Carga Horária	60
Ementa	Educação e filosofia. As bases filosóficas da educação: teorias clássicas, medievais, modernas e contemporâneas da educação. Processo educativo e suas relações com a ciência ao longo da história da humanidade ocidental. Fundamentos epistemológicos da educação e do processo educativo. Ética e educação.		
Bibliografia Básica	ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia . 4. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2009. 7 ex. LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da educação . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 11 ex. MARCONDES, Danilo. Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein . 12. Ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008. 10 ex.		
Bibliografia Complementar	CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia . 14. ed. São Paulo: Ática, 2010. 6 ex. JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de filosofia . 4. ed.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	. atual . Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 2006. 4 ex. LIPMAN, Matthew; SHARP, Ann Margaret; OSCANYAN, Frederick S. Filosofia na sala de aula . São Paulo: Nova Alexandria, 1994. 2 ex. REZENDE ,Antonio . Curso de filosofia : para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação . 13 . ed . Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 2005. 10 ex. SEVERINO, Antônio Joaquim. Filosofia . 2. ed . São Paulo: Cortez, 2007. 2 ex.
--	---

Componente Curricular	Leitura e Produção Textual	Carga Horária	60
Ementa	Linguagem e língua. Texto e discurso. Gêneros textuais escritos e orais: resenha crítica; artigo científico; ensaio; resumo; fala pública. Noções fundamentais sobre estrutura e conteúdo: coesão, coerência, clareza, informatividade e adequação. Prática de leitura e de produção de textos. Processos de leitura. Estratégias de produção textual.		
Bibliografia Básica	BAZERMAN, Charles; HOFFNAGEL, Judith Chambliss; DIONISIO, Angela Paiva (Org.). Gênero, agência e escrita . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 10 ex. PERROTTA, Claudia. Um texto pra chamar de seu : preliminares sobre a produção do texto acadêmico. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 10 ex. VAL, Maria da Graça Costa. Redação e textualidade . 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 10 ex.		
Bibliografia Complementar	BECHARA, Evanildo. Dicionário da língua portuguesa Evanildo Bechara : atualizado pelo novo acordo ortográfico: 51.210 entradas (verbetes e locuções). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. 13 ex. CUNHA, Celso; CINTRA, Luis F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo . 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Ed. Digital, 2008. 4 ex. DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gêneros textuais & ensino . São Paulo: Parábola, 2010. 2 ex. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . 3. ed. São Paulo: Parábola, 2009. 2 ex. MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola Editorial, 2010. 2ex.		

Componente Curricular	Pedagogia e Profissão Docente	Carga Horária	60
Ementa	Pedagogia como ciência da educação. Práxis pedagógica e o fazer científico. Formação do Pedagogo e o campo de atuação profissional: contexto histórico e o papel social, ético e político. Saberes docentes e o mundo do trabalho. Políticas atuais e profissionalização docente. Autonomia e identidade profissional. Organizações profissionais, formação inicial e continuada.		
Bibliografia Básica	FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. 143 p. (Coleção Leitura). ISBN 9788577531639. DERMEVAL SAVIANI. História das ideias pedagógicas no Brasil . Editora Autores Associados BVU 2021 528. ISBN 9786588717325. https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185629/epub/0 ROCHA, Simone Albuquerque da. WILLMS, Elni Elisa (orgs). Formação de Professores [recurso eletrônico]: embates e lutas por uma formação na/da práxis pedagógica. (211p., pdf) Rondonópolis: EdUFR, 2022.		
Bibliografia Complementar	BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores: Busca e movimento . Papirus Editora 2020 256 p. ISBN 978-85-449-0346-9. (e-book disponível na Biblioteca Virtual em https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/179766/pdf/1) SAVIANI, Dermeval. A pedagogia no Brasil: história e teoria . Editora Autores Associados BVU 2020 240. ISBN 9786599055287. Link de acesso https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185626/epub/0 SAVIANI; Dermeval; DUARTE, Newton. Conhecimento escolar e luta de classes: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie . Editora Autores		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Associados BVU 2021 400. ISBN 9786588717295. Link de acesso https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/194541/epub/0 PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 301 p. (Saberes da docência;). VEIGA, Ilma Passos Alencastro; d'Ávila, Cristina (org.). Profissão Docente: novos sentidos, novas perspectivas - 2ª edição. Papirus Editora 0 180 p. ISBN 9788530808730. Link de acesso: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2842/pdf/1
--	---

Componente Curricular	Pesquisa e Processos Educativos I	Carga Horária	90
Ementa	Tipos de conhecimento. Método científico. Produção e socialização do conhecimento. Caracterização do campo de pesquisa em educação. Trabalhos acadêmicos e normas para apresentação – ABNT. Inserção na pesquisa educacional em campo de atuação profissional.		
Bibliografia Básica	LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2008. 10 ex. MEKSENAS, Paulo. Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002. CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007. 162 p. 6 ex.		
Bibliografia Complementar	CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. 1 ex. DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 10 ex. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2006. 10 ex. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 1991. 7 ex. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 2 ex.		

2º SEMESTRE

Componente Curricular	Educação, Sociedade e Trabalho	Carga Horária	60
Ementa	Reestruturação produtiva e seus impactos na educação do trabalhador: manufatura, taylorismo-fordismo e acumulação flexível. As relações entre trabalho, sociedade e educação. Formação omnilateral dos sujeitos: o trabalho docente na perspectiva da emancipação humana.		
Bibliografia Básica	DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 10 ex. LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Org.). Capitalismo, trabalho e educação. 3. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2005. 10 ex. MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010. 126 p.9 ex.		
Bibliografia Complementar	BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 5 ex. DURKHEIM, Emile. Educação e sociologia. 6. ed. São Paulo (SP): Melhoramentos, 1965. 5 ex. HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2012. 10 ex. MARX, Karl. O capital: crítica da economia política, volume I. São Paulo: Abril		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Cultural, 1983. 2 ex. QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber . 2. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. 6 ex.
--	---

Componente Curricular	História da Educação	Carga Horária	60
Ementa	A educação nas diversas épocas. Os contextos histórico social, político e econômico da educação brasileira. A escola no contexto histórico catarinense. História da educação e as questões de gênero, étnico-raciais, indígena e quilombola.		
Bibliografia Básica	ARANHA, Maria Lucia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil . 3. ed. rev. E ampl. São Paulo: Moderna, 2010. 10 ex. CAMBI, F. História da pedagogia . Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. 10 ex. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). 500 anos de educação no Brasil . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 10 ex.		
Bibliografia Complementar	DALLABRIDA, N. (Org.). Mosaico de escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República . Florianópolis: Cidade Futura, 2003. GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da educação brasileira . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 10 ex. HILSDORF, M.L.S. História da educação brasileira: leituras . 2. reimpr. São Paulo: Thomson-Learning, 2006. 5 ex. OLIVEIRA, Maurício. História da educação de Santa Catarina . Florianópolis: Letras Brasileiras, 2010. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar . 19. ed. Campinas: Autores associados, 2003. 10 ex. SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José C.; SANFELICE, José Luiz. História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual . 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2000. 10 ex.		

Componente Curricular	Infância e Pedagogia	Carga Horária	60
Ementa	Conceitos e campos de estudo sobre criança e infância. Aspectos epistemológicos da relação infância, sociedade e educação. A infância como tempo de direitos. Produção cultural da criança e para a criança. A criança na pesquisa em educação.		
Bibliografia Básica	CAMBI, Franco. História da pedagogia . São Paulo: UNESP, 1999. 10 ex. CORSARO, William A. Sociologia da infância . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 5 ex. SOUZA, Gizele de. Educar na Infância: perspectivas histórico-sociais . São Paulo: Contexto, 2010. (e-book acervo)		
Bibliografia Complementar	ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família . Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 1 ex. BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. Infância, educação e direitos humanos . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 5 ex. COHN, Clarice. Antropologia da criança . 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 10 ex. MÜLLER, Fernanda. Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições . São Paulo: Cortez, 2010. 5 ex. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco J. (org.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 4 ex.		

Componente Curricular	Pesquisa e Processos Educativos II	Carga Horária	90
Ementa	Epistemologia da pesquisa em educação. Trajetória e tendências da pesquisa em educação no Brasil. Aspectos qualitativos e quantitativos da pesquisa, incluindo o estado do conhecimento. Inserção no campo da pesquisa em educação.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Básica	LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas . São Paulo: EPU, 2008. 10 ex. TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo . São Paulo: Atlas, 2006. 10 ex. VIANNA, Heraldo Marelím. Pesquisa em educação: a observação . Brasília: LíberLivro, 2007. (Série Pesquisa, 5). 10 ex.
Bibliografia Complementar	CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (Org.). Construindo o saber: metodologia científicafundamentos e técnicas . 24. ed. Campinas: Papirus, 2011. 5 ex. OTANI, Nilo; FIALHO, Francisco Antônio Pereira. TCC: Métodos e Técnicas . 2. ed. Florianópolis: Visual Books, 2012. LINHARES, Célia Frazão et al. Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa . 2.ed. São Paulo: DP&A, 2002. OLIVEIRA, Inês Barbosa de; ALVES, Nilda (Orgs.). Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes . 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. PIMENTA, Selma Garrido; Maria Amélia Santoro. Pesquisa em educação: possibilidades investigativas formativas da pesquisa-ação . São Paulo: Loyola, 2008. 5ex.

Componente Curricular	Psicologia da Educação	Carga Horária	60
Ementa	Teorias e fundamentos psicológicos que envolvem ensino e aprendizagem, circunstâncias de sua produção e suas implicações para as práticas pedagógicas. Processos de subjetivação do sujeito educacional contemporâneo. Alteridade e educação. Concepções de sujeito subjacentes às abordagens epistemológicas do desenvolvimento humano. A constituição da subjetividade. Juventudes na contemporaneidade.		
Bibliografia Básica	BOCK, Ana M. Bahia.; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia . 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 12 ex. DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos De. Psicologia na educação . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 10 ex. LA TAILLE, Ives de; OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão . São Paulo: Summus, 1992. 12 ex.		
Bibliografia Complementar	BOCK, Ana M. Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Machina; FURTADO, Odair (Org.). Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 10 ex. OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico . São Paulo: Scipione, 2010. 5 ex. PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento & aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social . 5. ed. São Paulo: Summus, 2001. 2 ex. REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação . Petrópolis: Vozes, 2004. 5 ex. VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores . 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 8 ex.		

Componente Curricular	Literatura e educação	Carga Horária	30
Ementa	Literatura, educação e sociedade. Literatura e tradição oral: a arte de contar histórias. Literatura infantil e juvenil: a formação do leitor. A literatura infantil através da história. Literatura e ensino: alternativas metodológicas. Literatura e as múltiplas linguagens. O professor-leitor na constituição de leitores. Leitura em sala de aula.		
Bibliografia Básica	OLIVEIRA, I. (Org.). O que é qualidade em literatura infantil e juvenil? Com		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	a palavra o escritor. São Paulo: DCL, 2005. CADERMATORI, L. O que é literatura infantil . São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987. COELHO, N. N. Literatura Infantil : Teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000.
Bibliografia Complementar	COLOMER, T. Andar entre livros : A leitura literária na escola. Tradução de Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2007. DEBUS, E. S. D. Reflexões sobre os critérios de escolhas do livro literário nos anos iniciais do ensino fundamental . In: RÖSING, T. M. K.; BURLAMAQUE, F. V. (Orgs.) De casa e de fora, de antes e de agora: estudos de literatura infantil e juvenil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010. FARIA, M. A. Como usar a literatura infantil na sala de aula . São Paulo: Contexto, 2013. MAGNANI, M. do R. M. Leitura, literatura e escola . São Paulo: Martins Fontes, 2001. HUNT, P. Crítica, teoria e literatura infantil . Tradução de Cid Knipel. São Paulo: Cosacnaify, 2010. ZILBERMAN, R. A literatura infantil na escola . São Paulo: Global Editora, 2003.

3º SEMESTRE

Componente Curricular	Infância e Educação Infantil	Carga Horária	60
Ementa	História e função social das instituições de Educação infantil. Política de atendimento educacional às crianças de 0 até 6 anos no Brasil. Propostas curriculares oficiais para a Educação Infantil brasileira. Cuidar e educar. Docência na Educação Infantil. A organização do cotidiano educativo de creche e pré-escola. Documentação pedagógica: observação, registro, planejamento, avaliação.		
Bibliografia Básica	ABRAMOWICZ, Anete; HENRIQUES, Afonso Canella (org.). Educação infantil : a luta pela infância. Campinas: Papirus, 2018. 2 ex. ou e-book acervo KUHLMANN JUNIOR, Moysés. Infância e educação infantil : uma abordagem histórica. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. 10 ex. ROCHA, Eloisa Acires Candal; KRAMER, Sonia. (Orgs). Educação infantil : Enfoques em diálogo. 3. ed. São Paulo: Papirus, 2014. 13 ed. ou e-book acervo		
Bibliografia Complementar	ABRAMOWICZ, Anete; VANDENBROECK, Michel. Educação infantil e diferença . Campinas: Papirus, 2013. 13 ex. ou e-book acervo AZEVEDO, Heloisa Helena Oliveira de. Educação infantil e formação de professores : para além da separação cuidar-educar. São Paulo: Editora UNESP, 2013. 15 ex. FOCHI, Paulo Sergio. Afinal, o que os bebês fazem no berçário? : comunicação, autonomia e saber-fazer de bebês em um contexto de vida coelva. Porto Alegre: Penso, 2015. 5 ex. MACHADO, Maria Lucia A. (Org.). Encontros e desencontros em educação infantil . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 10 ex. OSTETTO, Luciana Esmeralda (org.). Registros na educação infantil : Pesquisa e prática pedagógica. Papirus Editora 2018. 11 ex. ou e-book acervo		

Componente Curricular	Linguagem, Corpo e Movimento	Carga Horária	60
Ementa	Corpo, sociedade e escola: aspectos sócio-históricos. Corpo, movimento, educação e escola.		
Bibliografia Básica	FREIRE, J. B.; SCAGLIA, A. J. Educação como prática corporal . São Paulo: Scipione, 2003. 5 ex.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	OLIVEIRA, M. A. T. (Org.). Educação do corpo na escola brasileira . São Paulo: Autores Associados, 2006. 11 ex. SOARES, C. L. Corpo e História . 4. ed. São Paulo: Autores Associados, 2001. 10 ex.
Bibliografia Complementar	ARROYO, Miguel González; SILVA, Maurício Roberto da (org.). Corpo infância : exercícios tensos de ser criança: por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis: Vozes, 2012. 374 p. ISBN 9788532644114. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. HISTÓRIA do corpo : as mutações do olhar. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 615 p. ISBN 9788532636270 (broch.). CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. HISTÓRIA do corpo : da Renascença às luzes. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 663 p. ISBN 9788532636256 (broch.). CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. HISTÓRIA do corpo : da revolução à Grande Guerra. Petrópolis: Vozes, 2008. 511 p. ISBN 9788532636263 (broch.). SOARES, C. L. Pesquisas sobre o corpo : ciência humanas e educação. São Paulo: Autores Associados, 2007. 1 ex

Componente Curricular	Linguística	Carga Horária	60
Ementa	Linguagem, sociedade e ensino. Áreas de sociolinguística e psicolinguística. Variação linguística e preconceito linguístico. Aquisição e desenvolvimento da linguagem oral e escrita.		
Bibliografia Básica	CAGLIARI, L. A. Alfabetização e linguística . São Paulo: Scipione, 1996. 5 ex. ORLANDI, E. O que é Linguística . São Paulo: Brasiliense, 1987. 10 ex. SOARES, M. Linguagem e escola : uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1993. 10 ex.		
Bibliografia Complementar	BAGNO, M. A língua de eulália (novela sociolinguística). São Paulo: Contexto, 1999. 10 ex. BAGNO, M. Preconceito linguístico . O que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2007. 1 ex. ORLANDI, Eni Pucinelli. Análise de discurso . 4. ed. Campinas: Pontes, 2002. 2 ex. ORLANDI, Eni Pucinelli. Língua e conhecimento linguístico : para uma história das ideias no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. 10 ex. TARALLO, F. A pesquisa sociolinguística . São Paulo: Ática, 1986. 10 ex.		

Componente Curricular	Pesquisa e Processos Educativos III	Carga Horária	90
Ementa	O sujeito pesquisador e os sujeitos da pesquisa em educação. Inserção na realidade educacional em espaços formais e não formais de educação. Procedimentos de pesquisa em educação.		
Bibliografia Básica	COSTA, Marisa Cristina Vorraber (Org.). Caminhos investigativos I : novos olhares na pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 10 ex. PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Org.). Pesquisa em educação : possibilidades investigativas / formativas da pesquisa-ação. v.2. São Paulo: Loyola, 2008. 5 ex. VIANNA, Heraldo Marelim. Pesquisa em educação : a observação. Brasília: Líber Livro, 2007. (Série Pesquisa, 5). 10 ex.		
Bibliografia Complementar	DEMO, Pedro. Pesquisa e informação qualitativa . 4. ed. Campinas: Papirus, 2009. 10 ex. DEMO, Pedro. Pesquisa : princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 10 ex. LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação : abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2008. 10 ex. PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia da pesquisa :		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	abordagem teórico-prática . 17 ed. Campinas: Papirus, 2012. 10 ex. TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. São Paulo: Atlas, 2006. 10 ex.
--	--

Componente Curricular	Teorias Educacionais e Curriculares	Carga Horária	60
Ementa	Teorias educacionais e curriculares na educação brasileira. Teorias educacionais, currículo e os temas transversais: meio ambiente, relações étnico-raciais, indígena e quilombola, ética e direitos humanos. Formas de integração curricular. Organizações curriculares nos níveis e sistemas educacionais. Organizações curriculares nos documentos oficiais. Currículo e cultura. Novos paradigmas teóricos e curriculares.		
Bibliografia Básica	CANDAU, Vera Lúcia (Org.). Didática, currículo e saberes escolares . 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 10 ex. LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Org.). Currículo: debates contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 10 ex. SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 10 ex.		
Bibliografia Complementar	GENTIL, Heloisa Salles; MICHELS, Maria Helena (Org.). Práticas pedagógicas: política, currículo e espaço escolar. Araraquara: Junqueira&Marin, Brasília, DF: CAPES, 2011. 335 p. 2 ex LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Org.). Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012. 551 p. 2 ex. MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Currículo, cultura e sociedade . 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 2 ex. SAVIANI, Demerval. Escola e democracia . 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012. 93 p. (Polêmicas do nosso tempo). 2 ex. SAVIANI, Nereide. Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. 200 p. (Coleção Educação Contemporânea). 6 ex.		

4º SEMESTRE

Componente Curricular	Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão	Carga Horária	60
Ementa	Fundamentos e concepções da educação especial. História e política da educação especial no Brasil. Organização do trabalho pedagógico e os processos de inclusão: sujeitos da educação especial, currículo e processos avaliativos. O atendimento educacional especializado como apoio aos professores do ensino comum, acessibilidade nos espaços educacionais. Tecnologia assistiva e desenho universal.		
Bibliografia Básica	BAPTISTA, Cláudio Roberto (Org.). Escolarização e Deficiência: configurações nas políticas de inclusão escolar. São Carlos: Marquezini & Manzini; ABPEE, 2015. (Disponível no Repositório Digital da UFRGS: http://hdl.handle.net/10183/116627). JANNUZZI, Gilberta de Martino. A Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Autores Associados. 2012. DINIZ, Debora. O que é deficiência . São Paulo: Brasiliense, 2007.		
Bibliografia Complementar	ZILIOOTTO, Gisele Sotta. Educação especial na perspectiva inclusiva: fundamentos psicológicos e biológicos. [livro eletrônico] Editora Intersaberes, 2012. (Disponível na Biblioteca Virtual: www.bvirtual.com.br). FERNANDES, Sueli. Fundamentos para educação especial . [livro eletrônico]		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Editora Intersaberes, 2012. (Disponível na Biblioteca Virtual: www.bvirtual.com.br). FIGUEIRA, Emílio. O que é educação inclusiva. São Paulo: Brasiliense, 2011. KLEINA, Cláudio. Tecnologia assistiva em educação especial e educação inclusiva. [livro eletrônico] Editora Intersaberes, 2012. (Disponível na Biblioteca Virtual: www.bvirtual.com.br). SILVA, Tomaz Tadeu da; WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2011.
--	--

Componente Curricular	Didática Geral	Carga Horária	60
Ementa	Abordagens da trajetória da didática e sua problematização a partir da reflexão histórica. Bases epistemológicas da formação docente. Didática na formação do professor. Processos de ensino-aprendizagem. Planejamento: níveis e estrutura básica. Avaliação do ensino e da aprendizagem.		
Bibliografia Básica	CANDAU, Vera Maria. A didática em questão? 15. ed. Rio de Janeiro, 1999. 10 ex. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Repensando a didática. São Paulo: Papirus, 2003. 10 ex. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas. São Paulo: Papirus, 2008. 14 ex.		
Bibliografia Complementar	ASTOLFI, Jean-Pierre; DEVELAY, Michel. A Didática das ciências. 16. ed. Campinas: Papirus, 2011. 10ex. GIL, Antonio Carlos. Didática do ensino superior. São Paulo: Atlas, 2008. 3ex. GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. 5. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011. 10 ex. MACHADO, Nilson José. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 2 ex. MALHEIROS, Bruno Taranto. Didática geral. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 2 ex.		

Componente Curricular	Fundamentos em Matemática	Carga Horária	30
Ementa	Alfabetização matemática. Conceitos e procedimentos matemáticos na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Estratégias de ensino de matemática. Noções fundamentais das teorias da educação matemática. Documentos curriculares oficiais para área de Matemática. Planejamento e avaliação em Matemática. Currículo e práticas pedagógicas em Matemática.		
Bibliografia Básica	CARVALHO, Dione Lucchesi de. Metodologia do Ensino da Matemática. 4.ed. Nova Ortografia. São Paulo: Cortez, 2011. FRIEDRICH, Márcia; BOMTEMPO, Kênia. Fundamentos da matemática na pedagogia/ revivendo e ressignificando saberes para os anos iniciais. Curitiba: Appris, 2018. SMOLE, Kátia Cristina Stocco; MUNIZ, Cristiano Alberto (org.). A matemática em sala de aula: reflexões e propostas para os anos iniciais do ensino fundamental. Porto Alegre: Penso, 2013.		
Bibliografia Complementar	ALRO, Helle; SKOVSMOSE, Ole. Diálogo e Aprendizagem em Educação Matemática. Col. Tendências em Educação. 2.ed. Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. CURI, Edda. Matemática para crianças pequenas. Col. Como Eu Ensino. São Paulo: Melhoramentos, 2015. LORENZATO, Sérgio. Educação Infantil e Percepção Matemática. Col.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Formação de Professores. 3. ed. Campinas (SP):Autores Associados, 2011. PAIS, Luiz Carlos. Didática da Matemática : uma Análise da Influência francesa. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. SOUZA, Neusa Maria Marques de; MORETTI, Dias Vanessa. Educação matemática nos anos iniciais do ensino fundamental : princípios e práticas pedagógicas. São Paulo: Cortez, 2014.
--	--

Componente Curricular	Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa	Carga Horária	90
Ementa	Gêneros discursivos. Estratégias. Conceitos, procedimentos e estratégias de ensino de língua portuguesa nos anos iniciais do ensino fundamental. Documentos curriculares oficiais para área de Língua Portuguesa. Planejamento e avaliação em Língua Portuguesa. Currículo e práticas pedagógicas em Língua Portuguesa.		
Bibliografia Básica	LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo . 3. ed. São Paulo: Ática, 1997. 10 ex. SILVA, Ezequiel Theodoro (Coord.). A leitura nos oceanos da internet . São Paulo: Cortez, 2003. 10 ex. SOARES, Magda. Linguagem e escola : uma perspectiva social. 14. ed. São Paulo: Ática, 1996. 10 ex.		
Bibliografia Complementar	KLEIMAN, Angela B. Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995. SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2004. 278p. ANTUNES, Irandé. Aula de português : encontro e interação. São Paulo:Parábola Editorial, 2003. 2 ex. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Com direito à palavra : dicionários em sala de aula. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2012. 8 ex. CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e linguística . São Paulo: Editora Scipione, 2007. 5 ex. ORLANDI, Eni Puccinelli. O que é linguística . 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009. 10 ex		

Componente Curricular	Jogo, Brinquedo e Brincadeira	Carga Horária	60
Ementa	História e papel social dos jogos, brinquedos e brincadeiras. Relação entre o jogo, brinquedo, brincadeira e o lúdico. Jogo, brinquedo e brincadeira e o processo ensino-aprendizagem		
Bibliografia Básica	BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e cultura . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 5 ex. FREIRE, João Batista. O jogo : entre riso e o choro. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 10 ex. KISHIMOTO, Tizuko Morchida; SANTOS, Maria Walburga dos. Jogos e brincadeiras : tempos, espaços e diversidade (pesquisas em educação). (orgs). São Paulo: Cortez, 2016.		
Bibliografia Complementar	RETONDAR, Jeferson José Moebus. Teoria do Jogo : a dimensão lúdica da existência humana. 2ªed. Petrólis, RJ: Vozes, 2013. ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação Lúdica : Teorias e práticas. Volume 1. Reflexões e fundamentos. 1ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. OLIVEIRA, Franscimara Neves de; BAZON, Fernanda Vilhena Mafra (org). (Re) significando o Lúdico : jogar e brincar como espde reflexão. Londrina: EDUEL, 2009. CORSARO, William A. Sociologia da infância . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 384 p. ISBN 9788536325392 HUIZINGA, J. Natureza Homo Ludens : o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2007. KISHIMOTO, Tizuko M. O jogo e a educação infantil . São Paulo: Cengage Learning, 2011.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Componente Curricular	Pesquisa e Processos Educativos IV	Carga Horária	90
Ementa	Fundamentos para o planejamento da pesquisa em educação. Inserção na realidade educacional em espaços formais e não formais de educação. Sistematização da pesquisa em educação.		
Bibliografia Básica	COSTA, Marisa Vorraber (Org.). Caminhos investigativos II : outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 10 ex. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p. ISBN 8522458233 (broch.). 5 ex. PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Org.). Pesquisa em educação : possibilidades investigativas, formativas da pesquisa-ação. São Paulo: Loyola, 2008. 5 ex.		
Bibliografia Complementar	DEMO, Pedro. Pesquisa e informação qualitativa . 4. ed. Campinas: Papirus, 2009. 10 ex. DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. O planejamento da pesquisa qualitativa : teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 432 p. 4 ex. LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. Pesquisa de representação social : um enfoque qualiquantitativo: a metodologia do discurso do sujeito coletivo. Brasília: Liber Livro, 2010. 2ex. LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação : abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1988. 10 ex. TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução a pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. São Paulo: Atlas, 2006. 10 ex.		

5º SEMESTRE

Componente Curricular	Alfabetização e Letramento I	Carga Horária	60
Ementa	Alfabetização e Letramento: contextualização histórica. História e Características do sistema alfabético. Concepções teórico-metodológicas da alfabetização e do letramento. Aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita. A função social da escrita.		
Bibliografia Básica	GARCIA, Regina Leite. (Org.). Novos olhares sobre a alfabetização . São Paulo: Cortez & Moraes, 2001. 10 ex. SOARES, Magda. Alfabetização e letramento . São Paulo: Contexto, 2003. 10 ex. SOARES, Magda. Letramento : um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 10 ex.		
Bibliografia Complementar	SOARES, M. Alfabetização : a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016. DEHAENE, Stanislas. Os neurônios da leitura - como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso, 2012. FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita . Porto Alegre: Artmed, 1999. 300 p.; MORAIS, Artur Gomes de. Sistema de escrita alfabética . São Paulo: Melhoramentos, 2012. SOLÉ, I. (2009). Estratégias de leitura . 6ª edição. Porto Alegre: Artes Médicas		

Componente Curricular	Didática: Educação Infantil e Anos Iniciais	Carga Horária	60
Ementa	Pressupostos epistemológicos do planejamento e da avaliação educacional.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Relação entre Projeto Político Pedagógico, planejamento e avaliação. Planejamento e metodologias de ensino na educação infantil e anos iniciais. Princípios e funções da avaliação no processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento.
Bibliografia Básica	PERRENOUD, Phillipe. Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens : entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999. 10 ex. RAPHAEL, Hélia Sonia; CARRARA, Kester (Org.). Avaliação sob exame . Campinas: Autores Associados, 2002. 12 ex. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível . 29. ed. São Paulo: Papirus, 2011. 10 ex.
Bibliografia Complementar	CANDAU, Vera Maria (Org.). Didática, currículo e saberes escolares . 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 10 ex. DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton Cesar (Org.). Avaliação institucional : teoria e experiências. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 20 ex. LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; MACHADO Elizabeth (Org.). Currículo : debates contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 10 ex. PARO, Vitor Henrique. Por dentro da escola pública . 3. ed. São Paulo: Xamã, 2000. 10 ex. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico : do projeto-político ao cotidiano da sala de aula. 14. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2013. 10 ex.

Componente Curricular	Estágio Supervisionado I - Educação Infantil	Carga Horária	105
Ementa	Princípios do estágio na Educação Infantil. Documentação pedagógica: observação, registro, planejamento e avaliação dos/nos contextos e das relações educativas. Vivências e a organização do trabalho docente com crianças na Educação Infantil.		
Bibliografia Básica	EDWARDS, Carolyn; FORMAN, George; GANDINI, Lella. (Org.). As cem linguagens da criança : a experiência de Reggio Emilia em Transformação. Vol. 2. Porto Alegre: Penso, 2016. 9 ex. LATERMAN, Ilana; AGOSTINHO, Kátia. (Orgs.). Perspectivas do estágio curricular na formação docente : Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2017. 3 ex. PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência . 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 5 ex.		
Bibliografia Complementar	ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho. (Orgs). Para pensar a Educação Infantil em tempos de retrocessos : lutamos pela educação infantil. Porto Alegre: UFRGS, 2017. 3 ex. OLIVEIRA, Zilma de Moraes (Org.). A Criança e seu desenvolvimento : perspectiva para se discutir a educação infantil. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 10 ex. OSTETTO, Luciana Esmeralda. Encontros e encantamentos na educação infantil : partilhando experiências de estágios. 10. ed. Campinas: Papirus, 2012. 15 ex. ou e-book acervo PICONEZ, Stela C. Bertholo. (Coord.). 24ª ed. A prática de ensino e o estágio supervisionado . Papirus Editora 2011. 15 ex. ou acervo e-book. ROSSETTI-FERREIRA, M. Clotilde et al. (Org.). Os fazeres na Educação Infantil . 2ª ed. revisão e ampliação. São Paulo: Cortez, 2000. 2 ex.		

Componente Curricular	Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais	Carga Horária	75
Ementa	Pressupostos teórico-metodológicos do ensino de Ciências Naturais. Alfabetização científica. Conceitos e metodologia do ensino de ciências naturais. Documentos curriculares oficiais para área de ciências naturais. Planejamento e avaliação em ciências naturais. Currículo e práticas pedagógicas em ciências		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	naturais.
Bibliografia Básica	ASTOLFI, Jean-Pierre; DEVELAY, Michel. A Didática das ciências . 16. ed. Campinas: Papirus, 2011. 10 ex. CARVALHO, A. M. Pessoa de. Ensino de ciências : unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Cengage Learning, 2004. 10 ex. SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 6 ex.
Bibliografia Complementar	BRYSON, Bill. Breve história de quase tudo : do big-bang ao homo-sapiens. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 4 ex. COSTA, Marisa Vorraber (Org.). Caminhos investigativos I : novos olhares na pesquisa em educação. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 10 ex. COSTA, Marisa Vorraber (Org.). Caminhos investigativos II : outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 10 ex. PEREIRA, Antonio Batista. Aprendendo ecologia através da educação ambiental . Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto, 1993. 2 ex. PARDO DIAZ, Alberto. Educação ambiental como projeto . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. 2 ex.

Componente Curricular	Fundamentos e Metodologia em Matemática	Carga Horária	90
Ementa	A construção do número. Alfabetização matemática. Conhecimento lógico matemático: classificação, seriação, correspondência, inclusão e interseção de classes, sequência lógica, comparação e conservação. Conceitos, procedimentos e estratégias de ensino de matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na educação infantil e na educação de jovens e adultos. Noções fundamentais das teorias da educação matemática. (Sugestão: substituir por Tendências em Educação Matemática).		
Bibliografia Básica	MUNIZ, Cristiano Alberto; SMOLE, Katia Stocco. (Org.) A Matemática Em Sala de Aula : reflexões e propostas para os anos iniciais do ensino fundamental. Porto Alegre: Penso Editora, 2013. NUNES, Terezinha et al. Educação matemática : números e operações numéricas. São Paulo: Cortez, 2005. 10 ex. ROSA NETO, Ernesto. Didática da matemática . 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Ática, 2010. 8 ex.		
Bibliografia Complementar	KAMII, Constance. A criança e o número : implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação junto a escolares de 4 a 6 anos. 36. ed. São Paulo: Papirus, 2008. 10 ex. MENDES, Iran Abreu. Matemática e investigação em sala de aula : tecendo redes cognitivas na aprendizagem. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Livraria da Física, 2009. 2 ex MOYSÉS, Lúcia. Aplicações de Vygotsky à educação matemática . 11. ed. Campinas: Papirus, 2012. 4 ex. SILVA, Veleida Anahí da. Por que e para que aprender a matemática? : a relação com a matemática dos alunos de séries iniciais. São Paulo: Cortez, 2009. 2 ex SMOLE, Kátia Cristina S. (Org.). Ler, escrever e resolver problemas : habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001. 10 ex.		

Componente Curricular	Pesquisa e Processos Educativos V	Carga Horária	90
Ementa	Fundamentos para o planejamento da pesquisa em educação. A ética na pesquisa educacional. Sistematização da pesquisa em educação.		
Bibliografia Básica	COSTA, Marisa Cristina Vorraber (Org.). Caminhos investigativos : novos olhares na pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 10 ex. DEMO, Pedro. Pesquisa : princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo:		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Cortez, 2012. 10 ex. PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Org.). Pesquisa em educação : possibilidades investigativas, formativas da pesquisa-ação. São Paulo: Loyola, 2008. 5 ex.
Bibliografia Complementar	BARBIER, René. A pesquisa-ação . Brasília: Líber Livro, 2007. 2 ex. DEMO, Pedro. Pesquisa e informação qualitativa . 4. ed. Campinas: Papirus, 2009. 10 ex. FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. Análise de conteúdo . 3. ed. Brasília: LiberLivro, 2008. 2 ex. TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução a pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. São Paulo: Atlas, 2006. 10 ex. WELLER, Wivian. Metodologias da pesquisa qualitativa em educação : teoria e prática. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

6º SEMESTRE

Componente Curricular	Alfabetização e Letramento II	Carga Horária	60
Ementa	Escrita e textualidade. Processos de aprendizagem da leitura e da escrita. Gêneros textuais e processos de letramento. Práticas pedagógicas de alfabetização e letramento.		
Bibliografia Básica	GARCIA, Regina Leite (Org.). Novos olhares sobre a alfabetização . São Paulo: Cortez & Moraes, 2001. 10 ex. SOARES, Magda. Alfabetização e letramento . São Paulo: Contexto, 2003. 10 ex. SOARES, Magda. Letramento : um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 10 ex.		
Bibliografia Complementar	ADAMS, Marilyn.[et al.] Consciência fonológica em crianças pequenas . Porto Alegre: Artmed, 2006. MORAIS, Artur Gomes.de. Consciência Fonológica na Educação Infantil e no Ciclo de Alfabetização . Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2020. ROJO, Roxane. Gêneros discursivos do círculo Bakhtin e multiletramentos . In: ROJO, Roxane. Escol@ conectada : os multiletramentos e as TICs. São Paulo: Parábola, 2013. ROJO, Roxane. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social . São Paulo: Parábola, 2009. SOARES, Magda. Alfaletrar . Toda criança pode aprender a ler. Editora Contexto. São Paulo. Ano 2020.		

Componente Curricular	Estágio Supervisionado II - Educação Infantil	Carga Horária	90
Ementa	Observação e a reflexão crítica na/da docência na Educação Infantil. Vivências e a organização do trabalho docente com crianças na Educação Infantil.		
Bibliografia Básica	EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella (org.). As cem linguagens da criança : a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Vol. 1. Porto Alegre: Penso, 2015. 3 ex. OSTETTO, Luciana Esmeralda. (Org.). Educação infantil : saberes e fazeres da formação de professores. 5. ed. Campinas: Papirus, 2012. 3 ex. ou e-book acervo. REDIN, Marita Martins. Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na educação infantil . 3ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2014. 10 ex.		
Bibliografia Complementar	BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Por amor e por força : rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006. BONDIOLI, Anna; MANTOVANI, Susanna. Manual de educação infantil : de 0 a 3 anos. Porto Alegre: Artmed, 1998.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	CEPPI, Giulio; ZINI, Michele. (Orgs.). Tradução Patricia Helena Freitag. Crianças, espaços, relações: como projetar ambientes para a educação infantil. Porto Alegre: Penso, 2013. 17 ex. CORSINO, Patrícia. (Org.). Educação infantil: cotidiano e políticas. Campinas: Autores Associados, 2009. 4 ex. FARIA, Ana Lúcia Goulart de; VITTA, Anastasia de. Ler com bebês: contribuições das pesquisas de Susanna Mantovani. Editora Autores Associados – BVU, 2021. E-book acervo
--	--

Componente Curricular	Fundamentos e Metodologia em Artes	Carga Horária	90
Ementa	Concepções de Arte na educação a partir da história do ensino de Artes no Brasil. Abordagens metodológicas em Arte. Conceitos, procedimentos e estratégias de ensino de Arte na Educação Básica. Arte e o processo criativo: artes visuais, música, dança e teatro. Documentos curriculares oficiais para área de Artes. Planejamento e avaliação em Artes. Currículo e práticas pedagógicas em Artes.		
Bibliografia Básica	BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. Imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos. 8. ed. rev. São Paulo: Perspectiva, 2012. 10 ex. RICHTER, Ivone Mendes. Interculturalidade e estética do cotidiano no ensino das artes visuais. Campinas: Mercado das Letras, 2008. 10 ex. SANTOS, Maria das Graças Vieira Proença dos. História da arte. 17. ed. São Paulo. Ática, 2012. 4 ex.		
Bibliografia Complementar	ARCHER, M. Arte contemporânea: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, Complementar 2001. 2 ex. DUTRA, Dilza Delia. Teatro na escola: jogos peças e outras propostas, para o ensino de 1. e 2. graus. Florianópolis: [s.n.], 1978. 7 ex. GOMBRICH, E.H. (Ernst Hans). A história da arte. 15. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1993. 6 ex. TIRAPELI, Perci val. Arte popular. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 2010. 2 ex. TIRAPELI, Perci val. Arte indígena: do pré-colonial à contemporaneidade. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 2006. 2 ex.		

Componente Curricular	Fundamentos e Metodologia em Geografia	Carga Horária	75
Ementa	O pensamento geográfico e o diálogo com o ensino Geografia. O ensino da Geografia na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação de jovens e adultos. Conceitos e temas da Geografia em sala de aula. Espaço e representação: a diferentes dimensões da cartografia para escolares. Planejamento, seleção e organização de conteúdos da Geografia. Métodos, estratégias e proposta para o ensino da Geografia Escolar. Documentos curriculares oficiais para área de Geografia. Planejamento e avaliação em Geografia. Currículo e práticas pedagógicas em Geografia.		
Bibliografia Básica	ANTUNES, Aracy do Rego; MENANDRO, Heloísa F. e PAGANELLI, Tomoko I. Estudos sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999. CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). A Geografia na sala de aula. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 10 ex. CALVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de geografia na escola. São Paulo: Papirus, 2012.		
Bibliografia Complementar	ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. O espaço geográfico ensino e representação. São Paulo: Contexto, 2010. CASTELAR, Sonia; VILHENA, Jerusa. Ensino de geografia. (Coleção ideias em ação). São Paulo: Cengage Learning, 2009. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Org.). Geografia: conceitos e temas. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012. 2 ex. PENTEADO, Heloisa Dupas. Metodologia do ensino de história e geografia.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	São Paulo: Cortez, 2011. 2 ex. PONTUSCKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Nuria H. Para ensinar e aprender geografia . 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009. 10 ex.
--	--

Componente Curricular	Pesquisa e Processos Educativos VI	Carga Horária	90
Ementa	Sistematização da pesquisa em educação. Fundamentos e orientação prático-científica sobre organização e interpretação da pesquisa.		
Bibliografia Básica	COSTA, Marisa Vorraber (Org.). Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação . 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 10 ex. COSTA, Marisa Vorraber (Org.). Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação . 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 10 ex. PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Org.). Pesquisa em educação: possibilidades investigativas, formativas da pesquisa-ação . São Paulo: Loyola, 2008. 5 ex.		
Bibliografia Complementar	DEMO, Pedro. Pesquisa e informação qualitativa . 5. ed. Campinas: Papirus, 2012. 10 ex. GATTI, Bernadete A. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas . Brasília: Liber Livro, 2012. 2 ex. LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas . 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013. 10 ex. TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo . São Paulo: Atlas, 2006. 10 ex. VIANNA, Heraldo Marelím. Pesquisa em educação: a observação . Brasília: Liber Livro, 2007. (Série Pesquisa, 5). 10 ex.		

Componente Curricular	Políticas Públicas da Educação	Carga Horária	60
Ementa	Estado e política educacional. Políticas públicas: conceito e caracterização. Legislação da educação brasileira. Estrutura e organização da educação brasileira. Financiamento da educação.		
Bibliografia Básica	BONETI, Lindomar Wessler. Políticas públicas por dentro . 4. ed. rev. Ijuí: Unijuí, 2018. 110 p. ISBN 9788541902519 (broch.). LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização . 10. ed. São Paulo: Cortez, [2012]. 543 p. (Docência em formação. Saberes pedagógicos). ISBN 9788524918605. SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. Política educacional . 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 126 p. 5 ex.		
Bibliografia Complementar	AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A educação como política pública . 3. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2004. 78 p. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 56). 3 ex. BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (org.). Políticas educacionais: questões e dilemas . 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 286 p. ISBN 9788524916342. DERMEVAL SAVIANI. Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): por uma outra política educacional . Editora Autores Associados BVU 2015 384. ISBN 9788574964324. Disponível em https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/187296/epub/0 FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: novas diretas, velhas ideias . São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160 p. (Educação. Teoria e crítica). ISBN 9788577433445 (broch.).		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	GENTILI, Pablo A. A. (org.). Pedagogia da exclusão : crítica ao neoliberalismo em educação. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 287 p. (Coleção Estudos culturais em educação). ISBN 9788532615145.
--	---

7º SEMESTRE

Componente Curricular	Educação, Diversidade e Inclusão	Carga Horária	60
Ementa	Direitos humanos e formação para a cidadania. Educação como direito fundamental. Educação e diversidade. Marcadores sociais da diferença: gênero e sexualidade. Racismo estrutural. Capacitismo. Educação inclusiva e legislação. Acesso, inclusão, permanência, êxito. Políticas afirmativas em educação		
Bibliografia Básica	BOBBIO, Norberto. A era dos direitos / Norberto Bobbio; tradução Carlos Nelson Coutinho; Apresentação de Celso Lafer. — Nova ed. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. MONDAINI, Marco. Direitos humanos no Brasil . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013. v. 2. 4 ex. MONDAINI, Marco. Direitos humanos . São Paulo: Contexto, 2008. 10 ex.		
Bibliografia Complementar	ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valtér Roberto (Org.). Afirmando diferenças : montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. 3. ed. Campinas (SP): Papirus, 2010. 108 p. 6 ex. LYNN, Hunt. Invenção dos Direitos Humanos . São Paulo: Companhia das Letras, 2014. GODOY, Rosa Maria Godoy et al. Educação em direitos humanos : fundamentos teórico-metodológicos, João Pessoa: Editora Universitária, 2007. PEREIRA, Amílcar Araújo; COSTA, Warley. Educação e diversidade em diferentes contextos . Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2015. SCHILLING, Flávia (Org.). Direitos humanos e educação : outras palavras, outras práticas. São Paulo: Cortez, 2005. SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença : a perspectiva dos estudos culturais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.		

Componente Curricular	Estágio Supervisionado III - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Carga Horária	105
Ementa	Princípios do estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Documentação pedagógica: observação, registro, planejamento e avaliação dos/nos contextos e das relações escolares. Vivências e a organização do trabalho docente com crianças nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.		
Bibliografia Básica	ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite (Org.). O sentido da escola . 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. FREITAS, Helena Costa Lopes. O trabalho como princípio articulador da prática de ensino e nos estágios . Campinas: Papirus, 1996. 15 ex. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores : unidade teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 10 ex.		
Bibliografia Complementar	BUSATO, Zelir Salete. Avaliação nas atividades práticas de ensino e estágio . Mediação: 2005. GUARNIERI, Maria Regina. Aprendendo a ensinar : o caminho nada suave da docência. Campinas: Autores Associados, Araraquara: Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2005. 2 ex. PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . 24. ed. Campinas: Papirus, 2011. 15 ex. PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 10 ex. TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente : elementos para		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 2 ex.
--	--

Componente Curricular	Gestão Educacional	Carga Horária	90
Ementa	Gestão educacional: fundamentos e princípios. Gestão democrática. O ideário do Estado e suas implicações para os sistemas de ensino. Planejamento institucional. A relação entre os entes federados e a garantia do direito à educação. Políticas de avaliação. Indicadores de qualidade social da educação.		
Bibliografia Básica	FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação : novas diretas, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160 p. (Educação. Teoria e crítica). ISBN 9788577433445 (broch.). LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa : o neoliberalismo em ataque ao ensino público. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2019. [328] p ISBN 9788575597118. PARO, Vitor Henrique. Administração escolar : introdução crítica. 17. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. 232 p. ISBN 9788524919541 (broch.).		
Bibliografia Complementar	FREITAS, Luiz Carlos de. Avaliação educacional - 7ª Edição . Editora Vozes 2014 89. ISBN 9788532637741. https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/149512/pdf/0 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo : ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. 413 p. ISBN 9788575594841. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar : políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, [2012]. 543 p. (Docência em formação. Saberes pedagógicos). ISBN 9788524918605. DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton Cesar (org.). Avaliação institucional : teoria e experiências. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 180 p. ISBN 9788524905964. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Gestão educacional: Novos olhares, novas abordagens . 10. ed. Editora Vozes, 2014. ISBN 9788532630940. Disponível em https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/54227/pdf/0		

Componente Curricular	LIBRAS	Carga Horária	60
Ementa	Comunidades surdas: história, culturas e identidades. Educação de surdos: políticas linguísticas e educacionais. Surdez e aquisição da linguagem. Educação bilíngue e metodologias de ensino para surdos. Introdução à estrutura linguística da Libras. Noções básicas da Libras: estudo do léxico, dêiticos, produção e compreensão de sentenças simples do cotidiano.		
Bibliografia Básica	ARANTES, Valéria Amorim (Org.). Educação de surdos . São Paulo: Summus, 2007. QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira : estudos linguísticos. São Paulo: Artmed, 2004. 10 ex. SILVA, Marília da Piedade Marinho. A construção de sentidos na escrita do aluno surdo . São Paulo: Plexus, 2001. 10 ex.		
Bibliografia Complementar	BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos : ideologias e práticas pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 3 ex. CAPOVILLA, Fernando Cesar (Coord.). Novo deit-libras : dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira, baseado em linguística e neurociências cognitivas. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2012. 2 v. v. 1 - 4 ex. v. 2. 4 ex. QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos : a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. 4 ex. SKLIAR, Carlos (Org.). Atualidade da educação bilíngüe para surdos : processos e projetos pedagógicos. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. 2 v. v1 – 2 ex. v2. 2 ex.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas . São Paulo: Plexus, 2007. 3 ex.
--	--

Componente Curricular	Fundamentos e Metodologia em História	Carga Horária	75
Ementa	A produção historiográfica contemporânea e o diálogo com o ensino de História. O uso e a problematização de documentos históricos como fundamento da construção do conhecimento histórico escolar. A construção de noções de temporalidades e de processo histórico. O ensino da História na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação de jovens e adultos. A avaliação da aprendizagem no ensino de História. Documentos curriculares oficiais. Práticas curriculares e pedagógicas no ensino da História.		
Bibliografia Básica	FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática do ensino de história . São Paulo: Papirus, 2013. PADRÓS, Enrique Serra et al. Ensino de história: formação de professores e cotidiano escolar . Porto Alegre: EST, 2002. PENTEADO, Heloisa Dupas. Metodologia do ensino de história e geografia . São Paulo: Cortez, 2011. 2 ex.		
Bibliografia Complementar	ANTUNES, Aracy do Rego; MENANDRO, Heloísa F. e PAGANELLI, Tomoko I. Estudos sociais: teoria e prática . Rio de Janeiro: ACCESS, 1999. FONSECA, Selva Guimarães. Ensinar e aprender história. Formação, saberes e práticas educativas . São Paulo: Alínea, 2009. HERNADEZ, Leila Leite. A África na sala de aula: visita à história contemporânea . São Paulo: Selo Negro, 2008. 5 ex. HIPOLIDE, Márcia. O ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental: metodologias e conceitos . Salvador: Companhia Editora Nacional, 2010. URBAN, Ana Claudia; LIPORINI, Teresa Jussara. Aprender e ensinar história nos anos iniciais do ensino fundamental . São Paulo: Cortez, 2015.		

Componente Curricular	Pesquisa e Processos Educativos VII	Carga Horária	90
Ementa	Fundamentos e orientação prático-científica sobre organização e interpretação, coleta e análise de dados da pesquisa. Elaboração do Trabalho de Curso		
Bibliografia Básica	COSTA, Marisa Cristina Vorraber (Org.). Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação . 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 10 ex. PIMENTA, Selma Garrido ; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Org.). Pesquisa em educação: possibilidades investigativas / formativas da pesquisa-ação . São Paulo: Loyola, 2008. v.2. 5 ex. TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo . São Paulo: Atlas, 2006. 10 ex.		
Bibliografia Complementar	BARBIER, René. A pesquisa-ação . Brasília: Líber Livro, 2007. 2 ex. DEMO, Pedro. Pesquisa e informação qualitativa . 4. ed. Campinas: Papirus, 2009. 10 ex. DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo . 14. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 10 ex. LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas . São Paulo: EPU, 2008. 10 ex. VIANNA, Heraldo Marelim. Pesquisa em educação: a observação . Brasília: Líber Livro, 2007. (Série Pesquisa, 5). 10 ex.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

8º SEMESTRE

Componente Curricular	Estágio Supervisionado IV - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Carga Horária	105
Ementa	Observação e a reflexão crítica na/da docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Vivências docentes e a organização do trabalho docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.		
Bibliografia Básica	FREITAS, Helena Costa Lopes. O trabalho como princípio articulador da prática de ensino e nos estágios . Campinas: Papirus, 1996. 15 ex. PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . 24. ed. Campinas: Papirus, 2011. 15 ex. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática . 2. ed. São Paulo: Cortez, 10 ex.		
Bibliografia Complementar	ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite (Org.). O sentido da escola . 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. FREITAS, Helena Costa Lopes. O trabalho como princípio articulador da prática de ensino e nos estágios . Campinas: Papirus, 1996. 15 ex. GUARNIERI, Maria Regina. Aprendendo a ensinar: o caminho nada suave da docência . Campinas: Autores Associados, Araraquara: Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2005. 2 ex. PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 10 ex. TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 2 ex.		

Componente Curricular	Gestão Escolar	Carga Horária	90
Ementa	Processos de organização e gestão da escola. As formas de organização, estruturação e planejamento da/na escola. Planos de Gestão. As funções de gestão nas dimensões administrativa e pedagógica da escola. Projeto Político Pedagógico. Mecanismos de participação e gestão democrática da escola.		
Bibliografia Básica	PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública . 4. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2016. 141 p. ISBN 9788524924293. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização . 10. ed. São Paulo: Cortez, [2012]. 543 p. (Docência em formação. Saberes pedagógicos). ISBN 9788524918605. VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula . 14. ed. São Paulo: Libertad, 2013. 213 p. ISBN 9788585819095.		
Bibliografia Complementar	LIBÂNEO, Jose Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática . 6. ed. rev e ampl. São Paulo: Heccus, c2015. 304p. ISBN 9788567281001. LÜCK, Heloísa. Gestão da cultura e do clima organizacional da escola Vol. V - 2ª Edição . Editora Vozes 2011 192. ISBN 9788532640253 Disponível em https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/149520/pdf/0 LÜCK, Heloísa. Gestão participativa na escola (A) . Editora Vozes 2013 127. ISBN 9788532632951. Disponível em https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/54228/pdf/0 PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica . 17. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. 232 p. ISBN 9788524919541 (broch.). PARO, Vitor Henrique. Diretor escolar: educador ou gerente . São Paulo: Cortez,		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	2015. 128p. (Questões da Nossa Época, 56). ISBN 9788524923166.
--	--

Componente Curricular	Modalidades da Educação Básica I	Carga Horária	60
Ementa	Pressupostos teóricos e metodológicos nas modalidades. Políticas públicas e legislação nas modalidades da Educação Básica (EJA e Educação Profissional Tecnológica). Trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional Tecnológica no Brasil. Especificidades da docência nas modalidades da Educação Básica (EJA e Educação Profissional).		
Bibliografia Básica	ALVARES, Sônia Carbonell. Educação estética na Eja : a beleza de ensinar e aprender com jovens e adultos. São Paulo: Cortez, 2012. 152 p. 5 ex. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Org.). Educação de jovens e adultos : teoria, prática e proposta. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 160 p. 10 ex. MANFREDI, Silvia Maria. Educação profissional no Brasil . São Paulo: Cortez. MOLL, Jaqueline (Org.). Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo : Desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed.		
Bibliografia Complementar	CUNHA, Luiz Antônio. O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata . 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005. Brasília, DF: FLACSO. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Orgs.). A formação do cidadão produtivo : a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. HADDAD, Sérgio; CATELLI, Roberto Júnior; MASAGÃO, Vera. Eja em xeque : Desafios das políticas de educação de Jovens e Adultos no século XXI. São Paulo: Global Editora, 2014. MASAGÃO, Vera. (Org.). Educação de jovens e adultos : novos leitores, novas leituras. Campinas (SP). Mercado das Letras, 2003. SOUZA, Maria Antonia de. Educação de Jovens e Adultos . 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2011. VÓVIO, Cláudia Lemos; IRELAND, Timothy Denis. Construção coletiva : contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. 361 p. (Educação para todos , 3). 1ex.		

Componente Curricular	Optativa	Carga Horária	30+30
Ementa	Vide Componentes Curriculares Optativos (item 17.2)		
Bibliografia Básica	Vide Componentes Curriculares Optativos (item 17.2)		
Bibliografia Complementar	Vide Componentes Curriculares Optativos (item 17.2)		

Componente Curricular	Pesquisa e Processos Educativos VIII	Carga Horária	30
Ementa	Finalização e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.		
Bibliografia Básica	COSTA, Marisa Cristina Vorraber (Org.). Caminhos investigativos I : novos olhares na pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 10 ex. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p. 10 ex. TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução a pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. São Paulo: Atlas, 2006. 10 ex.		
Bibliografia Complementar	BARBIER, René. A pesquisa-ação . Brasília: Líber Livro, 2007. 2 ex. ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso . 4. ed. Campinas (SP): Pontes, 2002. 100 p. 2 ex. LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. Pesquisa de		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	representação social: um enfoque qualitativo: a metodologia do discurso do sujeito coletivo. Brasília: Liber Livro, 2010. 2 ex. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 277 p. 8 ex. OTANI, Nilo; FIALHO, Francisco Antônio Pereira. TCC: Métodos e Técnicas. 2. ed. Florianópolis: Visual Books, 2012.
--	--

Componente Curricular	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Educação	Carga Horária	60
Ementa	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na educação. Estudo teórico-prático e crítico dos recursos computacionais, voltados à educação: internet, multimídias, aplicativos, softwares educacionais, entre outros. Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação como recurso tecnológico no processo de ensino aprendizagem		
Bibliografia Básica	CARVALHO, Fábio Câmara Araújo de; IVANOFF, Gregorio Bittar. Tecnologias que educam: ensinar e aprender com as tecnologias de informação e comunicação. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 5 ex. CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 5 ex. SILVA, Ezequiel Theodoro da (Coord.). A Leitura nos oceanos da internet. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008. 10 ex.		
Bibliografia Complementar	BRASIL Ministério da Educação. Secretaria de Educação à distância. ProInfo: informática e formação de professores volume 1. Brasília: SEED/MEC, 2000. 4 ex. CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1. 3 ex. PANTOJA VALLEJO, Antonio; ZWIEREWICZ, Marlene (Org.). Mídia, educação e subjetividade: disseminando o conhecimento. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2010. 2 v. v1 - 2.ex. v2. 2ex. MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 13. ed. Campinas: Papirus, 2007. 3 ex. PALFREY, John G.; GASSER, Urs. Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração dos nativos digitais. Porto Alegre: Artmed, 2011. 5 ex.		

Fonte: Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia – IFC CAM

18.2 Componentes Curriculares Optativos

Quadro 13: Ementário Componentes Curriculares Optativos

Componente Curricular	Paulo Freire e Educação	Carga Horária	30
Ementa	O paradigma emancipatório da Educação. Contextualização histórica da produção teórica de Paulo Freire. Conceitos, princípios e fundamentos da proposta político-epistemológica freiriana. O sistema de alfabetização freiriano.		
Bibliografia Básica	FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 56. ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2014. 253 p. 9 ex. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 165 p. 5 ex. FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Centauro, 1980. 102 p. 2 ex.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Complementar	BEISIEGEL, Celso de Rui. Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil . 4. ed. rev. Brasília, DF: Líber Livro, 2008. 378 p. 5 ex. GADOTTI, Moacir. Convite a leitura de Paulo Freire . São Paulo: Scipione, 1989. 175 p. 1 ex. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade . 38. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. 189 p. 3 ex. ZITKOSKI, Jaime José. Paulo Freire & a educação . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 119 p. 2 ex. FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 93 p. 3 ex.
----------------------------------	--

Componente Curricular	Tópicos Especiais da Língua Portuguesa	Carga Horária	30
Ementa	A reforma ortográfica. Ortografia e dificuldades no uso da língua. Regência e Concordância. Conceitos operacionais para a compreensão do sistema fonológico do português. Classificação e transcrição do sistema vocálico e consonantal. Transcrição fonética. Estratégias de leitura e suas implicações para o desenvolvimento da compreensão leitora.		
Bibliografia Básica	CASTILHO, Ataliba de. Gramática do português brasileiro . São Paulo: Contexto, 2010. 3 ex. BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa: Atualizada pelo novo acordo ortográfico . 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CALLOU, Dinah & LEITE, Yonne. Iniciação à fonética e à fonologia . Rio de Janeiro: Zahar, 1990.		
Bibliografia Complementar	ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontros e interação . São Paulo: Parábola Editorial, 2003. ANTUNES, Irandé. Língua, texto e ensino: outra escola possível . São Paulo: Parábola Editorial, 2009. GERALDI, João Wanderley. O texto na sala de aula: leitura & produção . 2. ed. Cascavel, PR: ASSOESTE, 1984. FARACO, Carlos Alberto. Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós . São Paulo: Parábola, 2008. SOLÉ, Isabel. Estratégias de Leitura . 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.194p.		

Componente Curricular	Marxismo e educação	Carga Horária	30
Ementa	Introdução ao pensamento de Marx. Trabalho, objetivação e estranhamento. Teoria marxista do conhecimento. Arte, formação e conhecimento. Tarefa social da escola na sociedade capitalista. Educação, reprodução e emancipação.		
Bibliografia Básica	MARX, Karl. O capital: crítica da economia política , volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 301 p. (Os economistas; I). 2 ex. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: Feuerbach - a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista . São Paulo: Martin Claret, 2006. 147 p. (Coleção a obra prima de cada autor; 192). 1 ex. LUKÁCS, Georg. Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria da estética . 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. 277 p. (Perspectivas do homem. Série estética; 33). 1 ex.		
Bibliografia Complementar	FERNÁNDEZ ENGUITA, Mariano. Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação . Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. 339 p. 1 ex. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 184 p. 10 ex. MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel . Lisboa: Presença, [19--?]. 195 p. (Biblioteca de Ciências Humanas; 13). 1 ex. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista . São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2012. 3 ex. MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital . 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. 126 p. 10 ex.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Componente Curricular	Contação de histórias em Libras (para cursar esta disciplina o acadêmico deverá ter cursado a disciplina de LIBRAS)	Carga Horária	30
Ementa	Contação de História em Libras como auxílio na inclusão cultural e social apresentada em Libras motivando o imaginário da fantasia das histórias infantis de forma colaborativa e interativa apresentada em Libras para todas as crianças ouvintes e surdas.		
Bibliografia Básica	KARNOPP, Lodenir B.; MACHADO, Rodrigo N. Literatura surda : ver histórias em língua de sinais 2. Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação (CD) – 2SBECE. Canoas: ULBRA, 2006. QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira : estudos linguísticos. São Paulo: Artmed, 2004. 10 ex. CASHDAN, Sheldon. Os 7 pecados capitais nos contos de fadas : como os contos de fadas influenciam nossas vidas. Rio de Janeiro: Campus, 2000.		
Bibliografia Complementar	BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos : ideologias e práticas pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 3 ex. CAPOVILLA, Fernando Cesar (Coord.). Novo deit-libras : dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira, baseado em linguística e neurociências cognitivas. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2012. 2 v. v. 1 - 4 ex. v. 2. 4 ex. QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos : a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. 4 ex. SKLIAR, Carlos (Org.). Atualidade da educação bilíngüe para surdos : processos e projetos pedagógicos. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. 2 v. v1 – 2 ex. v2. 2 ex. SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem : aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007. 3 ex.		

Componente Curricular	Sociedade, globalização, capitalismo e modernidade líquida	Carga Horária	30
Ementa	Questões sociais, culturais e políticas contemporâneas: Identidade, cultura, migrações, mídias, capitalismo, globalização, consumo, pós-modernidade.		
Bibliografia Básica	BAUMAN, Zygmunt. Amor líquido . Jorge Zahar ed. Rio de Janeiro. 2004. 2 ex. BAUMAN, Zygmunt. Capitalismo parasitário : e outros temas contemporâneos. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro. 2 ex. BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida . Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro. 5 ex.		
Bibliografia Complementar	BAUMAN, Zygmunt. A arte da vida . Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 183 p. 2 ex. BAUMAN, Zygmunt. Sobre educação e juventude : conversas com Ricardo Mazzeo. Zahar. 2013. 2 ex. BAUMAN, Zygmunt. Vida em fragmentos : sobre ética pós-moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. BAUMAN, Zygmunt. Vigilância Líquida : Diálogos com David Lyon/Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro, Zahar, 2013. BAUMAN, Zygmunt. Comunidade : a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.		

Componente Curricular	Modalidades da Educação Básica II	Carga Horária	30
Ementa	Pressupostos teóricos e metodológicos nas modalidades. Políticas públicas e legislação nas modalidades da Educação Básica (Educação do Campo, Educação Quilombola e Educação Indígena). Trajetória da Educação do Campo, Educação Quilombola e Educação Indígena no Brasil. Especificidades da docência nas modalidades da Educação Básica (Educação do Campo, Educação Quilombola e Educação Indígena).		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Básica	BUENO, J. G. S.; MENDES, G.M.L; SANTOS, R.A. dos (Orgs.) Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. Junqueira e Marín, Araraquara, SP; Brasília, D. F., 2008. BAPTISTA, C. B. (Org.). Inclusão e Escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006. GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Friszman de (Org.). Políticas e práticas de educação inclusiva. 4. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2013. 1 ex.
Bibliografia Complementar	BAPTISTA, C. R.(Org.). Escolarização e Deficiência: configurações nas políticas de inclusão escolar. São Carlos: Marquezini & Manzini; ABPEE, 2015. BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Maria (Org.). Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. Campinas: Papirus, 2013. 1 ex. BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades especiais. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006. 2 ex. CARVALHO, Rosita Edler. Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. 3 ex. GOMES, Márcio (Org.). Construindo as trilhas para a inclusão. Petrópolis: Vozes, 2009. 4 ex. MANTOAN; M. T. E. O Desafio das Diferenças nas Escolas. Petrópolis: Vozes, 2013. MAZZOTTA, Marcos Jose da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011. 10 ex. PADILHA, Ana Maria Lunardi. Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. 10 ex.

Fonte: Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia – IFC CAM

19 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

19.1 Descrição Do Corpo Docente

Quadro 14: Descrição do Corpo Docente

Nome	SIAPÉ	Regim e de Trabalho	Titulação	E-mail	Link para lattes	Telefone institucional
Afonso da Luz Loss	Siapé: 1970752	40h DE	Ms. em Estudos da Tradução - Grad. em Letras - LIBRAS	afonso.loss@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5831030203809305	2104-0851
Ágata Regiane Quissini	Siapé: 2567107	40h DE	Dra . em Educação Lic. em Pedagogia	agata.quissini@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7010480535904039	2104-0819
Alexandre Vanzuita	Siapé: 2764188	40h DE	Dr. em Educação GradLicenciatura em Educação Física	alexandre.vanzuita@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0197986049005891	2104-0851
Andréia Regina Bazzo	Siapé: 1845243	40h DE	Ms. em Educação Grad. em Artes	andreia.bazzo@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4561303521481711	2104-0805
Andressa Grazielle Brandt	Siapé: 2761694	40h DE	Dra. em Educação Ms. em Educação Grad. em Pedagogia	andressa.brandt@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5766947022430917	21040847 21040878
Daniele Soares de Lima	Siapé: 2183790	40h DE	Ms. em Letras Grad. em Letras Português e Literatura	daniele.lima@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1601576028331940	2104-0888



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Débora de Fátima Einhardt Jara	Siape: 1646542	40h DE	Dr. em Educação Ambiental Grad. Licenciatura em Música	debora.jara@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0228574516833925	2104-0805
Degelane Córdova Duarte	Siape: 2265342	40h DE	Dra. em Educação Grad. em Pedagogia	degelane.duarte@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7261185637306485	2104-0878 2104-0817
Everson Deon	Siape: 1952346	40h DE	Ms. em Filosofia Grad. Filosofia	everson.deon@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4821825009597800	2104-0806
Fábio Alves dos Santos Dias	2055118	40h DE	-Dr. em Sociologia Grad. Licenciatura em Ciências Sociais	fabio.dias@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0805782893284978	2104-0805
Fabiola Santini Takayama	Siape: 1634597	40h DE	Doutoranda em Educação Ms. em Educação Grad. em Educação Física	fabiola.takayama@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3230204157656121	2104-0871
Filomena Lucia Gossler Rodrigues da Silva	Siape: 1755556	40h DE	Dr. em Educação Ms. em Educação Esp. em Educação Grad. em Pedagogia	filomena.silva@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9115883879758456	2104-0878
Flávio Leite Costa	Siape: 1783505	40h DE	Ms em Educação Ms em História, Direitos Humanos, Territórios e Cultura no Brasil e América Latina. Esp. em História Regional Grad. em História	flavio.costa@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/669362336535570	2104-0878
Idorlene da Silva Hoepers	Siape: 2773007	40h DE	Dr. em Educação Ms. em Educação Esp. em Supervisão e Inspeção Escolar Esp. em Educação a Distância Grad. em Pedagogia e em Ciências da Computação	idorlene.hoepers@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0701191397858274	2014-0878
Leisi Fernanda Moya	Siape 1811328	40h DE	Dra. em Ciências da Linguagem Ms. em Educação Grad. em Educação Física	leisi.moya@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7160989155329856	2104-0888
Marcelo da Silva	Siape: 2163963	40h DE	Doutorando em Educação Científica e tecnológica Ms. em MPPT Grad. em Licenciatura em Geografia	marcelo.silva@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5348094015669101	2104-0888
Marilândes Mól Ribeiro de Melo	Siape: 1715961	40h DE	Dra. em Educação Ms. em Educação Grad. em Pedagogia	marilandes.melo@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7641170265582884	2104-0878 2104-0880
Magali Dias de Souza	Siape: 2265320	40h DE	Dra. em Informática na Educação Ms. em Educação Esp. em Linguagem e Letramento; Psicopedagogia, Alfabetização em Classes Populares Grad. Pedagogia	magali.souza@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2627703725508152	2104-0879
Maria Salete	Siape: 1169872	40h DE	Dra em Linguística Esp. em Língua Portuguesa	maria.salete@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9824237416242365	2104-0803



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Michele Leão de Lima Ávila	Siape: 2276227	40h DE	Grad. em Letras Ms. em Antropologia Social Grad. em Ciências Sociais	michele.avila@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8085835469320829	2104-0878
Nádia Rocha Veriguine	Siape: 1984469	40h DE	Dra. em Psicologia Ms. Em Psicologia Grad. em Bacharelado em Psicologia Grad. em Licenciatura em Psicologia	nadia.veriguini@ifc.edu.br	● http://lattes.cnpq.br/7826627686356796	2104-0806
Sílvia Régia Chaves de Freitas Simões	Siape: 1445626	40h DE	Dra. em Ciências da Linguagem -Ms. em Educação -Grad. em Licenciatura em Pedagogia -Grad. em Serviço Social	silvia.simoes@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5228666264404030	2104-0878
Roseli Nazário	Siape: 1431375	40h DE	Dra. em Educação Ms. em Educação Grad. em Pedagogia	roseli.nazario@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8746881958805524	2104-0878

Fonte: PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia – IFC CAM

20 COORDENAÇÃO DE CURSO

De acordo com a Resolução 010/2021 do Consuper/IFC, em relação ao coordenador de curso:

Art. 80 A Coordenação de Cursos de Graduação é a instância responsável, junto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), por gerir o curso e deve ser ocupada por docente escolhido pelo colegiado e demais docentes que atuam no curso no ano do processo de escolha, por um período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido para mais um mandato consecutivo.

§ 1º Para os cursos de graduação e de nível médio podem se candidatar a coordenação somente docentes efetivos do quadro permanente que atuam no curso e que sejam, preferencialmente, da área do curso;

§ 2º O coordenador de curso pode indicar docente efetivo do quadro permanente que atuam no curso a coordenador adjunto, que auxiliará nas demandas da coordenação e assumirá, no caso de ausência ou impedimentos legais do coordenador do curso, as atribuições de coordenação como coordenador substituto.

§ 3º Caso haja necessidade de alteração da Coordenação de Curso antes do término de mandato, deve haver nova escolha, com novo período de mandato conforme consta no *caput* deste artigo.

§ 4º Caso não haja candidatos aptos e interessados para o cargo de Coordenação do Curso, cabe ao colegiado indicar o coordenador.

Art. 83 São atribuições da Coordenação de Curso:

I - cumprir e fazer cumprir as decisões e normas estabelecidas pelas instâncias superiores e demais órgãos, em articulação com NDE e/ou colegiado;

II - conduzir e supervisionar a atualização pedagógica do curso e acompanhar a realização das atividades acadêmicas previstas no PPC;

III - incentivar a articulação entre ensino, extensão, pesquisa e inovação e fomentar a realização de eventos científicos, culturais e esportivos no âmbito do curso;

IV - subsidiar a gestão do *campus* no diagnóstico das necessidades do curso atreladas a pessoal e infraestrutura, articulando também com os setores competentes a manutenção e atualização dos espaços, equipamentos e materiais, visando o processo de ensino e



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

aprendizagem;

V - contribuir para a construção e consolidação de políticas, diretrizes e mecanismos gerenciais que tenham relação com o curso;

V - apoiar e auxiliar a execução das políticas e programas de permanência e êxito, inclusão e diversidade e acompanhamento de egressos;

VI - acompanhar, participar e prestar informações nos processos de avaliação institucional e de curso, assim como articular o desenvolvimento de ações a partir dos indicadores nos processos avaliativos;

VII - recepcionar, informar e acompanhar os estudantes no desenvolvimento do curso;

VIII - executar as atividades demandadas no sistema acadêmico relativas à Coordenação de Curso;

IX - acompanhar a elaboração do quadro de horários de aula do curso, em conjunto com a Coordenação Geral de Ensino (CGE) ou equivalente, observando o PPC e o Calendário Acadêmico;

X - analisar e emitir parecer dos requerimentos relacionados ao curso, e quando necessário consultar NDE e/ou Colegiado;

XI - convocar, presidir e documentar as reuniões do Colegiado de Curso e/ou NDE;

XII - analisar e homologar, em conjunto com o NDE e/ou colegiado, os Planos de Ensino de acordo com calendário acadêmico;

XIII - analisar e acompanhar a consolidação dos diários de turma ao final de cada período letivo;

XIV - analisar e validar as atividades curriculares complementares, diversificadas, estágio e trabalho de conclusão de curso, quando for o caso;

XV - inscrever e orientar os estudantes quanto aos exames de desempenho aplicados ao curso.

21 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

De acordo com a Resolução 010/2021 do Consuper/IFC:

Art. 84 O NDE (graduação) é um órgão propositivo, com responsabilidades acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC.

§ 2º São realizadas reuniões ordinárias do NDE mensalmente, conforme previsão no calendário acadêmico.

§ 3º As reuniões do NDE devem contar com presença de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros e só podem decidir pauta após votação da maioria simples dos presentes.

§ 4º As reuniões extraordinárias são convocadas pelo presidente, ou por um terço de seus membros.

§ 5º Todas as reuniões de NDE devem ser registradas em ata, assinada por todos os participantes da reunião e arquivadas na Coordenação de Curso.

§ 6º O NDE pode demandar assessoria do NUPE.

Art. 85 A constituição do NDE deve atender, no mínimo:

I - Coordenador do Curso, como presidente;

II - 5 (cinco) docentes efetivos, no mínimo, pertencentes ao corpo docente do curso;

§ 1º O NDE deve ter no mínimo 60% (sessenta por cento) de seus membros em regime de trabalho em dedicação exclusiva.

§ 2º Para o caso do NDE, levando em conta as avaliações institucionais organizadas pelo INEP, o núcleo deve ter pelo menos 60% (sessenta por cento) de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de Pós-graduação *stricto sensu*.

§ 3º Os *campi* têm autonomia para definir estratégias de escolha dos integrantes do NDE e NDB, devendo garantir permanência por no mínimo 2 (dois) anos e estratégias de renovação parcial dos integrantes.

§ 4º A constituição do NDE e NDB é formalizada mediante portaria específica emanada do Diretor Geral do *campus*, que explicitará o nome dos integrantes e vigência de mandato.

§ 5º Perde o direito de representação o membro que não comparecer, sem justificativa legal,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC
a três reuniões ordinárias consecutivas ou 5 reuniões ordinárias alternadas.

Art. 86 São atribuições do NDE:

- I - elaborar, implantar, supervisionar, consolidar e propor alterações atualizações no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em consonância com a legislação educacional pertinente ao curso, PDI e PPI;
- II - contribuir para a consolidação do perfil do egresso do curso;
- III - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes na matriz curricular;
- IV - propor formas de incentivo às ações relativas ao aperfeiçoamento, desenvolvimento e integração do ensino, pesquisa e extensão, oriundas de necessidades do curso, de exigências do mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- V - analisar e emitir parecer dos Planos de Ensino, considerando se estão em consonância com o PPC;
- VI - acompanhar o processo didático-pedagógico, analisando os resultados de ensino e aprendizagem observando o PPC;
- VII - estudar e apontar causas determinantes do baixo rendimento escolar e evasão de estudantes e propor ações com vistas à permanência e êxito;
- VIII - acompanhar, junto à Coordenação do Curso e CPA/CLA, os processos de avaliação externa e interna e propor ações que garantam um nível de avaliação adequado ao Ministério da Educação (MEC) e IFC.
- IX - preparar e executar ações de autoavaliação do curso aplicando os resultados na melhoria do curso.
- X - incentivar e acompanhar a produção de material científico ou didático para publicação;
- XI - Analisar e emitir parecer dos requerimentos recebidos dos estudantes e da CRACI, quando demandado pela Coordenação de Curso.

Art. 87 Compete ao Presidente do NDE:

- I - convocar os membros;
- II - presidir e garantir o registro das reuniões;
- III - representar ou indicar representante, junto ao Colegiado de Curso;
- IV - encaminhar as matérias apreciadas às instâncias de competência do curso;
- V - coordenar a integração do NDE ou NDB aos demais órgãos da instituição.

21.1 Identificação dos Integrantes do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Pedagogia

Quadro 15: Componentes do Núcleo Docente Estruturante e sua titulação



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Nome	Formação Acadêmica	Maior Titulação	Função	E-mail Institucional
Alexandre Vanzuita	Pedagogia	Doutor em Educação	Docente	alexandre.vanzuita@ifc.edu.br
Andressa Grazielle Brandt	Pedagogia	Doutora em Educação	Docente	andressa.brandt@ifc.edu.br
Degelane Córdova Duarte	Pedagogia	Doutora em Educação	Docente	degelane.duarte@ifc.edu.br
Filomena Lucia Gossler Rodrigues da Silva	Pedagogia	Doutora em Educação	Docente	filomena.silva@ifc.edu.br
Idorlene da Silva Hoepers	Pedagogia	Doutora em Educação	Docente	idorlene.hoepers@ifc.edu.br
Magali Dias de Souza	Pedagogia	Doutora em Informática na Educação	Docente	magali.souza@ifc.edu.br
Marilândes Mól Ribeiro de Melo	Pedagogia	Doutora em Educação	Docente	marilandes.melo@ifc.edu.br

Fonte: Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia – IFC CAM

22 COLEGIADO DE CURSO

De acordo com a Resolução 010/2021 do Consuper/IFC:

Art. 88 O Colegiado de Curso é um órgão deliberativo, técnico-consultivo e de assessoramento presente nos cursos superiores, no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso nos limites estabelecidos pelos órgãos superiores do IFC.

§ 2º São realizadas reuniões ordinárias do colegiado, mensalmente, conforme previsão em calendário acadêmico.

§ 3º As reuniões do colegiado devem contar com presença de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros e só podem decidir pauta após votação da maioria simples dos presentes.

§ 4º As reuniões extraordinárias são convocadas pelo presidente, ou por um terço de seus membros.

§ 5º Todas as reuniões de Colegiado devem ser registradas em ata, assinada por todos participantes da reunião e arquivadas na Coordenação de Curso.

Art. 89 A composição do Colegiado dar-se-á da seguinte forma:

I - Coordenador de Curso, que presidirá o Colegiado;

II - um representante do Núcleo Docente Estruturante (NDE), além do coordenador de curso;

III - 70% (setenta por cento) da composição total do colegiado deve ser composta por docentes que atuam no curso, garantindo no mínimo 30% (trinta por cento) do corpo docente efetivo;

IV - no mínimo um técnico administrativo em educação, preferencialmente da área pedagógica ou membro do Núcleo Pedagógico (NUPE);

V - no mínimo um representante discente, escolhido por seus pares;

§ 1º Os *campi* têm autonomia para definir as estratégias de escolha dos integrantes do Colegiado, entre os pares, podendo haver renovação a qualquer tempo.

§ 2º A constituição do colegiado do curso é formalizada mediante portaria específica expedida pelo Diretor Geral do *campus*, explicitando o nome dos integrantes e vigência de mandato.

§ 3º Perde o direito de representação o membro que não comparecer, sem justificativa legal, a três reuniões ordinárias consecutivas ou 5 reuniões ordinárias alternadas.

Art. 90 Competências do Colegiado de Curso:

I - analisar, aprovar, acompanhar e avaliar o PPC e suas alterações, em consonância com a



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

legislação educacional pertinente ao curso, PDI e PPI, encaminhando-as para aprovação dos órgãos superiores;

II - acompanhar, analisar e deliberar sobre atividades acadêmicas relativas ao ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso;

III - aprovar orientações e normas para as atividades didático-pedagógicas não previstas no PPC, propostas pelo NDE do curso, encaminhando-as para aprovação dos órgãos superiores;

IV - emitir parecer sobre assuntos de natureza técnica e administrativa, no âmbito do curso;

V - deliberar sobre processos relativos ao corpo discente, respeitadas as decisões de Conselho de Classe, quando for o caso;

VI - proporcionar articulação entre a Direção-geral, docentes e as diversas unidades do *campus* que participam da operacionalização do processo de ensino e aprendizagem;

VII - analisar e emitir parecer dos requerimentos recebidos dos estudantes e da CRACI, junto com a Coordenação de Curso.

VIII - homologar os planos de ensino analisados pelo NDE;

IX - exercer outras atribuições previstas em lei e fazer cumprir esta OD, propondo alterações, quando necessárias, para instâncias superiores;

Art. 91 Compete ao Presidente do Colegiado:

I - dar posse aos membros do Colegiado;

II - convocar e presidir as reuniões;

III - votar, e em caso de empate, dar o voto de qualidade;

IV - designar o responsável pela secretaria do Colegiado, garantindo o registro das reuniões;

V - designar relator ou comissão para estudo de matéria do Colegiado;

VI - submeter à apreciação e à aprovação do Colegiado a ata da reunião anterior;

VII - encaminhar as decisões do Colegiado ao órgão ou setor competente;

VIII - apresentar a pauta, o número dos membros presentes e o término dos trabalhos;

IX - conceder a palavra aos membros do Colegiado e delimitar o tempo de seu uso;

X - decidir as questões de ordem;

XI - submeter à discussão e, definidos os critérios, a votação das matérias em pauta e anunciar o resultado da votação;

XII - comunicar as justificativas de ausências apresentadas pelos membros do colegiado;

XIII - representar o Colegiado, ou indicar representante, junto aos demais órgãos do IFC.

23 DESCRIÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DISPONÍVEL

Quadro 16: Descrição do Corpo Técnico Administrativo Disponível

NOME DO SERVIDOR	SIAPE	CARGA HORÁRIA	CARGO	TITULAÇÃO
DIREÇÃO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – DEPE				
SIMONE MARQUES DE ALMEIDA	0362724	40	Técnico de Tecnologia da Informação	Mestrado(T)
MÁRCIA RODECZ	2138987	40	Pedagogo	Mestrado(T)
NEUSA DENISE MARQUES	1836745	40	Pedagogo	Mestrado(T)
JEFFINERKERLAN MATTOS	2610168	40	Técnico em Assuntos Educacionais	Especialização
BIBLIOTECA				
ANGELA LIDVINA SCHNEIDER	1828147	40	Auxiliar de Biblioteca	Especialização Niv Sup(T)



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

FERNANDA BORGES VAZ RIBEIRO	1522454	40	Bibliotecária/Documentalista	Mestrado(T)
ILDA SANTOS CARDOSO PEREIRA	1843139	40	Auxiliar de Biblioteca	Graduação Niv Sup Compl(T)
VIVIAN CASTRO OCKNER	2228573	40	Bibliotecária/Documentalista	Sup compl ou hab legal eqv
MARINA JULIANA BATISTA BARWINSKI	1811653	40	Técnico em Agropecuária	Mestrado(T)
MAROUVA FALLGATTER FAQUETI	1200713	40	Bibliotecária/Documentalista	Doutorado(T)
SERVIÇO INTEGRADO DE SUPORTE E ACOMPANHAMENTO EDUCACIONAL - SISAE				
ANA REGINA CAMPOS CHAGAS	1366591	40	Agente Administrativo	2o gr compl ou tec profiss
HERLON IRAN ROSA	1755105	40	Assistente de Aluno	Mestrado(T)
NELZA DE MOURA	1812872	40	Assistente Social	Sup compl ou hab legal eqv
ANDERSON DE ASSUNÇÃO MEDEIROS	1202678	40	Assistente de Alunos	Mestrado
JORGE LUIS ARAÚJO DOS SANTOS	1454355	40	Psicólogo	Especialização Niv Sup(T)
SERVIÇO DE SAÚDE E AMBULATÓRIO MÉDICO				
GLEISSON RAMOS DE OLIVEIRA	2246686	40	Técnico em Enfermagem	Sup compl ou hab legal eqv
MARIA ANGÉLICA DE M. A. PIMENTA	1105801	40	Enfermeira	Mestrado(T)
MARIA GORETTI ALÉSSIO CRISPIM	1159310	30	Odontóloga	Mestrado(T)
MARIA HELENA BARBOSA LIMA TOMPSON	2267892	40	Técnica em Enfermagem	2o gr compl ou tec profiss
SANDRA ROSABEL PEREIRA	1160461	40	Enfermeira	Especialização Niv Sup(T)
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO TÉCNICO				
JOECI RICARDO GODOI	2155492	40	Técnico de Laboratório	Especialização Niv Sup(T)
RAQUEL ROSA VANTI	366.554.810-15	40	Escriturária	Nível Médio(T)
TEREZINHA PEZZINI SOARES	1801689	40	Secretária Executiva	Mestrado(T)
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO SUPERIOR				
VANIA LEONARDELLI PEREIRA	1758471	40	Assistente em Administração	Especialização Niv Sup(T)
KARINA COUTINHO PEDROSA	1677416	40	Assistente em Administração	2o gr compl ou tec profiss
ROBINSON FERNANDO ALVES	1758606	40	Técnico em Assuntos Educacionais	Mestrado(T)
LETÍCIA ALVES GOMES ALBERTTI	1978316	40	Técnico de Laboratório	Sup compl ou hab legal eqv
LEONARDO CAPARROZ CANGASSU	1128878	40	Técnico em Assuntos Educacionais	Mestrado(T)
LAUREN BENTES DE	1759128	40	Técnico em	Mestrado(T)



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

AZEVEDO PRATES			Assuntos Educacionais	
COORDENAÇÃO DE REGISTRO ACADÊMICO E CADASTRO INSTITUCIONAL - CRACI				
DAIANI LARA DE ASSIS	2387337	40	Auxiliar em Administração	Especialização Niv Sup(T)
MARCIO APARECIDO LUCIO	2753077	40	Assistente em Administração	Mestrado(T)
REGINA CELIA SEQUINEL EISFELD	2125646	40	Auxiliar em Administração	Graduação Niv Sup Comple(T)
MARIA AMÉLIA CUNHA PEREIRA	1160145	40	Cozinheira	Nível Médio(T)
CARLOS ALEXANDRE PORTO	1760072	40	Técnico de Tecnologia da Informação	Especialização Niv Sup(T)
COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO, ESTÁGIO E EGRESSOS				
CRISTINE DE OLIVEIRA DILI	1895429	40	Assistente em Administração	Sup compl ou hab legal eqv
MICHELA CANCELLIER	1924646	40	Técnica em Laboratório	Mestrado(T)
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E INOVAÇÃO				
MARCELE ARRUDA MICHELOTTO	1994943	40	Assistente em Administração	Mestrado(T)
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP				
MARCEL AMARAL DAOUD	1758027	40	Administrador	Mestrado(T)
RICARDO BRUNO CABRAL	2382525	40	Técnico em Contabilidade	Especialização Niv Sup(T)
KARLA DANIELLE GABARDO	2314019	40	Nutricionista	Especialização Niv Sup(T)
BERNADETE RAMPELOTI SILVA	1160338	40	Cozinheira	Especialização Niv Sup(T)
VENÂNCIA PEREIRA MELO	1160148	40	Cozinheira	Nível Médio(T)
CRISTINA SCHMITT	1771433	40	Contador	Especialização Niv Sup(T)
EDSON FERNANDO PAGLIOCHI	2622673	40	Assistente em Administração	Graduação Niv Sup Comple(T)
JOSÉ DOMINGOS PEREIRA	1159388	40	Pedreiro	Nível Médio(T)
LENARA BERNIERI	1757309	40	Técnica em Agropecuária	Mestrado(T)
FRANCIELE PISSININ DENARDINI	1832515	40	Administradora	Sup compl ou hab legal eqv
LIA MARA SILVA DE SOUZA	2357151	40	Assistente em Administração	Sup compl ou hab legal eqv
TELMA ZANLUCAS	1668816	40	Assistente em Administração	Pos- Graduacao(T)
MICHELLI SLHESARENKO	1773191	40	Assistente em Administração	Mestrado(T)
LUIZ GONZAGA CECHET	1160336	40	Auxiliar em Agropecuária	Mestrado(T)
LOANA DE MOURA	2376882	40	Auxiliar em	Especialização



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

FURLAN			Administração	Niv Sup(T)
ALEX SANTOS DE OLIVEIRA	2020290	40	Operador de Máquinas Agrícolas	Especialização Niv Sup(T)
CARLOS ALBERTO DOS SANTOS	1456232	40	Técnico de Laboratório	Graduação Niv Sup Comple(T)
ROSEMERI APARECIDA MARCON	1786551	30	Assistente em Administração	Especialização Niv Sup(T)
TICIANNE CARLA CORREA PEDROSO	2246728	40	Auxiliar em Administração	Especialização Niv Sup(T)
DIREÇÃO GERAL				
MARILIA CRISTIANE MASSOCHIN	2010770	25	Jornalista	Mestrado(T)
JEAN MARLON HULSE MERIGO	1252831	40	Técnico Laboratório - Área: Informática	Especialização Niv Sup(T)
CARINE CALIXTO AGUENA	1828484	40	Analista de Tecnologia da Informação	Mestrado(T)
GENESIO JOÃO CORREIA JUNIOR	1758674	40	Técnico de Tecnologia da Informação	Especialização Niv Sup(T)
JORGE LUIZ ALVES	379357	40	Técnico em Tecnologia da Informação	2o gr compl ou tec profiss
JÉSSICA MOTTA	1757282	40	Técnico em Agropecuária	Mestrado(T)
FABIANO ENDRES	1034667	40	Assistente em Administração	Especialização Niv Sup(T)
DULCINÉIA PAIM REIS	1190782	40	Técnico em Arquivo	Especialização Niv Sup(T)
KRISTIAN VICENTE	2164334	40	Técnica em Segurança do Trabalho	Especialização Niv Sup(T)
COORDENAÇÃO GERAL DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE TREINADORES E INSTRUTORES DE CÃES-GUIA				
MERCEDES DA SILVA	0432717	40	Assistente em Administração	Especialização Niv Sup(T)
AMANDA MASSUCATTO	2380091	40	Assistente de Laboratório	Mestrado(T)
LUIS FERNANDO KLUGE	1225815	40	Administrador	Mestrado(T)
SANY REGINA SARDA JUSTI	2774392	40	Tradutora e Intérprete de Libras	Mestrado(T)
DIREÇÃO DE INFRAESTRUTURA E PRODUÇÃO				
LAIRTON LUIZ ROZZA	1377938	40	Técnico em Agropecuária	Mestrado(T)
LUIZ FERNANDO ASSUNÇÃO LORETTO	1105105	40	Vigilante	Especialização Niv Sup(T)
GILMAR DE LORENZI	0393097	40	Contínuo	Sup compl ou hab legal eqv
HUMBERTO JOÃO	1187949	40	Auxiliar em	Graduação Niv



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

DUTRA JÚNIOR			Agropecuária	Sup Comple(T)
ALEXANDRE MARIA	0277525	40	Motorista	Especialização Niv Sup(T)
HIRAN ROSA FERREIRA	1456592	40	Assistente de Aluno	Especialização Niv Sup(T)
RICARDO KIYOSHI TOKUNAGA	2379459	40	Engenheiro Agrônomo	Especialização Niv Sup(T)
DIEGO FINCATO	2376887	40	Auxiliar em Agropecuária	Especialização Niv Sup(T)
MATEUS DE SOUZA	1757324	40	Técnico em Agropecuária	Graduação Niv Sup Comple(T)
INDIANARA DALAGO	2215601	40	Técnico em Agropecuária	Mestrado(T)
FRANK TIEGS	2408335	40	Auxiliar em Agropecuária	Graduação Niv Sup Comple(T)
JULIO RAMOS JUNIOR	1618331	40	Técnico em Alimentos e Laticínios	Especialização Niv Sup(T)
LUAN NOBERTO DOS SANTOS	2155483	40	Técnico em Agropecuária	Sup compl ou hab legal eqv
MARCOS DIEL	2242304	40	Técnico em Agropecuária	2o gr compl ou tec profiss
EDENIR ROGGE	1159386	40	Bombeiro Hidráulico	Nível Médio(T)
GEORGES CRAESMEYER	1812064	40	Técnico em Agropecuária	2o gr compl ou tec profiss
JULIANA GRANDI	2155093	40	Médica Veterinária	Mestrado(T)
ALEXANDRE FERNANDES COIMBRA	2037041	40	Engenheiro Civil	Especialização Niv Sup(T)
SERVIDORES EXTERNOS				
KARINA COUTINHO PEDROSA	1677416	40	Assistente em Administração	2o gr compl ou tec profiss

Fonte: PCC do Curso de Licenciatura em Pedagogia – IFC CAM

24 POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO PARA DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

As políticas de capacitação de servidores do IFC estão detalhadas nas normatizações a seguir:

- Resolução 016-2012: Dispõe sobre o Programa Institucional de Qualificação (Mestrado e Doutorado) de servidores para o Instituto Federal Catarinense (PIQ/IFC) - licenças de 50 e 100% (IFC, 2012b).
- Resolução 031-2012: Altera PIQ (IFC, 2012c).
- Resolução 008 – 2013: Dispõe sobre dispensa de Servidor para cursar MINTER/DINTER do Instituto Federal Catarinense (IFC, 2013b).
- Resolução 064 – 2013: Altera PIQ (IFC, 2013c).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

- Resolução 004 – 2014: Altera PIQ (IFC, 2014c).
- Resolução 049 – 2014: Dispõe sobre o Programa de Bolsa de Incentivo à Qualificação (Mestrado e Doutorado) dos Servidores do Instituto Federal Catarinense (PROBIQ/IFC) - bolsa de 500,00 (IFC, 2014 d).
- Resolução 052 – 2014: Altera MINTER-DINTER (IFC, 2014e).
- Resolução Ad referendum 004-CONSUPER-2016: Altera PIQ (IFC, 2016a).
- Resolução 015-CONSUPER-2016: Dispõe sobre a Política de Capacitação (Cursos de Graduação e Extensão) de Servidores do Instituto Federal Catarinense - diretrizes, bolsas, licenças (IFC, 2016b).
- Resolução 018-CONSUPER-2016: Altera PIQ (IFC, 2016c).
- Resolução 058-CONSUPER-2016: Altera PROBIQ (IFC, 2016d).
- Resolução 002-CONSUPER-2017: Dispõe sobre a criação do Colegiado de Gestão de Pessoas do Instituto Federal Catarinense (IFC, 2017).
- Portaria Normativa 09/2019 – ASSEG/GABI: Institui o Programa de Formação Continuada de Docentes, no âmbito do Instituto Federal Catarinense.

25 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos este documento como uma elaboração coletiva, a partir de diferentes olhares e contribuições, iniciada desde o processo de criação até a elaboração do Projeto Político Pedagógico do Curso. Compreendemos também, que este é um processo em permanente construção, sempre aberto a reflexões e atualizações, tão necessários no campo do conhecimento e em especial no que se refere ao processo de formação de docentes e que, portanto, traz uma significação de outra natureza, que não pode ser definida como somente documental e burocrática. De acordo com Veiga (1997, p.12), “O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola”.

Assim, este Projeto é o resultado da construção coletiva das pessoas envolvidas no processo de criação e construção deste Curso, no que se refere às dimensões que fundamentam a educação, o político e o pedagógico, de um determinado período histórico. Neste sentido, se pensou o político e o pedagógico sempre interligados dialeticamente, com vistas a uma educação que reflita as condições em que vivem os atores do processo educativo, do curso de Pedagogia Licenciatura, e a partir disto



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

promover a melhoria das condições sociais da comunidade onde se insere o curso. Por fim, salienta-se que este projeto não está pronto e acabado, já que o mesmo reflete o começo do curso de Pedagogia Licenciatura no Instituto Federal Catarinense-*Campus* Camboriú. Assim, novas mudanças deverão acontecer ao longo do processo, pois o saber é um fazer cotidiano que é sempre dinâmico, provisório e inconcluso.

27 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer do CNE/CP nº: 5/2005** - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf. Acesso em 29 de mar. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução do CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006** - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em 28 de abr. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer do CNE/CP nº: 3/2006** - Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003_06.pdf. Acesso em 29 de mar. de 2022.

BRASIL. **Lei n. 11.788 de 26 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio dos estudantes. Presidência da República. Brasil: 2008.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Orçamento e Gestão. Ministério da Educação. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: MPOG, 2008.

BRASIL. Ministérios da Educação. **Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura**. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministérios da Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 27 de abr. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância**: reconhecimento e renovação de reconhecimento. Brasília: INEP/MEC, 2017. Disponível em:



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em 18 de fev. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39380012/do1-2%20018-09-03-portaria-normativa-n-23-de-21-de-dezembro-2017. Acesso em: 22 de fev. de 2022.

BRASIL. Ministérios da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 – 2024 e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 28 de abr. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Contribuições para o processo de construção dos cursos de Licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília, 2008. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/licenciatura_05.pdf. Acesso em: 13 jun. 2009.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Organização Didática dos Cursos do IFC**: Anexo da Resolução nº 010/2021 Consuper/IFC. Blumenau, 2021. Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/12/Organiza%C3%A7%C3%A3o-Did%C3%A1tica-dos-Cursos-do-IFC.pdf>. Acesso em em 28 de abr. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional/2019-2023**. Blumenau, 2019. Disponível em: https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/01/PDI_2019-2023_VERSO_FINAL_07.06.2019_-_ps_Consuper.pdf. Acesso em 28 de abr. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução n. 17 – Consuper/2013**. Regulamentação dos Estágios dos alunos da Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. Blumenau: CONSUPER, 2013. Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2014/07/RESOLU%C3%87%C3%83O-017-2013-Aprova-resolu%C3%A7%C3%A3o-Ad.-ref.-014-2013-Regulamenta%C3%A7%C3%A3o-Est%C3%A1gios-PROEX.pdf>. Acesso em 28 de abr. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução Ad Referendum 02/2022 IFC/Consuper. Dispõe sobre a curricularização da extensão e da pesquisa nos cursos do Instituto Federal Catarinense (IFC)**. Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2022/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Ad-Referendum-n%C2%BA-02.2022.pdf>. Acesso em 18 de março de 2022.

ALVES, R. F.; BRASILEIRO, M. do C. E.; BRITO, S. de M. de O. **Interdisciplinaridade**:



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

um conceito em construção. Episteme, Porto Alegre, n. 19, p. 139-148, jul./dez. 2004.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. Cadernos Pagu, v. 26, n. 1, p. 329, 2006.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. Revista Brasileira de Educação. São Paulo. n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003. DEMO, P. Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1997.

CHAUÍ, M. **Convite a filosofia**. São Paulo, Ática. 1995.

DEMO, P. **Conhecimento moderno**: sobre ética e intervenção do conhecimento. Petrópolis (RJ): Vozes; 1997. p. 85, 88, 143.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007.

FLORO, Elisângela Ferreira. O trabalho docente e verticalização do ensino nos Institutos Federais. Livro 3: Didática e Prática de Ensino na relação com a Sociedade. XVII Encontro Nacional de Prática de Ensino – ENDIPE, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs) Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Atratividade da carreira docente no Brasil. Relatório Final. São Paulo, SP, dezembro, 2009.

GOMES, Henriette Ferreira. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação. v.9 n.1 fev. 2008. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3041/1/DataGramaZero %20-%20Revista%20de%20Ci%C3%Aancia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20-%20Henriette.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3041/1/DataGramaZero%20-%20Revista%20de%20Ci%C3%Aancia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20-%20Henriette.pdf). Acesso em: 02 out. 2018.

GOMES, Nilma Lino. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2007. I

IBGE. Produto Interno Bruto dos municípios. 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads>. Acesso em: 09 abr. 2019.

JANTSCH, A. P. & BIANCHETTI, L. Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. In: JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (Orgs.) **Interdisciplinaridade**: para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes, 1997.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e comunicação: interconexões e convergências. Educ. Soc. vol. 29, n. 104. Campinas, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000300002. Acesso em: 02 out. 2018. LUBISCO, M. N.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

(Org). Biblioteca Universitária: elementos para o planejamento, avaliação e gestão. Salvador: EDUFBA, 2011.

KUENZER, A. Z. **Competência como praxis**: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 29, n.1, p. 17-27, 2003. Disponível em: <http://cienciaparaeducacao.org/publicacao/kuenzer-a-z-competenciacomo-praxis-os-dilemas-da-relacao-entre-teoria-e-pratica-na-educacao-dos-trabalhadoresboletim-tecnico-do-senac-rio-de-janeiro-v-29-n-1-p-17-27-2003>. Acesso em: 20 abr 2011.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Temas de ciências humanas, v. 4, p. 1-18, 1978. 198.

MARTINS, L. M.. **Ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico na construção do conhecimento na universidade**. Disponível em: <http://www.unesp.br/textos/2000>. Acesso em: 17 dez. 2008.

ORTIGARA, C. Institutos Federais: uma nova concepção de educação ou reorganização administrativa? In: Colóquio Nacional, 2., 2013, Natal. Anais... Natal. A Produção do Conhecimento em Educação Profissional, IFRN, 2013.

PACHECO, Eliezer (org.). Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Fundação Santilanna. São Paulo: Editora Moderna, 2011.

PACHECO, Eliezer Moreira. Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010. PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

PORTILHO, Evelise Labatut. Aprendizagem ao longo da vida. In: Revista Cenário Rural, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Ano 3, n. 1. Brasília: SENAR, 2008.

RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline et al. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

REGO, T. C. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petropolis: Vozes, 1995.

SANTOMÉ, Jurjo. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: Editora Artes Medicas Sul LTDA, 1998.

SILVA, Jesue Graciliano da. A expansão, interiorização e implantação dos institutos federais. Disponível em: <https://jesuegraciliano.wordpress.com/reflexoes/a-expansao-interiorizacao-e-implantacao-dos-institutos-federais/>. (2012) Acesso em: 12 nov. 2018.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC
VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: _____ (Org.). **Projeto Político Pedagógico**: uma construção possível. 3. ed. Campinas: Papirus, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas II**: problemas de psicología general. Madrid: Visor Distribuciones, 1993.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, Lev. S. A formação social da mente. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, Lev. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1987. 199

22 APÊNDICES

APÊNDICE A - REGULAMENTO DAS DISCIPLINAS DE PPE (I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII)

APÊNDICE B - MODELO (TEMPLATE) DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

APÊNDICE C - REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

APÊNDICE D - REGULAMENTO DA CURRICULARIZAÇÃO DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

APÊNDICE E - REGULAMENTO DA BRINQUEDOTECA

APÊNDICE F - REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE PEDAGOGIA

APÊNDICE G - REGULAMENTO DAS PRÁTICAS COMO COMPONENTE CURRICULAR/PCC